



Plano Diretor Participativo

Saudável de São Joaquim do Monte

**Relatório Final do Plano Diretor e
Projeto de Lei**

Volume 1 - Documento Técnico



Governo do Estado de Pernambuco
Secretaria de Planejamento e Gestão
Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM

ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO SAUDÁVEL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DO MONTE

Relatório R05
Relatório Final do Plano Diretor e Projeto de Lei

Volume 1 – Documento Técnico



Dezembro/2010



EQUIPE TÉCNICA

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Eduardo Henrique Accioly Campos
Governador

João Lyra Neto
Vice-Governador

Geraldo Júlio de Mello Filho
Secretário de Planejamento e Gestão

AGÊNCIA CONDEPE-FIDEM

Luiz Quental Coutinho
Diretor Presidente

Luciano Lopes Alves Pinto
Diretor Executivo de Apoio à Gestão Regional e Metropolitana

Maria das Graças de Albuquerque Tavares
Diretora de Articulação e de Apoio ao Desenvolvimento Regional

Coordenação:

Maria das Graças de Albuquerque Tavares
Coordenadora Geral

Cláudia Soares de Melo
Coordenação Técnica

Célia Maria de Albuquerque Trindade
Coordenação Executiva

Ubalda Estrela de Oliveira
Coordenação Executiva

Equipe Técnica:

Cláudia Soares de Melo

Célia Maria de Albuquerque Trindade

Ubalda Estrela de Oliveira

Maria de Fátima Duarte Cabral Tenório

Amaury Enaldo de Oliveira Filho

Ana Cristina Bessa de Andrade

Estevão Machado Moura Rodrigues de Lima

Joana D'Arc Pessoa Costa Lessa

Gliedson Alves da Silva

Tamar Ferreira de Lima (colaboração especial)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DO MONTE

José Lino da Silva Irmão

Prefeito

Francisco de Assis Batista de Souza

Vice-prefeito

Equipe Técnica:

Lúcia Maria Menezes
Secretária de Assistência Social

Neidson Cruz de Menezes
Secretário de Saúde

Ronaldo José de Santana
Secretário de Turismo, Cultura e Esporte

Clécio Rogério Lucas Vieira
Secretário de Administração

Maria Luceilda de Lima Santos
Secretária de Educação

Maria Viviane da Silva
Secretária de Finanças

Albério Sérgio Duarte de Brito Cabral
Secretário de Viação, Obras e Urbanismo

Adalberto José dos Santos
Secretário de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos



NÚCLEO GESTOR

Representantes do Poder Executivo:

Eda Maria Cabral Belarmino Lima
Glacineve Maria da Silva
Ronaldo José de Santana
Lucia Maria Menezes
Neidson Cruz de Menezes
Maria Luceilda de Lima Santos

Representantes do Poder Legislativo:

José Francisco de Amorim

Representantes da Sociedade Civil:

Walmir Barbosa de Lima
Maria Iranilda Cavalcante da Silva
Licélia Santos
Benemilson Laurêncio Duarte
Maria Amara da Conceição Barbosa

TECHNE ENGENHEIROS CONSULTORES

Antônio Carlos de Almeida Vidon
Coordenação Geral

Maria Leonor Maia
Coordenação Técnica

Geraldo Marinho
Arquiteto e Urbanista Pleno

Milton Botler
Arquiteto e Urbanista Pleno

Adriana Pontes
Arquiteta e Urbanista Junior

Aline Bacelar
Arquiteta e Urbanista Junior

Paulo César dos Santos Silva
Arquiteto e Urbanista Junior

Maria do Socorro Cavalcanti de Souza
Assistente Social

Fátima Cintra
Técnica em Educação

Rosa Virgínia Correia de Araújo
Técnica em Saúde

José Carlos de Araújo Borba
Meio Ambiente

Andréa Pinto
Meio Ambiente

Roberto Lemos Muniz
Transporte e Infra Estrutura

Emmanuel Eduardo Vitorino
Transporte e Infra Estrutura

Gabriel Katter
Desenvolvimento Econômico

Fernanda Costa
Direito Urbanístico

Tiago Gonçalves
Direito Urbanístico

Rafael Vidon
Estagiário

Edvanilson Gomes Barbosa
Estagiário

Camila Dantas
Estagiária

APRESENTAÇÃO

O presente documento se constitui no **Relatório R05 – Relatório Final do Plano Diretor e Projeto de Lei**, parte integrante dos SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO SAUDÁVEL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DO MONTE, no âmbito do contrato firmado entre a TECHNE Engenheiros Consultores Ltda. e a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM.

Os serviços de consultoria objeto do referido Contrato serão consubstanciados nos seguintes relatórios:

- Relatório R01 – Plano de Trabalho;
- Relatório R02 – Relatório de Caracterização da Situação Atual;
- Relatório R03 – Relatório de Diagnóstico da Situação Atual;
- Relatório R04 – Minuta do Relatório Final e Mapas Síntese;
- Relatório R05 – Relatório Final do Plano Diretor e Projeto de Lei.

O **Relatório R05**, na condição de produto final, incorpora componentes de relatórios anteriores de modo a se constituir num único documento que registra todas as fases do Plano Diretor Participativo Saudável de São Joaquim do Monte. Este Relatório apresenta um conjunto de Anexos, compreendendo os mapas de zoneamento e os documentos que registram os processos participativos desenvolvidos até o momento. Para isso, o referido Relatório, além desta apresentação, é composto por 03 (três) Volumes, a saber:

- **Volume 1 – Documento Técnico:**

- Capítulo 1 – Fundamentos do Plano Diretor;
- Capítulo 2 – Metodologia;
- Capítulo 3 – Diagnóstico do Município;
- Capítulo 4 – Diretrizes, Proposições e Recomendações;
- Capítulo 5 – Zoneamento e Ordenamento Territorial.
- Anexos ao Volume 1:
 - Anexo I – Mapas Síntese de Diagnóstico;
 - Anexo II – Mapa de Macrozoneamento Municipal;
 - Anexo III – Mapa de Zoneamento Urbano e Mapa da Hierarquização Viária.

- **Volume 2 – Projeto de Lei:**

- Anexos ao Volume 2:
 - Anexo I – Tabela de Parâmetros Urbanísticos;
 - Anexo II – Descrição Perimétrica das Zonas;
 - Anexo III – Mapa de Macrozoneamento Municipal;
 - Anexo IV – Mapa de Zoneamento Urbano e Mapa da Hierarquização Viária.



- **Volume 3 – Registro do Processo Participativo:**

- Registro 1 – Ata do Fórum de Lançamento do Plano Diretor;
- Registro 2 – Lista de Presença do Fórum de Lançamento do Plano Diretor;
- Registro 3 – Lista de Presença da 1ª Oficina do Plano Diretor;
- Registro 4 – Resultados da 1ª Oficina do Plano Diretor;
- Registro 5 – Lista de Presença da 2ª Oficina do Plano Diretor;
- Registro 6 – Resultados da 2ª Oficina do Plano Diretor;
- Registro 7 – Ata de Reunião do Núcleo Gestor;
- Registro 8 – Lista de Presença da Reunião do Núcleo Gestor;
- Registro 9 – Ata do Fórum de Validação do Plano Diretor;
- Registro 10 – Lista de Presença do Fórum de Validação do Plano Diretor.



SUMÁRIO

EQUIPE TÉCNICA	I
APRESENTAÇÃO	III
LISTA DE TABELAS	VII
LISTA DE FIGURAS	VIII
LISTA DE FOTOS	IX
1. FUNDAMENTOS	2
2. METODOLOGIA	5
2.1 FÓRUM DE LANÇAMENTO DO PLANO DIRETOR	5
2.2 OFICINA DE DIAGNÓSTICO	7
2.3 OFICINA DE PROPOSIÇÕES	10
2.4 FÓRUM DE VALIDAÇÃO	14
3. DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO	17
3.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E DIVISÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA	17
3.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	20
3.2.1 Origem do Município	20
3.2.2 Base Social	21
3.2.2.1 Perfil Demográfico	21
3.2.2.2 Saúde	22
3.2.2.3 Educação	25
3.2.2.4 Assistência Social	27
3.2.2.5 Cultura	30
3.2.2.6 Desenvolvimento Institucional e Cidadania	30
3.2.3 Base Econômica	31
3.2.3.1 Emprego e Atividade Econômica	31
3.2.3.2 PIB Municipal	34
3.2.3.3 Finanças Municipais	37
3.2.3.4 A Economia Local e a Região	41
3.3 ASPECTOS AMBIENTAIS E FÍSICOS TERRITORIAIS	45
3.3.1 O Meio Ambiente Natural	45
3.3.1.1 Clima	46
3.3.1.2 Geologia e Geomorfologia	47
3.3.1.3 Altimetria	47
3.3.1.4 Recursos Hídricos	49
3.3.1.5 Solos	52
3.3.1.6 Vegetação e Uso do Solo	53
3.3.1.7 Fauna	56
3.3.1.8 Unidades de Conservação	58
3.3.2 O Meio Ambiente Construído	59
3.3.2.1 Parcelamento e Ocupação do Solo	59
3.3.2.2 Usos, Atividades, Equipamentos e Espaços Públicos	67
3.3.2.3 Regulação do Uso e Ocupação do Solo	78



3.3.3	Saneamento Ambiental e Transportes	80
3.3.3.1	Sistema de Abastecimento de Água.....	80
3.3.3.2	Controle de Perdas e Reuso de Água em Sistema de Abastecimento d'Água	83
3.3.3.3	Sistema de Esgotamento Sanitário.....	83
3.3.3.4	Coleta e Tratamento de Resíduos Sólidos	85
3.3.3.5	Sistema Viário, Transporte e Acessibilidade	86
3.4	CONCLUSÃO	90
4.	DIRETRIZES, PROPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES	95
4.1	DIRETRIZES E PROPOSTAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO	95
4.2	DIRETRIZES E PROPOSTAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E O SANEAMENTO AMBIENTAL.....	101
4.3	DIRETRIZES E PROPOSTAS SOBRE MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE.....	103
4.4	DIRETRIZES E PROPOSTAS SOBRE ESPAÇOS PÚBLICOS E PATRIMÔNIO CULTURAL.....	105
4.5	DIRETRIZES E PROPOSTAS SOBRE O PLANEJAMENTO E A REGULAÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	107
4.6	DIRETRIZES E PROPOSTAS SOBRE A MORADIA E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	108
4.7	DIRETRIZES E PROPOSTAS SOBRE GESTÃO PARTICIPATIVA E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	110
5.	ZONEAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL.....	113
5.1	CONCEITUAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO	113
5.2	PARÂMETROS URBANÍSTICOS.....	114
5.3	HIERARQUIZAÇÃO VIÁRIA	116

ANEXOS AO VOLUME 1:

ANEXO I – MAPAS SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO;

ANEXO II – MAPA DE MACROZONEAMENTO MUNICIPAL;

ANEXO III – MAPA DE ZONEAMENTO URBANO E MAPA DA HIERARQUIZAÇÃO VIÁRIA.



LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 – Número de Habitantes Segundo Sexo e Situação de Domicílio (São Joaquim do Monte)	21
Tabela 3.2 – Evolução da população por faixa etária (São Joaquim do Monte).....	22
Tabela 3.3 – Estrutura Física da Rede Municipal de Saúde	23
Tabela 3.4 – Procedimentos de Média Complexidade Realizados no Município	23
Tabela 3.5 – Quantidade de Leitos Disponíveis ao SUS	24
Tabela 3.6 – Quantidade de Leitos por Especialidade.....	24
Tabela 3.7 – Índice de Mortalidade Infantil em São Joaquim do Monte para cada 1.000 nascidos vivos.....	24
Tabela 3.8 – Quadro Demonstrativo do Ensino, Quantidades de Alunos e Equipamentos que Atendem	26
Tabela 3.9 – Índice de Repetência e Evasão Escolar em 2008	27
Tabela 3.10 – Capacidade de Atendimento dos Programas Sociais de São Joaquim do Monte	29
Tabela 3.11 – Expressões Culturais em São Joaquim do Monte	30
Tabela 3.12 – Periodicidade das Reuniões do Conselho Municipal.....	31
Tabela 3.13 – Nº. de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado por Setor de Atividade em 2008 (São Joaquim do Monte).....	32
Tabela 3.14 – Remuneração Mensal Média por Setor de Atividade em 2008 (São Joaquim do Monte)	32
Tabela 3.15 – Participação dos Setores de Atividade segundo Estabelecimentos e Pessoal Ocupado em 2008 (São Joaquim do Monte).....	32
Tabela 3.16 – Indicadores de Renda e Pobreza (São Joaquim do Monte)	33
Tabela 3.17 – Evolução dos Benefícios e da Arrecadação Previdenciária (São Joaquim do Monte)	34
Tabela 3.18 – Produto Interno Bruto a Preços de Mercado (R\$ milhões) em São Joaquim do Monte (2003 - 2007)	34
Tabela 3.19 – Produto Interno Bruto Per Capita em São Joaquim do Monte (2003 - 2007).....	34
Tabela 3.20 – Composição do Produto Interno Bruto (%) em São Joaquim do Monte	35
Tabela 3.21 – Variação do PIB (2003-2007)	35
Tabela 3.22 – Principais Produtos Agrícolas - 2008	36
Tabela 3.23 – Extração Mineral e Vegetal - 2008	36
Tabela 3.24 – Efetivo dos Rebanhos - 2008.....	36
Tabela 3.25 – Vacas Ordenhadas e Produção de Leite	36
Tabela 3.26 – Ovos de Galinha.....	36
Tabela 3.27 – Mel de Abelha.....	37
Tabela 3.28 – Participação dos Principais Itens na Composição da Receita Corrente (2008)	37
Tabela 3.29 – Variação da Receita Corrente e seus Principais Componentes (2007/2008)	38
Tabela 3.30 – Participação dos Principais Itens da Despesa na Receita Corrente 2007 e 2008 (%)	38
Tabela 3.31 – Variação dos Principais Itens de Despesa, 2007/2008 (%)	39
Tabela 3.32 – Gastos Urbanos e Sociais por Habitante/Ano (R\$ 1,0/hab.).....	39
Tabela 3.33 – Receita Orçamentária	42
Tabela 3.34 – Despesa Orçamentária	42
Tabela 3.35 – Despesa por Função do Governo	42
Tabela 3.36 – Exemplos de Dimensionamento de Seção Viária das Principais Ruas e Avenidas de São Joaquim do Monte	87
Tabela 3.37 – Veículos Licenciados.....	87
Tabela 3.38 – Percursos Realizados pelo Transporte Escolar	89
Tabela 5.1 – Parâmetros Urbanísticos.....	115



LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1 – Mapa de Localização do Município de São Joaquim do Monte.....	17
Figura 3.2 – Conexões entre São Joaquim do Monte e os Municípios Vizinhos	18
Figura 3.3 – Conexões entre a Sede e Localidades Rurais de São Joaquim do Monte	19
Figura 3.4 – Abrangência Territorial da Rede Escolar na Sede Municipal.....	28
Figura 3.5 – Evolução da Composição do Produto Interno Bruto (2003-2007)	35
Figura 3.6 – Valores Médios Mensais da Precipitação Pluviométrica e da Temperatura no Município de São Joaquim do Monte	46
Figura 3.7 – Mapa Geológico do Município de São Joaquim do Monte.....	48
Figura 3.8 – Modelo Digital de Elevação (MDE) do Estado de Pernambuco Indicando as Regiões de Relevo mais Elevado do Estado que Formam os Brejos de Altitude	49
Figura 3.9 – Mapa de Bacias Hidrográficas.....	50
Figura 3.10 – Mapa de Hidrografia.....	51
Figura 3.11 – Mapa de Classificação dos Solos.....	53
Figura 3.12 – Mapa de Cobertura Vegetal do Município de São Joaquim do Monte	54
Figura 3.13 – Mapa de Cobertura Vegetal Destacando com uma Linha Vermelha a Área do Município de São Joaquim do Monte tida como de Prioridade Extremamente Alta para Preservação da Mata Atlântica	58
Figura 3.14 – Mapa da Evolução Urbana de São Joaquim do Monte.....	60
Figura 3.15 – 1ª, 2ª e 3ª Etapa de Evolução, da Esquerda para a Direita, Respectivamente.....	61
Figura 3.16 – Mapa da Aptidão Agroecológica de São Joaquim do Monte	68
Figura 3.17 – Mapa de Centralidades	70
Figura 3.18 – Mapa do Sistema Viário da Sede Municipal	86



LISTA DE FOTOS

Foto 2.1 – Apresentação sobre Plano Diretor Feita pela TECHNE no Fórum de Lançamento na Câmara de Vereadores	6
Foto 2.2 – Debate Durante o Fórum de Lançamento do Plano Diretor após as Apresentações Institucionais	6
Foto 2.3 – Apresentação da metodologia a ser utilizada na oficina	8
Foto 2.4 – Utilização de Mapas para Espacializar os Aspectos Levantados na Leitura Comunitária.....	8
Foto 2.5 – Trabalhos em Grupos Temáticos	8
Foto 2.6 – Apresentação dos Resultados de Cada Grupo Temático	8
Foto 2.7 – Abertura da 2ª. Oficina do Plano Diretor	13
Foto 2.8 – Apresentação da Síntese do Diagnóstico	13
Foto 2.9 – Trabalho em Grupos Temáticos	13
Foto 2.10 – Apresentação dos Resultados de cada Grupo Temático.....	13
Foto 2.11 – Leitura do Texto Base em um dos Grupos formados	15
Foto 2.12 – Exposição dos Resultados dos Trabalhos em Grupo	15
Foto 3.1 – Aspecto Geral da Sede do Município de São Joaquim do Monte, Mostrando a Falta de Arborização nas Ruas da Cidade	47
Foto 3.2 – Aspecto Geral da Sede do Município de São Joaquim do Monte, Mostrando a Falta de Arborização nas Ruas da Cidade	47
Foto 3.3 – Aspecto das Casas, Localizadas às Margens do Rio Una, no Distrito de Barra do Riachão Município de São Joaquim do Monte, com suas Respectivas Tubulações de Esgoto Direcionadas para o Rio.....	52
Foto 3.4 – Lavoura Localizada às Margens do Rio Una no Distrito de Barra do Riachão Município de São Joaquim do Monte	52
Foto 3.5 – Lançamento de Esgotos e Resíduos Sólidos no Riacho Caianinha pela População do Município de São Joaquim do Monte	52
Foto 3.6 – Presença de Sangue nas Águas do Riacho Caianinha, Provenientes do Matadouro Público do Município de São Joaquim do Monte	52
Foto 3.7 – Extensas Áreas de Pasto no Município de São Joaquim do Monte	55
Foto 3.8 – Plantação de Maracujá no Município de São Joaquim do Monte	55
Foto 3.9 – Aspecto do Desmatamento da Mata Ciliar do Riacho do Sapo na Porção Rural do Município de São Joaquim do Monte	55
Foto 3.10 – Aspecto do Desmatamento da Mata Ciliar do Riacho Caianinha para Uso da Agricultura na Porção Urbana do Município de São Joaquim do Monte	55
Foto 3.11 – Aspecto do Desmatamento da Mata Ciliar do Rio Una para Construção de Edificações na Porção Rural, Distrito de Barra do Riachão, Município de São Joaquim do Monte	56
Foto 3.12 – Aspecto do Desmatamento da Mata Ciliar do Rio Una para uso da Agricultura na Porção Rural, Distrito de Barra do Riachão, Município de São Joaquim do Monte	56
Foto 3.13 – Vista Aérea da Sede de São Joaquim do Monte	59
Foto 3.14 – Avenida Estácio Coimbra, Primeira Etapa de Evolução.....	62
Foto 3.15 – Forma de Ocupação na Rua Manoel Franklin – Primeira Etapa de Evolução.....	62
Foto 3.16– Diferentes Formas de Ocupação na Primeira Etapa de Evolução (Centro).....	62
Foto 3.17 – Rua Major Manoel Félix – Segunda Etapa de Evolução	62
Foto 3.18 – Tipologia Habitacional do Bairro Novo Tempo	63
Foto 3.19 – Tipologia de Porta e Janela no Bairro Areial.....	63
Foto 3.20– Lotes e Edificações Variáveis na Segunda Etapa de Evolução (Centro)	63
Foto 3.21– Vista do Bairro Novo Tempo.....	63



Foto 3.22 – Forma Original de Ocupação da Cohab – Lotes Maiores e Casas com Recuos.....	64
Foto 3.23 – Edificações de 3 Pavimentos na Sede Urbana.....	64
Foto 3.24 – Bairro Canaã, Área de Consolidação Urbana.....	64
Foto 3.25 – Tipologia Encontrada na 3ª Etapa de Expansão	64
Foto 3.26 – Uma das Poucas Residências que Apresenta Recuos e arborização	65
Foto 3.27 – Remanescentes da Arquitetura Eclética e Outras Edificações Reformadas.....	65
Foto 3.28 – Casas de Programa Habitacional do Governo Municipal.....	65
Foto 3.29 – Casas de Taipa Encontradas na Sede Urbana (Bairro Aerial).....	65
Foto 3.30 – Escola Estadual Antônio Menezes – Invadida por Sem Teto	66
Foto 3.31 – Área Vazia Próximo ao Campo de Futebol – Potencial para Área de Lazer.....	66
Foto 3.32 – Ocupações às Margens do Rio Una em Barra do Riachão	67
Foto 3.33 – Via Principal em Barra do Riachão. Ocupação Semelhante à Sede Municipal	67
Foto 3.34 – Vista de Vila de Santana.....	67
Foto 3.35 – A Pecuária é Desenvolvida por Grandes Proprietários de Terras	69
Foto 3.36 – Cultivo de Hortaliças em Vila de Santana	69
Foto 3.37 – Artesanato de Barra do Riachão	69
Foto 3.38 – Artesã de Barra do Riachão.....	69
Foto 3.39– Centralidade Desenvolve-se, Principalmente, em Volta da Igreja Matriz.....	71
Foto 3.40 – Ponto de Moto-Táxi às Margens da PE-112.....	71
Foto 3.41 – Estabelecimentos Comerciais, como esse Supermercado, na PE-112	71
Foto 3.42 – Feira Desenvolve-se, Principalmente, ao Longo da Rua Neco Gameleira	72
Foto 3.43 – Rua Joaquim Távora Ocupada pela Feira Livre	72
Foto 3.44 – Novo Curral para a Feira de Gado	72
Foto 3.45 – Via Principal de Barra do Riachão.....	72
Foto 3.46 – Açougue Público e, à Direita, o Matadouro.....	73
Foto 3.47 – Creche está Localizada às Margens da PE-112.....	73
Foto 3.48 – Biblioteca Comunitária Localizada na Rua Manoel Q. dos Santos.....	73
Foto 3.49 – Praça Alberto Oliveira em Péssimo Estado de Conservação	74
Foto 3.50 – Praça em Frente à Igreja de São Joaquim	74
Foto 3.51 – Canteiro Central da Rua Manoel Franklin Utilizado como Espaço de Descanso	74
Foto 3.52 – Quadra Poliesportiva do Parque Olga Mendonça	74
Foto 3.53 – Pórtico na Entrada Principal da Cidade	75
Foto 3.54 – Quadra Poliesportiva no Bairro Novo Tempo	75
Foto 3.55 – Campo de Futebol Próximo ao Riacho Caiantina.....	75
Foto 3.56 – Vista da Cidade a Partir do Mirante do Santuário Frei Damião	75
Foto 3.57 – Estátua de Frei Damião	76
Foto 3.58 – Santuário de Frei Damião	76
Foto 3.59 – Canteiros Centrais no Distrito de Vila de Santana.....	76
Foto 3.60 – Quadra Esportiva em Barra do Riachão	76
Foto 3.61 – Rua Manoel Franklin sem Arborização nas Calçadas.....	77
Foto 3.62 – Canteiro Central da Av. João F. Jr. Bairro Nova Esperança.....	77
Foto 3.63 – Eucaliptos no acesso a Barra do Riachão	77
Foto 3.64 – Rio Una.....	77
Foto 3.65 – Exemplos da Arquitetura Eclética	78
Foto 3.66 – Edificação Existente no Mesmo Local da 1ª Casa da Cidade	78
Foto 3.67 – Um dos Poucos Exemplos da Arquitetura Rural de São Joaquim do Monte.....	78



Foto 3.68 – Rampas como Obstáculos nas Calçadas, Eliminando o Passeio Público	79
Foto 3.69 – Construção de 3 Pavimentos com Avanço no Espaço Aéreo.....	79
Foto 3.70 – Edificações Avançado no Passeio Público sem Controle Urbano	79
Foto 3.71 – Lotes Insuficientes para Atividades Básicas de uma Residência	79
Foto 3.72 – Vista da Tomada d'Água da Barragem Caianinha	80
Foto 3.73 – Vista da Localização da Casa de Bombas.....	80
Foto 3.74 – Visa Geral da ETA Compacta.....	81
Foto 3.75 – Vista do Reservatório e ETA que Abastece Barra do Riachão.....	81
Foto 3.76 – Reservatório Elevado que Abastece o Distrito de Vila de Santana	82
Foto 3.77 – Reservatório Auxiliar que Abastecerá o Distrito de Vila de Santana	82
Foto 3.78 – Casa de Bombas e ETA Compacta Ambas em Construção – Distrito de Vila de Santana.....	82
Foto 3.79 – Sistema de Abastecimento da Localidade Monte Alegre	82
Foto 3.80 – Cisterna para Captação de Água das Chuvas, nas Comunidades Rurais	83
Foto 3.81 – Esgoto do Matadouro Lançado Rio Caianinha	84
Foto 3.82 – Galeria de Água Pluviais Despejando Esgoto	84
Foto 3.83 – Lançamento de Esgoto na Rua José Viera de Melo	84
Foto 3.84 – Esgoto Lançado a Céu Aberto.....	84
Foto 3.85 – Funcionários da Prefeitura Recolhendo o Lixo	85
Foto 3.86 – Aspecto Geral do Lixão.....	85
Foto 3.87 – Ponto de Moto-Táxi.....	87
Foto 3.88 – Terminal Rodoviário de São Joaquim do Monte.....	88
Foto 3.89 – Rampa de Acessibilidade Instalado no Banco do Brasil	88



1. FUNDAMENTOS DO PLANO DIRETOR



1. FUNDAMENTOS

O Plano Diretor Participativo de São Joaquim do Monte é um instrumento estratégico da Política de Desenvolvimento Urbano e Rural, que orienta a ação dos agentes públicos e privados, na produção e gestão do território municipal.

As diretrizes gerais da Política Urbana e Rural do Município de São Joaquim do Monte e as regulamentações complementares do Plano Diretor Participativo obedecerão ao disposto nesta lei.

A promoção do desenvolvimento urbano e rural do Município de São Joaquim do Monte tem como princípio fundamental o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, sob a ótica do desenvolvimento sustentável, nos termos do art. 182, da Constituição Federal e art. 2º, da Lei Federal nº 10.257, de 10.07.2001, Estatuto da Cidade, garantindo:

- O direito ao município sustentável, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- A gestão democrática com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento do Plano Diretor Participativo e da indicação de seus programas e projetos de desenvolvimento urbano e rural;
- Ordenação e controle do uso do solo para assegurar o desenvolvimento equilibrado do município;
- Integração e complementação entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município;
- Adoção de parâmetros e padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município;
- A justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.

O Plano Diretor Participativo incorpora o enfoque dos Municípios Saudáveis com uma ampla visão ambiental na definição do modelo de desenvolvimento, considerando as áreas de ocupação de atividades urbanas e as áreas de vocação agrícola e agroindustrial do território municipal.

São seis os princípios fundamentais que pautarão a política territorial urbana e rural de São Joaquim do Monte:

- ⇒ **MUNICÍPIO SAUDÁVEL** ⇒ promoção de estilos de vida e espaços sociais saudáveis, assegurando à população qualidade de vida e condições psicossociais e ambientais saudáveis;
- ⇒ **SUSTENTABILIDADE** ⇒ desenvolvimento local socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, de forma a garantir qualidade de vida para as presentes e futuras gerações. Neste princípio se fundam as proposições do



ordenamento territorial expressos no zoneamento e no estabelecimento dos parâmetros urbanísticos.

- ⇒ **FUNÇÃO SOCIAL DA CIDADE** ⇒ o direito à cidade para todos, compreendendo os direitos à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e serviços públicos, ao transporte coletivo, à mobilidade e acessibilidade, ao trabalho e ao lazer.
- ⇒ **FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA** ⇒ para que a propriedade imobiliária cumpra sua função social, deverá ser utilizada como suporte de atividades ou usos de interesse do município, compreendendo:
 - Habitação;
 - Atividades econômicas geradoras de emprego e renda e que contribuam para o financiamento do município;
 - Preservação do meio ambiente;
 - Preservação do patrimônio cultural.
- ⇒ **FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL** ⇒ quando a propriedade rural atende, aos seguintes requisitos:
 - Aproveitamento racional e adequado;
 - Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
 - Observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
 - Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.
- ⇒ **GESTÃO PARTICIPATIVA** ⇒ princípio que norteia a gestão da política urbana e rural, refletindo-se na estruturação de um sistema municipal de planejamento e gestão do território.



2. METODOLOGIA



2. METODOLOGIA

A elaboração do Plano Diretor de São Joaquim do Monte segue as orientações apontadas nos Termos de Referência para sua contratação e os princípios básicos e diretrizes firmados na Lei Federal nº 10.257/01 – o Estatuto da Cidade. Sua formulação se dá no pressuposto da fusão entre uma leitura técnica e uma leitura comunitária da realidade do município, com base em processos participativos de discussão e uma visão combinada da pesquisa documental com visitas de campo, que privilegiam a identificação e caracterização dos sujeitos e sua relação com o meio onde vivem.

No caso de São Joaquim do Monte e de um conjunto de municípios de sua região, acrescenta-se a particularidade da experiência vivenciada há alguns anos com o Projeto Municípios Saudáveis, ação que integrava a Agência CONDEPE/FIDEM, o Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social da Universidade Federal de Pernambuco (NUSP/UFPE) e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA). Atualmente esses municípios, incluindo São Joaquim do Monte, integram a Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis. Esta condição trouxe alguns novos condicionantes ao desenvolvimento do Plano Diretor, demandando maior atenção em aspectos relacionados à promoção de saúde, focando especificamente na relação do homem com o meio em que ele habita e convive. Questões relativas ao meio ambiente e ao saneamento ambiental, por exemplo, são tratadas na perspectiva da promoção de saúde. A concepção de Municípios Saudáveis aborda um modelo de articulação na formulação e implementação de políticas públicas, visando favorecer uma ação intersetorial fortemente pautada pelo cuidado com o cotidiano das pessoas, numa perspectiva de desenvolvimento local sustentável.

É importante ressaltar que o fato de São Joaquim do Monte pertencer a essa Rede e de ter passado por vários processos de capacitação, gera, para o desenvolvimento desse Plano Diretor, uma expectativa positiva quanto a trabalhar com um público mais experiente em oficinas participativas.

Este relatório compreende a síntese dos procedimentos e processos participativos de todas as etapas previstas no trajeto de elaboração do Plano Diretor, à exceção do último evento participativo, o Fórum de Validação, que será descrito no relatório final.

2.1 FÓRUM DE LANÇAMENTO DO PLANO DIRETOR

O Fórum de Lançamento do Plano Diretor de São Joaquim do Monte foi realizado no dia 28 de janeiro de 2010, e contou com a participação de 41 pessoas. Dentre os presentes, a proporção de representantes da sociedade civil foi da ordem de 21% envolvendo diversos segmentos da área urbana e rural. Houve maior proporção de gestores e técnicos da administração municipal. A Câmara de Vereadores esteve representada por apenas 01 vereador. Cópia da lista de presença encontra-se no **Registro 2 do Volume 3** desse relatório (**Fotos 2.1 e 2.2**).

Foto 2.1 – Apresentação sobre Plano Diretor Feita pela TECHNE no Fórum de Lançamento na Câmara de Vereadores



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 2.2 – Debate Durante o Fórum de Lançamento do Plano Diretor após as Apresentações Institucionais



Fonte: TECHNE/2010.

Este evento foi precedido por um processo de sensibilização e mobilização dos atores locais realizado mediante contatos diretos e reuniões para apresentação dos objetivos e discussão sobre a importância do Plano Diretor para o desenvolvimento municipal. Para tanto, utilizou-se de recursos da comunicação para divulgação em massa, com panfletos informativos e veiculação de vinhetas em carro de som e rádio comunitária.

Nesta ocasião foram discutidos os critérios para escolha dos representantes do Núcleo Gestor com os gestores locais e representantes das entidades sociais. Foram considerados perfis que atendessem requisitos como: experiência com articulação institucional e mobilização social, disponibilidade de tempo, identificação com a temática, conhecimento das organizações locais e da realidade municipal, além da vontade de participar de forma mais ativa nesse processo de elaboração do Plano Diretor do município.

Em reuniões realizadas com representantes locais, tanto com os gestores municipais e com dirigentes de entidades sociais, foram discutidos o papel do Núcleo Gestor, definido como unidade de interlocução entre poder público municipal, entidades sociais, consultoria e a Agência CONDEPE/FIDEM, responsável por garantir o processo de participação social além de assumir atribuições de organização da infraestrutura, apoio logístico e de divulgação para toda a população das etapas de elaboração do Plano Diretor.

A identificação dos participantes foi feita pelos gestores municipais e representantes de entidades sociais para apresentação e validação no Fórum de Lançamento do Plano Diretor.

Organizou-se assim a formação do Núcleo Gestor, para exercer o acompanhamento sistemático do processo de elaboração do Plano e coordenar a participação dos atores locais nos eventos oficiais e noutros solicitados por instituições ou pela comunidade. Conta com representação de gestores e técnicos do poder público local e das organizações da sociedade civil.

O Núcleo está composto por um total de 10 representantes, sendo 5 das organizações da sociedade civil, 4 da administração municipal e 1 representante da Câmara de



Vereadores. Essa composição foi votada e aceita sem oposição durante o Fórum de Lançamento do Plano Diretor no município **(Registro 1 do Volume 3)**.

Com o objetivo de qualificar a atuação do Núcleo Gestor, realizaram-se discussões com seus integrantes que objetivaram articular a concepção de promoção de saúde com o processo de elaboração e implementação do Plano Diretor Municipal. Esta discussão foi realizada no início da oficina de diagnóstico e teve a participação direta da Coordenadora da Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis, Célia Maria de Albuquerque Trindade, que orientou o debate sobre a temática.

2.2 OFICINA DE DIAGNÓSTICO

A leitura técnica e comunitária, a segunda etapa desse Plano Diretor, se iniciou com a sistematização de uma base de informações gerais sobre o município e sua região, sob o enfoque de diferentes aspectos abordados neste Plano Diretor, abrangendo a temática socioeconômica e de organização físico-territorial e ambiental, incluindo o ambiente natural e construído.

A organização de uma base cartográfica constitui tarefa inicial que será aprimorada progressivamente até a finalização dos trabalhos e funciona como um espaço de convergência para uma representação sintética dos diferentes enfoques trazidos pelas temáticas setoriais. O mapa municipal apresentado neste Plano Diretor foi elaborado mediante uma base na escala de 1:100.000, fornecida pelo ITEP, mas que não passa de uma digitalização das cartas base da SUDENE que datam da década de 1970. A base da planta urbana está sendo montada a partir de plantas existentes nos órgãos estaduais e municipais, mas evidencia-se que mesmo após o Plano Diretor precisará de atualizações mais detalhadas para que dê suporte ao processo de planejamento e a um controle urbano efetivo **(Anexo I do Volume 1)**.

Com respeito à temática socioeconômica há uma ênfase natural na leitura dos dados secundários relativos ao perfil social da população residente – com base nos dados disponíveis no IBGE, particularmente, e dos órgãos responsáveis pelas políticas sociais e assistenciais – e ao perfil econômico-financeiro naquilo que diz respeito à dinâmica dos mercados locais e regional – abrangendo os diferentes setores produtivos, o Produto Interno Bruto etc. – e a capacidade de arrecadação e investimento por parte do poder público local. Neste caso, as visitas de campo e entrevistas também se prestam como informação complementar de cunho mais qualitativo e servem para balizar os números obtidos nas pesquisas documentais, oferecendo uma visão mais abrangente e sensível à perspectiva dos residentes.

No tocante às temáticas físico-territorial urbana e ambiental, os procedimentos são similares, visto que o trabalho de campo ganha uma importância de destaque em termos de ferramenta para avaliação de potencialidades e problemas na visão do especialista, ao mesmo tempo em que oferece uma proximidade com a população residente que permite revelar a visão do morador sobre sua realidade e suas necessidades. Nesse sentido o registro fotográfico e cartográfico por meio de croquis e anotações se mostra tão relevante quanto as entrevistas e conversas informais com moradores realizadas ao longo dos dias de visita de campo. Os levantamentos de dados secundários auxiliam oferecendo um suporte quantitativo para a leitura global que foi levada e discutida na primeira oficina participativa realizada no mês de abril.

Da mesma forma, a temática do saneamento ambiental e dos transportes tomou em consideração os dados secundários coletados nas instituições estaduais e locais responsáveis por essas políticas setoriais, bem como as visitas de campo nas quais se procuravam identificar aspectos mais qualitativos com relação à oferta dos serviços e expectativas dos usuários. Foram feitas visitas e entrevistas observando-se, por exemplo, os reservatórios e redes dos sistemas de abastecimento de água, as microbacias e os sistemas urbanos de drenagem, quando existentes, e os problemas decorrentes de sua ausência, assim como os meios de transportes formal e informalmente disponíveis na cidade e nas sedes dos distritos.

A Leitura da Cidade (Leitura Técnica e Comunitária) se completou, além dos levantamentos primários e secundários das temáticas trabalhadas no Plano, com a realização da Oficina de Diagnóstico que objetivou elucidar a leitura comunitária sobre os problemas e potencialidades existentes no município.

A Oficina de Diagnóstico foi realizada no dia 08 de abril de 2010 e contou com a participação de 38 representantes locais, entre técnicos e gestores da Prefeitura e representantes das organizações sociais das áreas urbanas e rurais (**Registro 3 do Volume 3**). Os resultados dessa Oficina estão disponíveis no **Registro 4 do Volume 3 (Fotos 2.3 a 2.6)**.

Foto 2.3 – Apresentação da metodologia a ser utilizada na oficina



Fonte: TECHNE/2009.

Foto 2.4 – Utilização de Mapas para Especializar os Aspectos Levantados na Leitura Comunitária



Fonte: TECHNE/2009.

Foto 2.5 – Trabalhos em Grupos Temáticos



Fonte: TECHNE/2009.

Foto 2.6 – Apresentação dos Resultados de Cada Grupo Temático



Fonte: TECHNE/2009.



Essa oficina foi estruturada de forma a trabalhar a relação, sob diversos aspectos, do habitante com o meio que ele/ela convive a partir de referências de seu cotidiano. O roteiro estabelecido foi:

- **Apresentação da Oficina pelo moderador:**

- Visão geral do cronograma do Plano Diretor e a inserção desta etapa;
- Programação do dia: com destaque para a importância do trabalho de grupos;
- Objetivos: conhecer a realidade do município a partir da visão da comunidade;
- Metodologia:
 - Leitura comunitária: Que município temos? (levantando 3 indagações básicas sobre cada aspecto de cada uma das temáticas: "Como está?" "O que é bom?" "O que precisa melhorar?");
 - Temas: os 3 temas e seus diferentes aspectos;
 - Instrumentos: mapas e quadros de anotações.

- **Trabalho em Grupos:**

- Quem somos: rodada curta com nome, "o que faço" e "onde vivo" (bairro/vila - urbana/rural);
- Motivação: "**porque escolhi este grupo**" – numa rodada a visão de cada um;
- Mapas: **domínio de escala** - apresentar os mapas e provocar participantes a identificar os lugares:
 - Estimular a manifestação, localizando sua própria **casa, escolas, praças** etc. – lugares importantes.
- Reapresentação dos **ASPECTOS** do **TEMA** do grupo:
 - Leitura do quadro para esclarecer a abrangência e conferir a sua compreensão.
- Mapeamento e listagem do que é bom e do que precisa melhorar:
 - Observar sempre os *aspectos* e lançar as questões: "como está o aspecto x?" "o que é bom?" "o que precisa melhorar?";
 - Enfatizar aquilo que tem um lugar, uma expressão territorial;
 - Pontos ou círculos/elipses numeradas, correspondendo ao quadro de anotações.
- Escolha de um relator para apresentar ao plenário;
- Breve exposição de cada grupo, sintetizando os resultados alcançados:
 - Destacar divergências e consensos.
- Discussão aberta com comentários e contribuições;
- Avaliação e sugestões para a dinâmica da próxima oficina;
- Relembrar o cronograma e convidar para a participação na próxima oficina - proposições;
- Orientações para o Grupo Gestor, esclarecendo seus papéis, as formas de comunicação, as estratégias de mobilização.

Na oficina os participantes foram distribuídos em 3 grupos de trabalho, abordando os seguintes temas e alguns aspectos específicos:

- **Moradia e Meio Ambiente:**

- *Habitação e uso do solo* – a casa, a localização do comércio, dos serviços e atividades produtivas, e a qualidade dos espaços de lazer;
- *Meio ambiente urbano e rural* – as praças, os rios, as matas etc.;
- *Saneamento ambiental* – água, esgoto, lixo, drenagem;
- *Mobilidade* – transportes e acessibilidade (calçadas, ruas etc.);
- *Patrimônio histórico e arquitetônico* – o que representa a memória e a identidade da comunidade.

- **Desenvolvimento Social e Cultural:**

- *Rede de assistência social* – os serviços, os espaços e alcance da assistência social;
- *Rede de educação* – qualidade das escolas, sua localização etc.;
- *Rede de saúde* – alcance e qualidade dos hospitais e postos de saúde;
- *Manifestações culturais* – os espaços e as formas de expressão da cultura local.

- **Desenvolvimento Econômico e Institucional:**

- *Oportunidades de emprego e negócios* – áreas mais fortes no município;
- *As atividades de comércio, indústria e serviços* – o lugar em que se encontram e a qualidade e organização desses espaços;
- *As atividades agrícolas* – o plantio e a criação de animais, sua localização e formas de distribuição das mercadorias;
- *A prefeitura e sua estrutura* para o planejamento e prestação de serviços para a população;
- *As formas de organização da sociedade* (sindicatos, associações etc.) e os espaços para discutir e contribuir nas políticas públicas – conselhos, fóruns etc.

A análise dos temas trabalhados na Oficina, juntamente com a leitura comunitária e técnica, está exposta no capítulo de Diagnóstico Municipal, que traz também a descrição do perfil histórico e características do município, elementos que deram a base para elaboração de propostas estratégicas, definição dos temas prioritários e diretrizes gerais que constituíram a Etapa III de elaboração desse Plano Diretor Participativo Saudável.

2.3 OFICINA DE PROPOSIÇÕES

Um dos momentos mais importantes no processo de elaboração do Plano Diretor Participativo Saudável de São Joaquim do Monte foi o da realização da Oficina Participativa de Elaboração de Propostas.



A mobilização social, presente em todas as etapas de elaboração do Plano, requer a participação dos diferentes atores presentes no cenário local, tanto da esfera institucional da administração municipal como das diversas entidades da organização social, das áreas urbanas e rurais.

Os eventos participativos sejam eles, fóruns, oficinas e consulta pública, são precedidos de um processo de sensibilização e mobilização dos atores locais realizado mediante contatos diretos, com visitas as sedes de entidades civis da área urbana e rural e reuniões com gestores locais, representantes de entidades da sociedade civil e vereadores para apresentação, divulgação e ajustes da programação do evento e convite a participação.

Nesta fase de elaboração do Plano Diretor, o Núcleo Gestor assume a condução do processo de mobilização, elaborando os convites, mobilizando os atores locais, organizando a logística necessária para realização do evento. Para isto, mantém-se o Núcleo Gestor informado sobre o calendário de oficinas e sobre a programação do evento, estabelecendo um contínuo diálogo entre representantes do Núcleo, técnicos da consultoria e com os técnicos da Agência CONDEPE/FIDEM responsáveis pelo acompanhamento do Plano Diretor no município.

A oficina participativa foi organizada segundo o roteiro que está esquematicamente apresentado a seguir:

- **Abertura:**

- Pronunciamento das entidades promotoras sobre essa fase do Plano Diretor

- **Apresentação da Oficina pelo moderador:**

- Visão geral do cronograma do Plano Diretor e a inserção desta etapa;
 - Programação do dia: com destaque para a importância do trabalho de grupos;
 - Objetivo da oficina: elaborar propostas para o Plano Diretor a partir da visão dos moradores;
 - Metodologia:
 - Leitura comunitária estruturada a partir da seguinte pergunta: Que município queremos?
 - Apresentação dos principais aspectos da leitura comunitária e técnica sobre o município hoje em seus diversos aspectos. Esse diagnóstico foi discutido na 1ª Oficina cujas questões principais foram: O que é bom? E o que precisa melhorar?
 - Temas para o trabalho em grupo focando na elaboração de diretrizes e ações por tema. As interfaces entre os temas podem ser exploradas pelos grupos;
 - Instrumentos: mapas e quadros de anotações.

- **Trabalho em Grupos:**

- Quem somos: rodada curta com **nome**, “**o que faço**” e “**onde vivo**” (bairro/vila - urbana/rural);
 - Apresentação cuidadosa do **Quadro Síntese** do **TEMA** do grupo:
 - Leitura do quadro para esclarecer a conteúdo e conferir a sua compreensão.

- Mapas: apresentar os **Mapas Síntese de Diagnóstico** e verificar compreensão dos participantes:
 - Estimular a manifestação, localizando **aspectos principais** da Leitura Comunitária.
- Quadros: apresentar o **Quadro de Anotações** e orientar como preencher olhando o **Quadro Síntese**;
- Discutir a tarefa: **Diretrizes** (orientações mais gerais e indicação de *regras* - o que permitir e proibir) e **Ações** (obras prioritárias, projetos, capacitações, e a instalação de comissões, conselhos, eventos etc.);
- Listagem e Mapeamento de proposições no **Quadro de Anotações**:
 - Observar sempre o Quadro Síntese e lançar as questões: “como resolver a questão x?”, “como melhorar y?”, “como será o acompanhamento do PD?”;
 - Enfatizar aquilo que tem um **lugar**, uma expressão territorial;
 - Pontos ou círculos/elipses numeradas, correspondendo ao quadro de anotações.
- Escolha de um relator para breve exposição de cada grupo, sintetizando os resultados alcançados:
 - Destacar divergências e consensos.

Na oficina os participantes foram distribuídos em 4 grupos de trabalho, abordando os seguintes temas e alguns aspectos específicos:

- **Moradia**

- *Habitação e uso do solo* – a casa, a localização do comércio, dos serviços e atividades produtivas, e a qualidade dos espaços de lazer
- *Mobilidade* – transportes e acessibilidade (calçadas, ruas etc.),
- *Patrimônio histórico e arquitetônico* – o que representa a memória e a identidade da comunidade.

- **Meio Ambiente**

- *Meio ambiente urbano e rural* – as praças, os rios, as matas, etc;
- *Saneamento ambiental* – água, esgoto, lixo, drenagem, limpeza urbana, etc.

- **Desenvolvimento Social e Cultural**

- *Rede de assistência social* – os serviços, os espaços e alcance da assistência social;
- *Rede de educação* – qualidade das escolas, sua localização, equipamentos, atendimento, qualificação, etc;
- *Rede de saúde* – alcance e qualidade dos hospitais e postos de saúde, atendimento, qualificação, etc;
- *Manifestações culturais* – os espaços e as formas de expressão da cultura local.

- **Desenvolvimento Econômico e Institucional**

- *Oportunidades de emprego e negócios* – áreas mais fortes no município;

- *As atividades de comércio, indústria e serviços* – o lugar em que se encontram e a qualidade e organização desses espaços;
- *As atividades agrícolas* – o plantio e a criação de animais, sua localização e formas de distribuição das mercadorias;
- *A prefeitura e sua estrutura* para o planejamento e prestação de serviços para a população;
- *As formas de organização da sociedade* (sindicatos, associações etc.) e os espaços para discutir e contribuir nas políticas públicas – conselhos, fóruns etc.

Foto 2.7 – Abertura da 2ª. Oficina do Plano Diretor



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 2.9 – Trabalho em Grupos Temáticos



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 2.8 – Apresentação da Síntese do Diagnóstico



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 2.10 – Apresentação dos Resultados de cada Grupo Temático



Fonte: TECHNE/2010.

A Oficina de Diretrizes e Proposta foi realizada no dia 13 de agosto de 2010 e contou com a participação de 23 representantes locais, entre técnicos e gestores da Prefeitura e representantes das organizações sociais das áreas urbanas e rurais. Dentre os presentes verificou-se um percentual de aproximadamente 17% de representantes das organizações civis e de cidadãos e 82% de gestores, técnicos e servidores vinculados a esfera governamental (**Registro 5 do Volume 3**). Os resultados dessa Oficina estão disponíveis no **Registro 6 do Volume 3** desse relatório.



A participação dos representantes locais nesta oficina foi extremamente reduzida, se comparada aos eventos anteriores. Atribuiu-se o esvaziamento a escolha do dia, por ter ocorrido choque de compromissos na agenda dos gestores municipais e também pela proximidade da Romaria de Frei Damião que sobrecarrega as atividades principalmente dos representantes da prefeitura que também compõem o Núcleo Gestor.

A dificuldade de mobilizar e garantir a participação nos eventos do Plano Diretor foi alvo de avaliação no final da oficina, havendo, portanto o reconhecimento dos representantes do Núcleo Gestor de melhor planejar o dia do próximo evento, juntamente com os técnicos da consultoria e da Agência CONDEPE/FIDEM, e mobilizar pessoas e representantes que estiveram presentes nos primeiros encontros realizados.

Outros participantes da oficina se referem aos técnicos de instituições estaduais sediadas no município, aos gerentes da Agência CONDEPE/FIDEM e aos técnicos da consultoria TECHNE.

Os resultados dos trabalhos de grupo, organizados nos painéis e mapas que foram sendo montados durante a sessão, foram sistematizados pela equipe técnica e incorporados no processo de elaboração final das proposições que constituem o capítulo de diretrizes e proposições do Plano Diretor Participativo Saudável.

2.4 FÓRUM DE VALIDAÇÃO

No dia 10 de novembro de 2010 foi realizada a última atividade pública do processo de elaboração do Plano Diretor Participativo Saudável de São Joaquim do Monte. A partir de agora, a Prefeitura deverá apresentar o Projeto de Lei à Câmara Municipal, dando lugar a uma nova etapa participativa na qual a sociedade terá a oportunidade de acompanhar e se integrar ao processo decisório do legislativo municipal.

O evento contou com a participação de 35 pessoas, sendo 17% de representantes das organizações da sociedade civil (**Registro 10 do Volume 3**). A forma de organização dos trabalhos se deu de maneira um pouco diversa das principais etapas anteriores, porque desta feita o objetivo central era de leitura e discussão do Texto Base do Plano Diretor. Isso exigiu um tempo considerável de dedicação a uma leitura coletiva do texto, de modo a assegurar uma mais clara compreensão das propostas. Como nas outras oportunidades, a plenária foi dividida em grupos, contemplando 3 temáticas: *Regulação e Uso do Solo, Ações sobre o Meio Ambiente Natural e o Ambiente Construído e Desenvolvimento Econômico, Social e Institucional*. As discussões foram tranquilas, sem grandes alterações de redação no conteúdo do Texto Base e nenhuma modificação nos parâmetros e zoneamento propostos (**Registro 9 do Volume 3**).

Foto 2.11 – Leitura do Texto Base em um dos Grupos formados



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 2.12 – Exposição dos Resultados dos Trabalhos em Grupo



Fonte: TECHNE/2010.



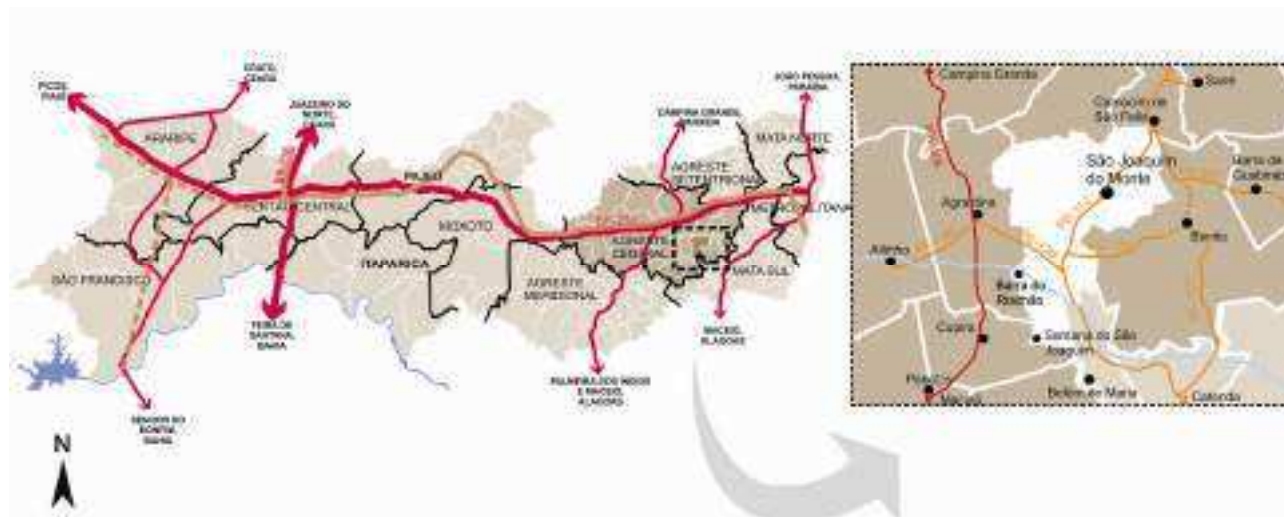
3. DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO

3. DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO

3.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E DIVISÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA

O município de São Joaquim do Monte está localizado na Mesorregião Agreste e na Microrregião do Brejo Pernambucano, no Estado de Pernambuco. Limita-se ao Norte, com Bezerros e Camocim de São Félix; ao Sul, com Cupira; a Leste, com Bonito e Belém de Maria; e ao Oeste, com Agrestina. A área municipal ocupa 242,62 km² e representa 0,24% do Estado de Pernambuco (**Figura 3.1**). A sede municipal, situada a uma latitude de 08°25'57"(S), longitude de 35°48'16" (WGr), e altitude de 463 metros, dista 124,6 km do Recife. O acesso é feito pelas rodovias BR-232, PE-103 e PE-112.

Figura 3.1 – Mapa de Localização do Município de São Joaquim do Monte



Fonte: TECHNE/2010.

Segundo a Lei Estadual nº 12.427/03, o Estado de Pernambuco está dividido em 12 Regiões de Desenvolvimento (RD), definidas por características geográficas e perfis socioeconômicos e culturais. O município de São Joaquim do Monte encontra-se inserido na RD Agreste Central, conforme **Figura 3.1**.

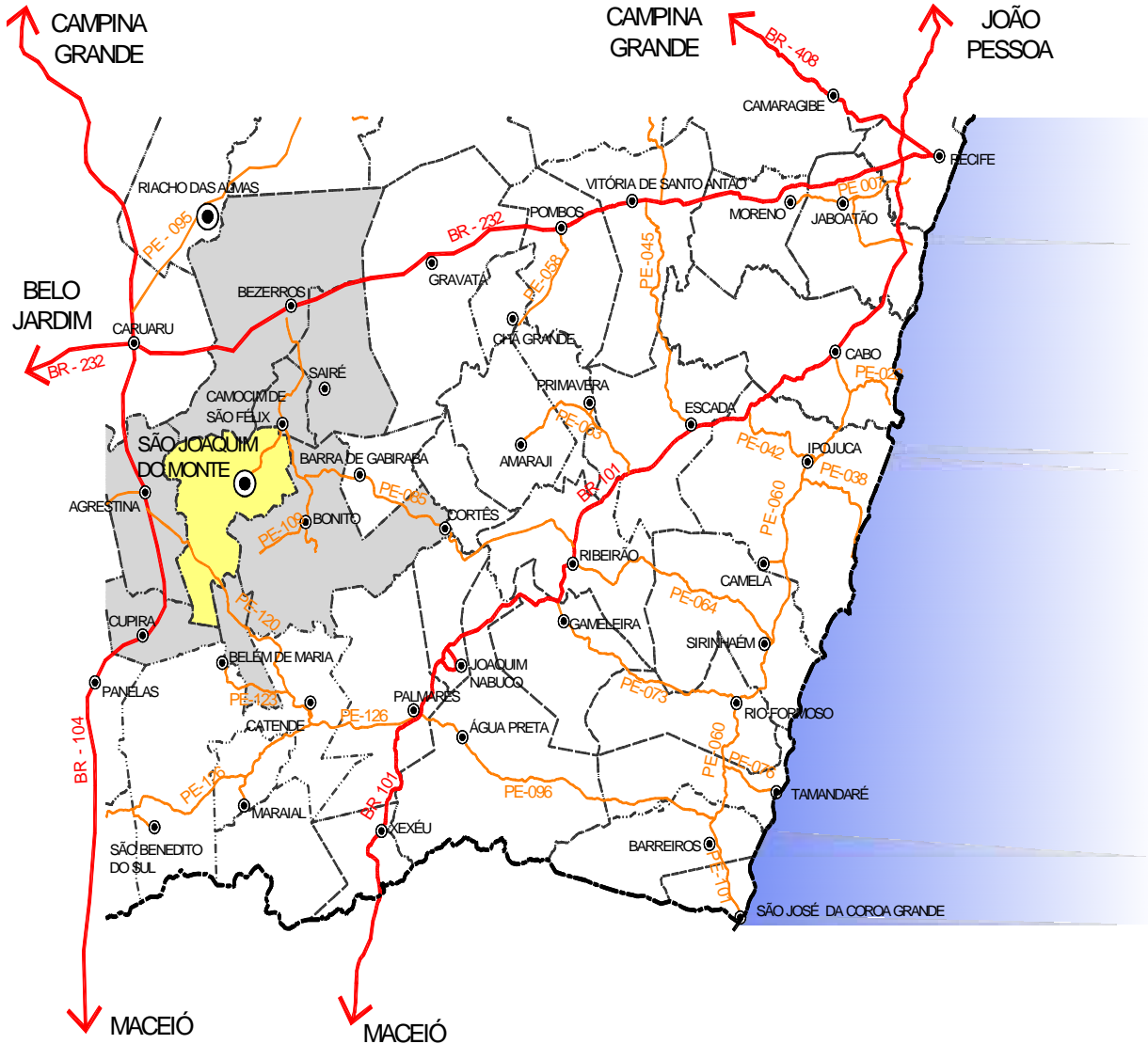
O município possui três distritos: a sede de São Joaquim do Monte, e os distritos de Barra do Riachão e de Vila de Santana. As sedes desses dois últimos se acham em aglomerados urbanos, conforme classificação do IBGE, mas apresentam fortes características e vínculos rurais.

A sede municipal está localizada a leste do seu território, às margens da PE-112, sendo essa rodovia sua principal conexão com os municípios vizinhos. A **Figura 3.2** ilustra essas conexões.

Os distritos de Barra do Riachão e Vila de Santana estão situados na porção sul do município e distam da sede municipal aproximadamente 19 km e 23 km, respectivamente. O acesso a ambos ocorre por meio da PE-112, PE-120 e estradas vicinais não pavimentadas.

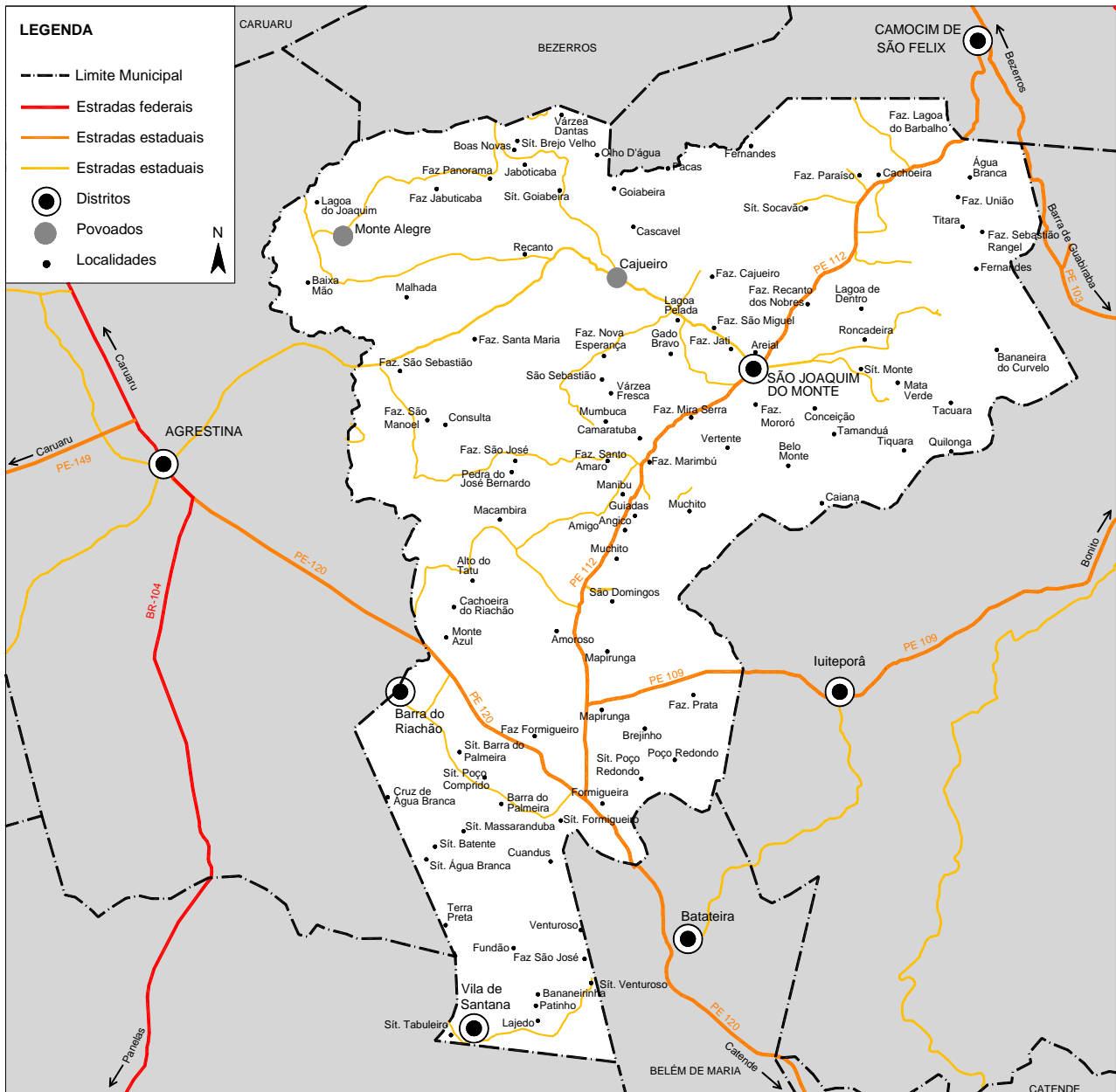
No ambiente rural, ainda destacam-se os povoados de Monte Alegre e Cajueiro, situados ao norte do município. Todas as localidades rurais são acessadas por estradas vicinais. A **Figura 3.3** ilustra a localização e conexões entre a sede e essas localidades em São Joaquim do Monte.

Figura 3.2 – Conexões entre São Joaquim do Monte e os Municípios Vizinhos



Fonte: TECHNE/2010.

Figura 3.3 – Conexões entre a Sede e Localidades Rurais de São Joaquim do Monte



Fonte: TECHNE/2010.



3.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

3.2.1 Origem do Município

O histórico do município¹ indica que São Joaquim do Monte até 1890 era uma propriedade deserta pertencente aos senhores Manoel Quintino dos Santos, Capitão Manoel Antônio (o português) e Manoel Caetano da Costa.

Em 1891, foi dado início à edificação da cidade com a construção, pelo senhor Manoel Quintino dos Santos, da primeira casa do nascente lugarejo. Naquela época já havia nas proximidades uma casa denominada "Casa Nova" de ABA DE SERRA (nome primitivo de São Joaquim do Monte), então pertencente ao Capitão Manoel Antônio. O nome "ABA DE SERRA" deve-se ao fato de o sítio ficar na parte inferior da serra, hoje conhecida como "Serra do Monte".

Ao ser elevado à categoria de Povoado, passou a denominar-se de São Joaquim, em homenagem, segundo antigos moradores, ao Cel. Joaquim José de Lima, político de maior evidência na época.

No ano de 1896 foi erguida uma capela sob a invocação de São Sebastião. Dois anos mais tarde, ou precisamente em 1898, o Padre Joaquim da Cunha Cavalcanti, celebrante mensal em São Joaquim, em comum acordo com o Cel. Joaquim José de Lima, resolveram, em caráter definitivo, sobre a escolha do padroeiro de seus fiéis elegendo São Joaquim a São Sebastião.

Em 1913 foi iniciada a construção de uma capela, mais ampla e confortável, por orientação do Missionário Frei Epifânio que atuava na localidade. Ela foi inaugurada em 1915 sob a aclamação do povo. Um dos benfeitores dessa obra foi o Cel. José Joaquim de Melo (o José Gameleira) que, além de doar todos os tijolos necessários, ainda emprestou carros de boi para o transporte dos materiais ao local da construção.

A sequência de topônimos foi, também, uma preocupação dos que fizeram São Joaquim do Monte. Da primitiva "ABA DE SERRA" seguiu-se "SÃO JOAQUIM"; posteriormente com a criação da Comarca foi "CAMARATUBA" e finalmente o nome atual de "SÃO JOAQUIM DO MONTE".

De fato, o distrito de São Joaquim criado pela lei municipal nº 2, de 07.03.1912, era subordinado ao município de Bonito, conforme os quadros de apuração do Recenseamento Geral de 01.09.1920.

Pelo decreto-lei estadual nº 952, de 31.12.1943, o município de São Joaquim possuiu a ser denominado de Camaratuba, o distrito de Santana foi denominado de Batente e o distrito de Senador Tibúrcio de Batateira.

No período de 1944-1948, o município de Camaratuba foi constituído por três distritos: Camaratuba, ex-São Joaquim, Batateira ex-Senador Tibúrcio e Batente ex-Santana. Pela lei estadual nº 416, de 31.12.1948, o município de Camaratuba passou a denominar-se São Joaquim do Monte e a divisão territorial datada de 01.07.1950.

¹ Plano de Educação Municipal 2008 e dados do IBGE



Pela lei estadual nº 3.340, de 31.12.1958, desmembra-se do município de São Joaquim do Monte os distritos de Belém de Maria e Batateira para formar o município de Belém de Maria.

Em divisão territorial datada de 01.07.1960, o município é constituído por dois distritos: São Joaquim do Monte e Santana de São Joaquim, ex-Batente. Pela mesma lei nº 14, de 13.12.1963, é criado o distrito de Barra do Riachão.

Como já mencionado anteriormente, São Joaquim do Monte é constituído de três distritos: a sede, Barra do Riachão e Vila de Santana. Além desses, a população rural reside também em povoados, como Cajueiro e Monte Alegre e em sítios.

3.2.2 Base Social

3.2.2.1 Perfil Demográfico

São Joaquim do Monte era habitada em 2007 por uma população estimada em 20.869 pessoas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A população do município é predominantemente urbana e, de acordo com a contagem populacional 2007, 64,5% do seu contingente populacional viviam na sua área urbana e 35,5% (7.399 pessoas) habitavam a zona rural. Merece registro o fato de que a população rural decresceu entre 1996 e 2007 11,7%, ao passo que a população urbana apresentou um crescimento de 41,9%.

No período 1996-2007 a população de São Joaquim do Monte cresceu a uma taxa média anual de 1,0%, passando de 18.662 habitantes em 1996 para 20.869 em 2007. Deve-se registrar que a estimativa populacional do IBGE para o ano de 2009 apontou um total de 21.872 habitantes, cabendo ressaltar-se que este é um número preliminar, fruto de extrapolação estatística dos resultados anteriores.

Essa evolução demográfica se mostra mais relevante quando se leva em consideração a dinâmica da taxa de fecundidade média do município, a qual passou de 4,94 filhos por mulher em 1991 para 3,54 filhos por mulher em 2000². Apesar da redução sensível no período, a taxa de fecundidade média do município ainda mostra-se bastante alta, o que justifica a moderada expansão populacional ocorrida no município ao longo da última década.

Tabela 3.1 – Número de Habitantes Segundo Sexo e Situação de Domicílio (São Joaquim do Monte)

	1996	2000	2007
População Total	18.662	19.842	20.869
Masculina	9.274	9.878	10.299
Feminina	9.388	9.964	10.339
Urbana	9.491	11.354	13.470
Rural	9.171	8.488	7.399
Grau de Urbanização (%)	50,9%	57,2%	64,5%

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico 2000 e Contagens Populacionais 1996 e 2007.

² Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – São Joaquim do Monte - PE.

Como pode se observar na **Tabela 3.2**, os grupos de idade com maior expressão são os de jovens, com concentração nas faixas etárias de 20 a 29 anos (3.429 pessoas), seguido do grupo com idade entre 30 a 39 anos (2.628 pessoas). Observa-se ainda que o percentual de crianças também é grande: nas faixas etárias entre “0 a 14 anos” encontram-se 6.147 pessoas, o que corresponde a 29,4% do total.

Tabela 3.2 – Evolução da população por faixa etária (São Joaquim do Monte)

Idade	2000	2007
TOTAL	19.842	20.869
0 a 4 anos	2.196	1.744
5 a 9 anos	2.278	2.113
10 a 14 anos	2.317	2.290
15 a 19 anos	2.208	2.184
20 a 29 anos	3.029	3.429
30 a 39 anos	2.392	2.628
40 a 49 anos	1.720	2.123
50 a 59 anos	1.426	1.560
60 a 69 anos	1.206	1.343
70 anos e mais	1.070	1.224

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Censo Demográfico 2000 e Contagem Populacional 2007.

A Contagem Populacional 2007 do IBGE demonstra que o conjunto dos grupos etários até 29 anos de idade acumula o maior número de pessoas, mostrando que o município possui uma população predominantemente jovem. Tal fato indica a necessidade de investimentos em políticas públicas voltados para a educação e capacitação para o mercado de trabalho que priorizem esta força de trabalho de grande potencial e procurem, sempre que possível, guiar seu foco para as novas possibilidades econômicas trazidas pelo processo de desenvolvimento do Estado de Pernambuco (ver item 3.2.3.4).

3.2.2.2 Saúde

A Secretaria Municipal de Saúde de São Joaquim do Monte está habilitada na Gestão Plena da Atenção Básica à Saúde, fazendo parte da IV Dires (Diretoria Regional de Saúde), sediada no município de Caruaru. O modelo de atenção à saúde está consolidado observando os quatro princípios básicos, segundo as diretrizes das políticas Federais e Estaduais: integralidade da atenção à saúde; vigilância em saúde; territorialização da atenção e controle social.

Segundo observa-se no Plano Municipal de Saúde - 2006/2009- em São Joaquim do Monte predominava a organização assistencialista, centralizadora de atenção à saúde. Contudo em 2005, ocorreu a ampliação do Programa de Saúde da Família, ampliando o acesso da população aos serviços de saúde, reestruturando a prática assistencial para organização de serviços básicos focada na qualidade e eficiência.

A atenção básica da rede de saúde municipal totalizava 11 unidades em 2009, como pode ser observado na **Tabela 3.3**.

Apesar do atendimento de saúde ocorrer tanto na área urbana como rural, a cobertura ainda não atinge 100% da população. Há no município 32 agentes de saúde e 5 agentes de endemias. Os Postos de Saúde, que totalizam 11 unidades, dispõem de 1



médico, 1 auxiliar de enfermagem e 1 enfermeiro, contudo, as equipes de profissionais não estão completas em todas as unidades.

Na atenção ambulatorial especializada ocorreram investimentos pelo poder público municipal, com ampliação da oferta de serviços.

Na **Tabela 3.4** se observa a quantidade de procedimentos em média complexidade realizados na rede do município no período de janeiro a dezembro de 2005.

Tabela 3.3 – Estrutura Física da Rede Municipal de Saúde

Unidade de Saúde	Quantidade
Urbana	04
PSF AREIAL	01
PSF FOICE	01
PSF COHAB	01
PSF CRUZEIRO	01
Rural	07
PSF MONTE ALEGRE	01
Posto volante de PACAS	01
Posto volante de CAJUEIRO	01
PSF VILA DE SANTANA	01
PSF BARRA DO RIACHÃO	01
PSF MONTE AZUL	01
Posto volante de FORMIGUEIRO	01
TOTAL	11

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde/2009.

Tabela 3.4 – Procedimentos de Média Complexidade Realizados no Município

Procedimentos de Média Complexidade	Quantidade Anual
Cirurgias ambulatoriais especializadas	227
Ações especializadas em odontologia	1.410
Patologia Clínica	33.164
Exames ultra-sonográficos	1.448
Diagnose	95
Fisioterapia	10.134

Fonte: DATASUS/2005.

Em 2007 foi estruturada uma Central de Regulação na Secretaria Municipal de Saúde, para garantir o acesso da população aos serviços de saúde especializados não ofertados no município. Contudo, verificam-se problemas como: garantia de acesso aos serviços de maior complexidade, falta de regularidade para o registro de informações sobre a assistência prestada, baixa resolutividade e falta de qualificação profissional.

No tocante à atenção hospitalar, conforme Cadastro Nacional de Estabelecimento-CNES, a unidade Filantrópica Presidente Castelo Branco, funciona com regulação, controle e auditoria realizados pela Secretaria Estadual de Saúde. Em 2008 esta unidade foi indicada para atender a toda microrregião, com serviços de média complexidade. O hospital dispõe de 50 leitos para internamento, considerados insuficientes pelos representantes municipais.

A **Tabela 3.5** demonstra a quantidade e distribuição de leitos disponibilizados pela Unidade Mista Presidente Castelo Branco para o Sistema Único de Saúde – SUS.



Tabela 3.5 – Quantidade de Leitos Disponíveis ao SUS

Leitos por Especializados	Existentes
Cirurgia geral	17
Clínica geral	10
Obstetrícia	11
Pediatria	12
Total	50

Fonte: FCES/2008.

A **Tabela 3.6** apresenta a quantidade de internamentos realizados em São Joaquim do Monte no período entre 2003 e 2004.

Tabela 3.6 – Quantidade de Leitos por Especialidade

Clínica	2003	2004
Clínica pediátrica	347	347
Clínica médica	347	338
Clínica obstétrica	806	819
Clínica Cirúrgica	639	573

Fonte: Plano Municipal de Saúde - 2009.

Segundo avaliação dos gestores locais, a unidade hospitalar apresenta problemas tais como: estrutura física e tecnológica inadequada; insuficiência de equipamentos e insumos; equipe profissional insuficiente; pouco investimento em capacitação; ausência de atendimento pré-hospitalar móvel com regulação médica de urgências; insuficiência de transporte para transferência de pacientes; inadequação do cadastro da unidade hospitalar; e dificuldades de gestão para melhor garantir acesso aos serviços de saúde.

A maioria dos partos é realizado no hospital municipal. Segundo o Sistema de Informação e Atenção Básica – SIAB e DATASUS, no ano de 2008, 36 mulheres menores de 20 anos tiveram filhos o que equivale a 86,7% do número de mulheres atendidas. Portanto ressalta-se o problema da gravidez na adolescência em São Joaquim do Monte. O percentual de prematuridade nos recém nascidos era de 1,8% e a proporção dos nascidos vivos com baixo peso era de 4,16% (SIAB 2005).

A **Tabela 3.7** mostra a queda no índice de mortalidade infantil no período de 1989 a 2005. Os profissionais da área avaliam que ocorreu melhoria do atendimento às mulheres com acompanhamento na fase de pré-natal.

Tabela 3.7 – Índice de Mortalidade Infantil em São Joaquim do Monte para cada 1.000 nascidos vivos

Ano	Taxa para cada 1.000 nascidos vivos
1989	82,2
1990	10,58
1994	14,22
1998	10,52
2001	3,02
2002	3,05
2003	4,06
2004	4,03
2005	7,08

Fonte: DATASUS/SIM e Plano Municipal de 2005 a 2009.



Nos programas de Imunização de Crianças, do Idoso e Programa de Saúde Bucal, o atendimento se dá nas unidades de saúde da família e no hospital. O programa de imunização do idoso em 2008 atingiu 60% de atendimento às pessoas acima de 65 anos, conforme dados do SIAB.

Observa-se tanto nos dados provenientes de fontes oficiais como na avaliação do Plano Municipal de Saúde, que a população feminina de São Joaquim do Monte teve mais acesso aos serviços de saúde, recebendo orientação para o planejamento familiar. O atendimento atingiu 700 mulheres cadastradas. Contudo os representantes municipais avaliam que este serviço precisa ser ampliado para atender a crescente demanda.

Embora o município tenha implantado o programa de hipertensão e diabetes, falta uma política para realização de práticas saudáveis com o desenvolvimento de ações preventivas e de promoção da saúde. De acordo com o Plano Municipal de Saúde, foram notificados 457 casos de diabetes sendo acompanhados 90% desse total.. Este fator demonstra que o município vem melhorando a atenção às pessoas com problemas de hipertensão e diabetes, mas faltam ações preventivas e integradas, que invistam em atividade física e de lazer.

O Programa de farmácia implantado no município apresenta dificuldades devido à falta de medicamentos. O Projeto remédio em casa para hipertensos, diabéticos e para pessoas com problemas de saúde mental está entre as prioridades de investimento da Secretaria de Saúde Municipal.

3.2.2.3 Educação

A Secretaria Municipal de Educação tem a atribuição de desenvolver a política determinada na Lei de Diretrizes e Bases e no Plano Nacional de Educação, que preveem o atendimento municipal à educação infantil, pré-escolar e ensino fundamental até o 5º ano. Mesmo assim, alguns equipamentos atendem também ao ensino fundamental do 5º ao 9ºano e ao ensino médio, embora não seja uma obrigação do município.

Em 2008, foi elaborado o Plano Municipal de Educação de São Joaquim do Monte com o objetivo de estabelecer diretrizes, ações, metas e modalidades para um período de dez anos. O plano estabelece compromissos com o desenvolvimento educacional e a diminuição das desigualdades regionais garantindo a inclusão escolar em todas as etapas de ensino, prevendo um processo de colaboração com entes federados e instituições locais.

A rede de educação tem 45 equipamentos, desses, 02 são estaduais, 41 municipais e 02 privados. Do total, 02 equipamentos atendem a duas modalidades de ensino, pré-escolar e ensino fundamental.

Cinco equipamentos escolares do município estão com suas atividades paralisadas no ano de 2010 devido à falta de alunos matriculados na faixa do pré-escolar ao 5ºano. Esses equipamentos estão localizados na zona rural do Município. Segundo avaliação dos representantes municipais, a falta de demanda nas escolas da área rural deve-se ao êxodo rural e/ou à redução de filhos por famílias.

Tabela 3.8 – Quadro Demonstrativo do Ensino, Quantidades de Alunos e Equipamentos que Atendem

Modalidade de Ensino	Quantidade de Equipamentos	Entes Federativos	Quantidade de Alunos Matriculados
Pré Escolar, Educação Infantil	04 localizadas na Zona Urbana e 06 na rural	01 privado 09 municipais	663
Ensino Fundamental	28 na Zona rural e 05 na Urbana	01 estadual 01 privado 31 municipais	4.449
Ensino Médio	02 todos localizados na sede	01 estadual 01 municipal	985
Ensino Superior	–	–	–

Fonte: Plano Municipal de Educação/2008 e IBGE/2008.

A falta de planejamento da gestão pública para definir demandas e localização de equipamentos escolares contribui para a dificuldade de implantação do sistema de nucleação das escolas rurais, permanecendo a tendência de formar turmas multisseriadas, situação que leva ao desestímulo e evasão escolar.

As condições de estrutura física da maioria das escolas que atende a faixa etária de 01 a 05 anos não estão adequadas às necessidades das crianças. Os espaços são pequenos para atividades lúdicas e recreativas, e mesmo aquelas que têm pátio, neles faltam equipamentos de lazer. Além disso, o mobiliário não é adequado à faixa etária.

Quanto à Educação Inclusiva, voltada para os portadores de necessidades especiais, o atendimento deve ser realizado em turmas normais sem segregação. Os profissionais devem ser capacitados para o atendimento especializado. No município apenas 14 pessoas com necessidades especiais são atendidas na rede escolar municipal: dois (02) deficientes auditivos, um (01) com distúrbio na fala e onze (11) com deficiência mental moderada. Os representantes municipais avaliam que o município ainda não atende a demanda total para esta área.

Na modalidade de ensino fundamental, as escolas municipais e estaduais têm um quantitativo de 4.382 alunos matriculados e na escola privada o quantitativo de aluno é de 67³.

Segundo o Plano Municipal de Educação de 2008, a escola se propõe ser um espaço de inclusão social resgatando e valorizando a potencialidade das crianças, adolescentes e jovens, desenvolvendo habilidades e competências para no futuro inseri-los no mercado de trabalho. Contudo, observa-se que o município enfrenta dificuldades com relação à qualidade da educação, faltando equipamentos tecnológicos e políticas que incentivem a qualificação profissional.

O percentual de repetência e evasão escolar da modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do Ensino Fundamental na zona urbana fica em torno de 27%, sendo ainda maior a repetência e evasão na zona rural, conforme apresenta a **Tabela 3.9**. Constata-se também um elevado percentual de reprovação, ocasionando um desestímulo ao aluno para continuar seus estudos. Na área rural, os equipamentos têm infraestrutura precária além da baixa qualidade do ensino.

³ Dados do IBGE 2008

Tabela 3.9 – Índice de Repetência e Evasão Escolar em 2008

Urbana		Rural	
Repetência	Evasão	Repetência	Evasão
19,10%	7,64%	21,31%	10,58%

Fonte: Plano Municipal de Educação/2008.

O município conta com uma biblioteca vinculada à Secretaria de Educação com capacidade para atendimento diário de 200 estudantes. A maioria dos que a procuram encontra-se na faixa etária de 10 a 18 anos, frequentam o local para leitura e alguns levam livros emprestados. Durante o período de férias há uma redução no uso desse equipamento. No local estão sendo instalados computadores para incentivar a pesquisa.

Para avaliar o atendimento satisfatório dos equipamentos educacionais é necessário considerar diversos aspectos, como localização do equipamento (área urbana ou rural), distância a ser percorrida ou tempo de deslocamento, condições de pavimentação e transporte, quantidade de vagas ofertadas versus a demanda, qualidade e nível de ensino ofertado, entre outros itens que devem ser considerados e analisados pelo Plano Municipal de Educação. No caso desse Plano Diretor, foi possível observar um desses itens, referente ao raio de alcance do equipamento educacional. Considerando-se uma distância máxima de 500 metros (equivalente a cerca de 10 minutos a pé em ambiente de topografia regular) entre a origem (casa) e o destino (escola), deslocando-se pelo modo a pé, a sede municipal é quase totalmente atendida pela rede educacional, ficando algumas áreas dos bairros Canaã e Novo Tempo descobertas. Contudo, esse dado não é suficiente para analisar a cobertura do equipamento quanto ao atendimento da demanda e a qualidade de seu ensino (**Figura 3.4**).

3.2.2.4 Assistência Social

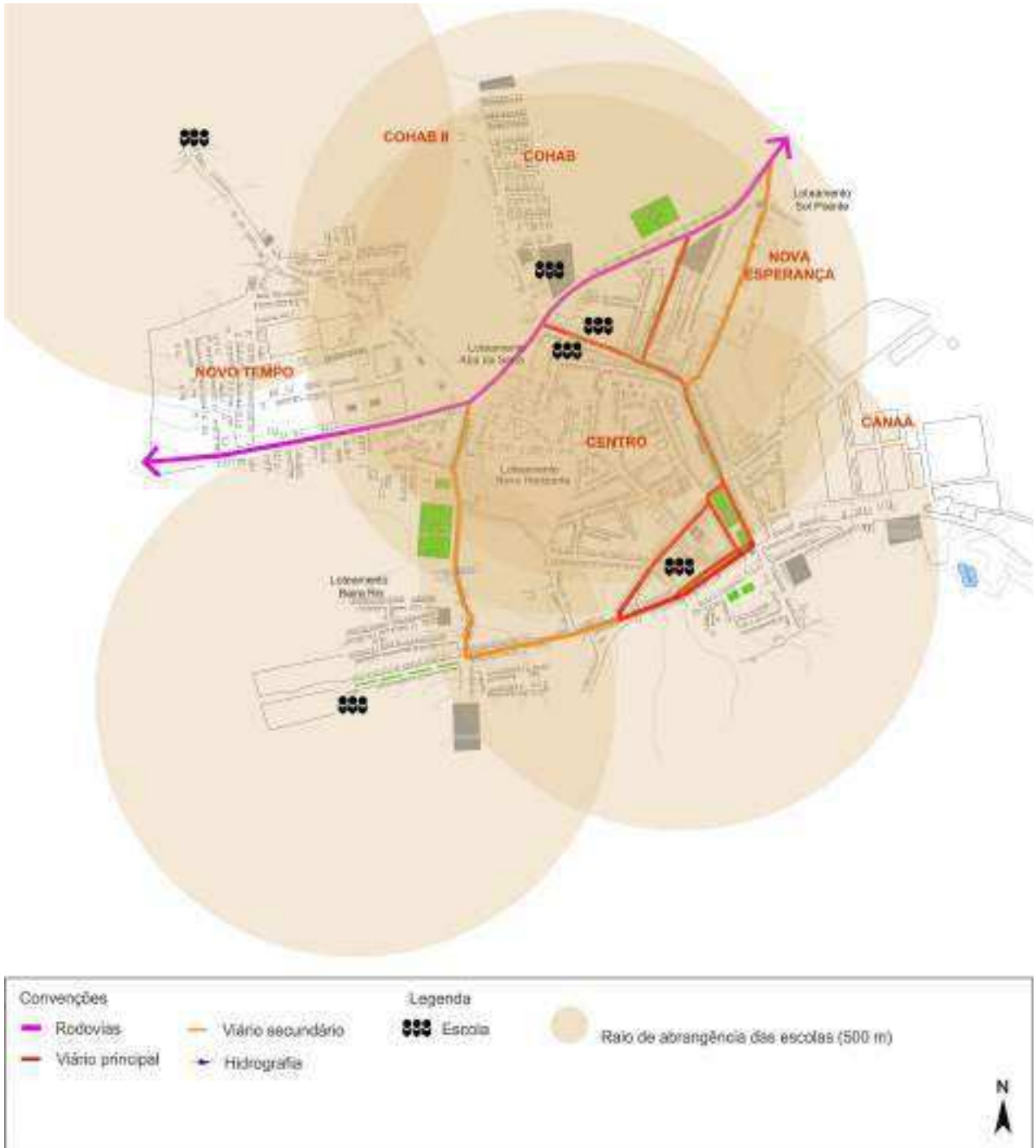
A Secretaria de Ação Social está habilitada na Gestão Plena da Assistência Social o que do ponto de vista da capacidade de gestão institucional representa um avanço da política de assistência no município.

O Centro de Referência em Assistência Social – CRAS – órgão executor da política de Assistência para atendimento sócio-assistencial localiza-se na sede do município.

O município não tem um Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS – impossibilitando o atendimento mais eficaz às crianças e aos adolescentes em risco social de média complexidade.

O principal programa desenvolvido no CRAS é o acompanhamento das famílias cadastradas no Bolsa Família. O número de beneficiários em 2009 era de 3.431. Contudo estão inscritas no cadastro único 4.494 famílias. No Projovem, o município atende 140 jovens na faixa etária entre 14 e 17. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI – voltado para crianças de 7 aos 13 anos atende uma média de 340 crianças e adolescentes com jornada ampliada, desenvolvendo atividades recreativas, artesanato, e outras. Esses programas não atendem 100% da população cadastrada. Ainda é possível encontrar crianças trabalhando principalmente entre os moradores da área rural.

Figura 3.4 – Abrangência Territorial da Rede Escolar na Sede Municipal



Fonte: TECHNE/2010.



Além desses Programas, existem no município: o Centro de Convivência do Idoso, que atende 75 idosos; e o Centro Comunitário, que oferece cursos de computação gráfica e artesanato, atendendo uma média de 104 jovens.

A Secretaria de Ação Social desenvolve outras atividades assistenciais, como a distribuição de cestas básicas de forma regular para 21 famílias sem teto, que se encontram em um equipamento público ocioso onde funcionava o Colégio Antonio de Menezes e para 01 família que ocupa a garagem da prefeitura. Este trabalho é realizado com acompanhamento do CRAS.

Com relação ao desenvolvimento de política de geração de trabalho e renda, as ações são incipientes: o município atua com curso de computação para jovens que tem por objetivo qualificá-los para o mercado de trabalho.

No Distrito de Barra do Riachão, uma Associação de Agricultores faz trabalhos de artesanato. Atualmente a Associação conta com 35 associados, a maioria do sexo feminino. Anteriormente, essas mulheres fabricavam redes de pesca. Com ajuda do NUSP/UFPE e mediante intervenção do Programa Municípios Saudáveis, os associados, aproveitando a experiência de trabalhar com tramas de redes, passaram a produzir artesanalmente colares, blusas e echarpes para comercialização. O grupo recebe apoio pontual da Prefeitura - apenas quando se faz necessária a participação em eventos e feiras artesanais.

Para os jovens dependentes químicos não há trabalho direcionado. Esses jovens são identificados pelos técnicos do CRAS e encaminhados ao Conselho Tutelar.

Além dos órgãos governamentais, a igreja atua com programas assistenciais junto aos jovens com dependência química e famílias carentes, fornecendo sopas e outros tipos de assistência. Atualmente, a igreja acompanha 50 famílias cadastradas.

O Projeto Viver Saudável executado pela Secretaria de Saúde atende a mais de 200 jovens com jogos, capoeira, basquete, handebol, vôlei e hip-hop, objetivando a socialização e formação cidadã.

Observa-se que existem no município várias iniciativas para o desenvolvimento de ações sócioassistenciais, sejam do poder público municipal sejam da sociedade civil. Essas iniciativas podem ser potencializadas e evoluir para formação de uma rede de articulação social que integre várias secretarias e entidades sociais para atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade, objetivando reduzir as situações de pobreza. Na **Tabela 3.10**, vê-se um resumo dos programas e de sua capacidade de atendimento.

Tabela 3.10 – Capacidade de Atendimento dos Programas Sociais de São Joaquim do Monte

Bolsa Família	Idoso	Jovens/ Crianças	Cestas Básicas
Beneficiados 3.431 famílias Cad. Único 4.494 inscritos	75 idosos	140 do Pró-jovem 340 do PETI 200 do Projeto Viver Saudável	25 no mês de Janeiro/2010

Fonte: Secretaria de Ação Social.

3.2.2.5 Cultura

A Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes é quem responde pelas ações de cultura, priorizando o turismo que é considerado pelos gestores locais como maior potencialidade para o desenvolvimento do município.

Uma das expressões culturais do município é a Festa de Reis, atualmente enfraquecida por não dispor de recursos financeiros para acontecer. Nessa festa, acontece a apresentação de bandas, muitas, contudo, não são originárias da terra. A mazurca e o pastoril não têm sido valorizados. No entanto, existem grupos como o FOLCOART que realizam apresentações nas festas juninas e no Dia de Reis, assim como a Banda de Pífano que vem sendo incentivada pelo Poder Público.

No mês de agosto, acontece, no município, a romaria ao santuário de Frei Damião significando um grande evento na cidade. Durante esse período, a área central da sede fica interditada para veículos, devido a grande quantidade de pessoas que chega ao município, oriunda de todo o Nordeste. Contudo, o município carece de equipamentos e de infraestrutura adequada para receber os romeiros.

Outras atividades que atraem turistas são as trilhas ecológicas e o rali de motocicletas que acontece no mês de novembro.

Embora os gestores considerem o turismo como potencialidade local, não há investimento para sua estruturação, tanto na infraestrutura como na organização social, visando melhoria da qualidade dos serviços, divulgação das atrações e maior envolvimento da população local, seja como empreendedores, seja no desenvolvimento de políticas sociais, ambientais e sócio-educativas. A **Tabela 3.11** resume as formas de expressões culturais existentes no município.

Tabela 3.11 – Expressões Culturais em São Joaquim do Monte

Forma de Expressão	Influência na Dinâmica do Município
Festas Juninas	Promove a integração da área rural com danças e forró. Folguedo popular que faz parte de toda região trazendo turistas para realizar trilhas na área rural do município.
Festa do Padroeiro São Joaquim	Traz turistas de outros municípios para participar das cavalgadas e trilhas de moto, além da programação da Igreja católica local.
Romaria de Frei Damião (27 a 30 agosto)	Traz romeiros de todos os municípios, inclusive de outros Estados, tais como Paraíba e Rio Grande do Norte.

Fonte: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes.

3.2.2.6 Desenvolvimento Institucional e Cidadania

As Secretarias que fazem parte da administração municipal são:

- Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
- Secretaria de Obras;
- Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes;
- Secretaria de Administração;
- Secretaria de Ação Social;
- Secretaria de Educação;
- Secretaria de Saúde.



Com relação à organização social existem duas entidades de moradores que atuam na sede e quatro organizações de agricultores na área rural, em funcionamento. A Associação de Agricultores do Sitio Batente e Barra do Riachão objetiva desenvolver ações empreendedoras a exemplo do artesanato de renda com ponto de rede. Contudo, atualmente carecem de incentivo e de espaço para produção e divulgação deste trabalho.

As políticas municipais são fiscalizadas pelos conselhos institucionais de políticas setoriais. Esses conselhos têm composição paritária e realizam reuniões mensais. Segundo avaliação dos conselheiros existe dificuldade de reunir todos os membros.

A participação social ainda é incipiente no município, embora se verifique algumas iniciativas de organização com experiência em associativismo, como é o caso das artesãs mencionadas anteriormente.

Manifesta-se no município situações de conflito de terra impulsionadas pelo Movimento dos Sem Terra - MST, que chegou a ocupar terras de uma fazenda na localidade. O conflito ocorreu com violência causando mortes, reclusão e sanção aos participantes.

Na **Tabela 3.12** se encontram elencados os conselhos municipais e periodicidade de suas reuniões.

Tabela 3.12 – Periodicidade das Reuniões do Conselho Municipal

Conselho Municipal	Reuniões
Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável	Mensal
Conselho Municipal de Saúde	Mensal
Conselho Municipal de Educação	Mensal
Conselho Municipal de alimentação escolar	Mensal
Conselho de Unidades executoras	Mensal
Conselho Municipal de Assistência Social	Mensal
Conselho Municipal da Criança e do adolescente	Mensal
Conselho Tutelar	Por determinação do MP ou quando se faz necessário

Fonte: Secretaria de Ação Social.

3.2.3 Base Econômica

3.2.3.1 Emprego e Atividade Econômica

Quando se observa a atividade econômica e o emprego formal de São Joaquim do Monte encontra-se um quadro preocupante. Em 2008 os seus habitantes contavam apenas com 964 postos formais de trabalho segundo dados da RAIS/2008. Desse total as atividades do setor público municipal respondem por 87,1% de todas as vagas, oferecendo 840 desses empregos. O outro empregador de relevância é o setor de comércio varejista, com 78 registros formais.

Ainda de acordo com a RAIS a remuneração média dos trabalhadores com Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada foi de R\$ 1.265,76 por mês em 2008, a qual gerou uma massa salarial bruta de R\$ 14.642.261,28 naquele ano.

Tabela 3.13 – Nº. de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado por Setor de Atividade em 2008 (São Joaquim do Monte)

Subsetores de Atividade	Pessoal Ocupado	Estabelecimentos
Indústria Têxtil	2	1
Alimentos e Bebidas	9	1
Construção Civil	0	1
Comércio Varejista	78	19
Instituições Financeiras	4	1
Transporte e Comunicação	2	1
Alojamento e Alimentação	6	4
Administração pública	840	2
Agricultura	23	3
Total	964	33

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS.

Tabela 3.14 – Remuneração Mensal Média por Setor de Atividade em 2008 (São Joaquim do Monte)

Setores de Atividade	Remuneração Mensal Média (R\$ 1,00)
Indústria Têxtil	965,00
Alimentos e Bebidas	5.025,25
Construção Civil	1.331,18
Comércio Varejista	48.309,37
Instituições Financeiras	18.441,56
Transporte e Comunicação	3.298,42
Alojamento e Alimentação	2.964,82
Administração pública	1.128.285,34
Agricultura	11.567,50
Total	1.220.188,44

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS.

Para que se tenha uma ideia do porte dos estabelecimentos da cidade, dividiu-se o contingente de trabalhadores formais, excluindo-se os trabalhadores do maior empregador (administração pública), pelo número de estabelecimentos, excluindo-se também aqueles do setor público, tendo sido encontrada uma média de 4. No comércio, os 19 estabelecimentos empregam apenas 78 pessoas, com uma média pouco superior a 4 empregados em cada unidade. Vê-se que são, portanto, estabelecimentos de pequeno porte com capacidade bastante limitada de absorver a mão de obra local.

Tabela 3.15 – Participação dos Setores de Atividade segundo Estabelecimentos e Pessoal Ocupado em 2008 (São Joaquim do Monte)

Subsetores de Atividade	Pessoal Ocupado	Estabelecimentos
Indústria Têxtil	0,2%	3,0%
Alimentos e Bebidas	0,9%	3,0%
Construção Civil	0,0%	3,0%
Comércio Varejista	8,1%	57,6%
Instituições Financeiras	0,4%	3,0%
Transporte e Comunicação	0,2%	2,0%
Alojamento e Alimentação	0,6%	12,1%
Administração pública	87,1%	6,1%
Agricultura	2,4%	2,4%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS.

O baixo nível de ocupação e emprego se reflete em uma renda per capita também muito baixa, da ordem de R\$ 76,61 em 2000. Em relação a 1991, o crescimento foi de apenas 5,4%, uma vez que naquele ano o valor foi de R\$ 72,68.

O contingente populacional com renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo (R\$ 75,50 em agosto de 2000) diminuiu 6,2%, passando de 74,5% em 1991 para 69,9% em 2000⁴.

Tabela 3.16 – Indicadores de Renda e Pobreza (São Joaquim do Monte)

Indicador	1991	2000
Renda per capita Média (R\$ de 2000)	72,68	76,61
População com mais de 50% de sua renda proveniente de transferências governamentais (%)	13,39	26,67
Proporção de Pobres (%)	74,48	69,91

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.

Com a expansão dos programas governamentais de transferência de renda ocorrida ao longo dos anos 90 observou-se um crescimento da dependência da população destas fontes de recursos, as quais se constituem em uma política compensatória de grande relevância no sentido de atenuar a pressão emigratória mencionada anteriormente. Os números de São Joaquim do Monte, na Tabela 3.16, mostram que um em cada quatro habitantes tem mais da metade de sua renda oriunda de programas de transferência de renda sem contrapartida econômica.

Na composição da renda disponível da população os benefícios previdenciários desempenham um papel de grande significado. Abaixo são apresentados os dados da arrecadação e dos benefícios pagos pelo INSS em anos recentes. Para que se tenha um elemento de comparação, em 2008 os benefícios previdenciários injetaram na economia local pouco mais de R\$ 17,59 milhões enquanto o total da receita corrente da Prefeitura (inclui arrecadação tributária e transferências constitucionais) situou-se por volta dos R\$ 19,67 milhões (ver item 3.2.3.3, Finanças Municipais).

Observa-se também que o pagamento de benefícios previdenciários é muito superior à arrecadação previdenciária do próprio município. Por outro lado em 2008 o total de gastos com pessoal por parte da Prefeitura municipal foi de R\$ 11,11 milhões e é inferior ao total de benefícios pagos pelo INSS naquele ano.

Desta forma benefícios previdenciários, programas de transferência de renda e a remuneração dos servidores públicos, principalmente os municipais, são a principal fonte da renda pessoal disponível e tem a grande responsabilidade de fazer girar o pequeno comércio local. São, portanto, os elementos 'indutores da atividade econômica.

⁴ Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – São Joaquim do Monte- PE.

Tabela 3.17 – Evolução dos Benefícios e da Arrecadação Previdenciária (São Joaquim do Monte)

Ano	Benefícios	Arrecadação
2000	3.664.937	34.926
2001	5.969.807	318.766
2002	7.610.748	779.361
2003	9.714.577	958.424
2004	10.196.110	1.078.373
2005	11.277.034	1.314.106
2006	13.603.527	1.263.421
2007	15.822.520	1.492.911
2008	17.591.152	1.488.978

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social - SINTESE/DATAPREV.

3.2.3.2 PIB Municipal

Em 2007 o Produto Interno Bruto de São Joaquim do Monte era da ordem de R\$ 66,5 milhões, ocupando a 97ª posição no ranking estadual, segundo a Agência CONDEPE/FIDEM, como se pode observar na **Tabela 3.18**. Ao analisar-se a evolução deste dado no período compreendido entre 2003 e 2007 pode-se observar uma tendência de crescimento regular durante todo o período, em torno de 10% a.a., sendo a média do período de 11,1%. No ano de 2005, registrou-se o maior crescimento da série, da ordem de 13,2%, com relação ao ano anterior.

Tabela 3.18 – Produto Interno Bruto a Preços de Mercado (R\$ milhões) em São Joaquim do Monte (2003 - 2007)

Sector	2003	2004	2005	2006	2007
Agropecuária	9,57467	9,81189	11,7396	11,94875	11,5178
Indústria	2,88857	3,06234	3,888	5,3845	5,99165
Serviços	29,60675	33,61419	37,3464	45,859	50,91905
Total	43,7	47,7	54	60,5	66,5
Posição no Ranking Estadual	94	92	89	99	97

Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM.

Na **Tabela 3.19** nota-se que em 2007 o produto por habitante no município foi de R\$ 3.135,00, bastante abaixo da média estadual de R\$ 7.337,00, como também da média da RD Agreste Central, a qual foi de R\$ 4.810,00. Dado expressivo esse último, uma vez que o produto por habitante do município é de apenas dois terços daquele registrado na sua RD. Em outras palavras, se o município de São Joaquim do Monte fosse excluído da RD Agreste Central a renda média regional aumentaria.

Tabela 3.19 – Produto Interno Bruto Per Capita em São Joaquim do Monte (2003 - 2007)

	2003	2004	2005	2006	2007
PIB per capita Municipal (R\$ 1,00)	2.183	2.380	2.818	2.727	3.135
Posição no Ranking Estadual	98	100	85	149	129

Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM.

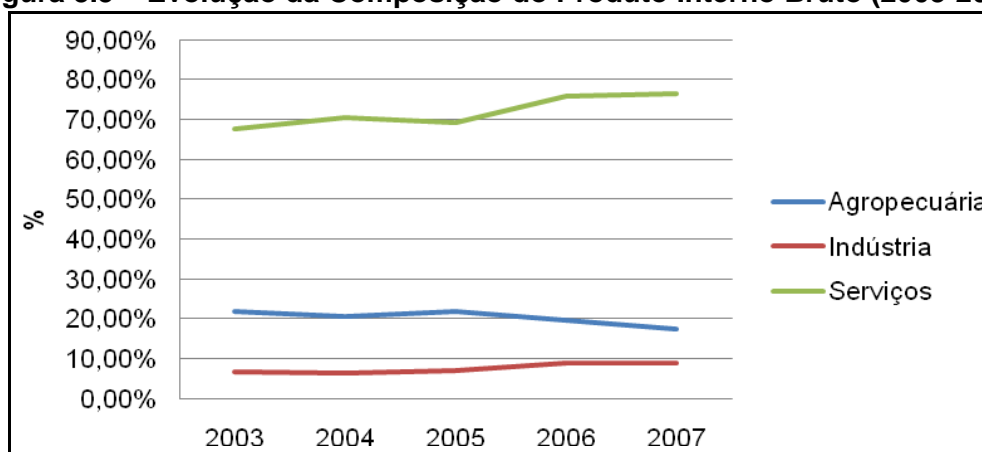
Quanto à composição do Produto Interno Bruto do município, o setor de serviços mostra-se como o de maior relevância, com 76,57% do total, refletindo o peso das atividades governamentais na vida da cidade. De se notar o baixo peso relativo do setor industrial na formação do produto local, verificando-se que sua participação teve uma pequena variação positiva e passou de 6,61% em 2003 para 9,0% em 2007.

Tabela 3.20 – Composição do Produto Interno Bruto (%) em São Joaquim do Monte

Discriminação	2003	2004	2005	2006	2007
Agropecuária	21,91%	20,57%	21,74%	19,75%	17,32%
Indústria	6,61%	6,42%	7,20%	8,90%	9,01%
Serviços	67,75%	70,47%	69,16%	75,80%	76,57%

Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM.

Figura 3.5 – Evolução da Composição do Produto Interno Bruto (2003-2007)



Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM.

Entre os anos de 2003 e 2007, o PIB a preços correntes de São Joaquim do Monte cresceu 52,2%, enquanto o PIB da RD Agreste Central registrou crescimento de 67,4% e o PIB estadual 150,2%. Assim, vê-se que o desempenho da economia do município foi inferior à média da Região de Desenvolvimento em que está inserido e de apenas um terço da média estadual.

Tabela 3.21 – Variação do PIB (2003-2007)

Discriminação	Variação
PIB Total	52,2%
PIB per capita	43,6%
Agropecuária	20,29%
Indústria	107,43%
Serviços	71,98%

Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM.

Ao serem examinados os números do setor agropecuário, por meio dos dados da pesquisa Produção Agrícola Municipal – PAM do IBGE, observa-se que as culturas de tomate e batata-doce respondem por 85,6% do valor gerado pelas lavouras do município. Além destas, as culturas de mandioca e maracujá também possuem algum destaque. Em 2008, o município foi o oitavo maior produtor de tomate do Estado, com 3,8% do total produzido no ano. É válido ressaltar que o município apresenta um rendimento médio por hectare de 50.000 toneladas, superior à média estadual, de 37.061 toneladas (**Tabela 3.22**).

A atividade extrativa mineral e vegetal é pouco relevante no município, com produção em pequena escala de lenha e carvão vegetal. Em 2008, a comercialização desses produtos gerou uma renda de apenas R\$ 13 mil no município (**Tabela 3.23**).

Tabela 3.22 – Principais Produtos Agrícolas - 2008

Produto	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)	Rendimento Médio (kg/ha)	Valor da Produção (R\$1.000)
Banana	2	10	5.000	2
Batata-doce	300	4.500	15.000	2.700
Feijão	60	18	300	32
Mandioca	250	3.500	14.000	525
Maracujá	50	600	12.000	480
Milho	60	36	600	21
Tomate	120	6.000	50.000	3.600

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Produção Agrícola Municipal (PAM), 2008.

Tabela 3.23 – Extração Mineral e Vegetal - 2008

Produto	Quantidade (t)	Valor (R\$ mil)
Carvão Vegetal	1	9
Lenha	267	4

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Produção da Extração Vegetal e Silvicultura, 2008.

Com um rebanho total de pouco mais de 31.499 cabeças, o município de São Joaquim do Monte apresenta uma atividade pecuária de pequeno porte. Entre os rebanhos do município, o plantel de bovinos é o mais numeroso, contrariando a tendência local da região Agreste, de produção de galináceos. Essa atividade, de comprovada vocação local, poderia tornar-se um importante gerador de renda para o município, caso houvesse investimento específico voltado a essa atividade produtiva.

Tabela 3.24 – Efetivo dos Rebanhos - 2008

Tipo de Rebanho	Efetivo (Cabeças)
Bovino	13.906
Caprino	770
Ovino	279
Suíno	1.092
Asinino	43
Equino	645
Muar	33
Galos, frangas, frangos e pintos	7.336
Galinhas	6.425
Codornas	960

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), 2008.

Esse estoque de animais gerou um fluxo de mercadorias das quais são encontrados registros na produção de leite e na de ovos, conforme **Tabelas 3.25 a 3.27**.

Tabela 3.25 – Vacas Ordenhadas e Produção de Leite

Vacas Ordenhadas	Produção de Leite (1.000 l)	Valor do Leite (R\$ 1.000)
1.595	1.419	993

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Produção da Pecuária Municipal (PPM), 2003.

Tabela 3.26 – Ovos de Galinha

Quantidade (Mil Dúzias)	Valor (R\$ 1.000)
89	152

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Produção da Pecuária Municipal (PPM), 2008.



Tabela 3.27 – Mel de Abelha

Quantidade (Mil Dúzias)	Valor (R\$ 1.000)
–	7

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Produção da Pecuária Municipal (PPM), 2008.

3.2.3.3 Finanças Municipais

A abordagem adotada no presente tópico tem por objetivo traçar um perfil do gasto municipal nos anos recentes, buscando indicações da disponibilidade de recursos para o financiamento das ações propostas no Plano Diretor ora em elaboração.

Procurou-se adotar, sempre que cabível, a metodologia de análise desenvolvida por Fernando Rezende (MDIC) e Maria Cristina Mac Dowell (IPEA) no Projeto Metrópole Estratégica, elaborado pela Locus Planejamento e Desenvolvimento Local.

A fonte de dados utilizados foi a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN-MF) por intermédio da base de dados do seu Sistema Finbra, disponível no sítio eletrônico www.tesouro.fazenda.gov.br/gfm.

A análise foi realizada com base nos dados publicados dos exercícios de 2007 e 2008, os quais de modo que as informações trazem dados recentes do contexto das finanças municipais.

3.2.3.3.1 Composição da Receita e Despesa

A Lei 4320/64, também conhecida como a Lei do Orçamento Público, classifica as receitas públicas em duas categorias econômicas: receitas correntes e receitas de capital. São receitas correntes aquelas que se destinam a atender as despesas rotineiras da administração, também chamadas de despesas correntes. Integram as receitas correntes, entre outras, a receita tributária e as receitas de transferências sendo essas últimas provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público - tais como o Governo Federal e o Estadual - ou privado destinadas a atender despesas classificáveis como despesas correntes.

As receitas de capital são aquelas formadas por recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas, da alienação de bens e direitos e de transferências recebidas de outras esferas de governo ou de pessoas de direito privado, com o objetivo de arcar com despesas classificáveis como despesas de capital. As receitas de capital visam atender àquelas despesas de caráter não-rotineiro da administração e em geral tem por objetivo ampliar a oferta de serviços públicos por meio de aplicações em obras, instalações, equipamentos e demais despesas necessárias para deixar tais serviços a disposição do seu público.

A **Tabela 3.28** demonstra que os principais componentes isolados da receita corrente de São Joaquim do Monte foram, em 2008, o FPM, as transferências do FUNDEB e as transferências do SUS. Juntos estes itens representaram 89,5% da receita rotineiramente disponível. A arrecadação do ISS e do IPTU, em conjunto, representa 0,49% dos valores ordinários recebidos pela edilidade e revelam um perfil que é bastante comum aos municípios da sua dimensão socioeconômica.

Tabela 3.28 – Participação dos Principais Itens na Composição da Receita Corrente (2008)

Item	IPTU	ISS	FPM	Cota-Parte ICMS	Transferência FUNDEB	SUS União
Participação	0,08%	0,41%	41,17%	2,38%	28,10%	20,26%

Fonte: STN/MF.

Entre 2008 e 2007 a receita corrente de São Joaquim do Monte cresceu 24,3%. Esta tendência de crescimento foi observada em vários itens, tendo sido mais acentuado em uns que em outros. Nesse sentido destaque para os valores provenientes do FPM (+23,1%) e para as transferências do SUS, as quais passaram em valores absolutos de R\$ 2.916.856,49 para R\$ 3.986.045,62 no período. Registre-se que o expressivo crescimento da receita de alguns tributos municipais se deu em cima de uma base de comparação bastante pequena, o que em grande parte explica a volatilidade dos números. Com efeito, em 2007 o valor arrecadado com o IPTU somou pouco mais de R\$ 10 mil e o ISS superou levemente os R\$ 76 mil.

Tabela 3.29 – Variação da Receita Corrente e seus Principais Componentes (2007/2008)

Item	Receita Corrente	IPTU	ISS	FPM	Cota-Parte ICMS	Cota-Parte IPVA	Transferência FUNDEB	SUS União
Variação	24,3%	50,7%	5,4%	23,1%	10,2%	0,6%	24,2%	36,7%

Fonte: STN/MF.

Além do crescimento da receita corrente convém examinar o grau de comprometimento dos recursos que a cidade dispõe para a execução de suas atividades rotineiras por parte de suas despesas mais expressivas.

As chamadas despesas correntes da Cidade de São Joaquim do Monte em 2007 consumiram 102,4% de toda a sua receita corrente, gerando um déficit corrente de R\$ 380,4 mil. Naquele ano, as despesas com pessoal e encargos comprometeram 61,8% dos recursos rotineiros do município. Também foram relevantes outras despesas correntes tais como os serviços prestados por pessoas jurídicas e seus respectivos encargos (coleta do lixo, p.ex.) e material de consumo.

Em 2008, as despesas correntes passaram a comprometer 94,3% da receita corrente total, de modo que foi formado um superávit corrente de R\$ 1,11 milhões. Pessoal e encargos (56,5%) diminuiu seu peso relativo. Esta melhora na saúde das finanças correntes de São Joaquim do Monte deveu-se basicamente ao expressivo aumento da cota do FPM, das transferências do SUS e do resultado líquido das transferências do FUNDEB entre os dois anos analisados. Estes dados estão compilados na **Tabela 3.30**.

Tabela 3.30 – Participação dos Principais Itens da Despesa na Receita Corrente 2007 e 2008 (%)

Ano	Despesas Correntes	Pessoal e Encargos	Serviços de Terceiros PJ	Material de Consumo	Serviços de Terceiros PF
2007	102,4%	61,8%	15,9%	14,1%	5,8%
2008	94,3%	56,5%	14,2%	12,0%	8,7%

Fonte: STN/MF.

A **Tabela 3.31** apresenta a variação dos principais componentes das despesas municipais entre os anos 2007 e 2008. O crescimento das despesas correntes foi de 14,5% no período, passando de R\$ 16,2 milhões em 2007 para R\$ 18,6 milhões em 2008. O gasto com pessoal e encargos aumentou em 13,6%, passando de R\$ 9,79 milhões para R\$ 11,12 milhões entre os dois anos em tela, ao passo que serviços de terceiros prestados por pessoa jurídica teve um crescimento expressivo de 10,9%. Causa espécie o elevado incremento ocorrido nas despesas com serviços prestados por pessoa física (+85,2%) as quais passaram de R\$ 921.059,71 para atingir a marca de R\$ 1.705.625,35. Conforme já apontado no item anterior, o aumento significativo da receita em 2008, em especial o do FPM, foi capaz de absorver os aumentos dos gastos correntes, compensar o déficit corrente verificado no exercício anterior e ainda gerar um superávit.

Tabela 3.31 – Variação dos Principais Itens de Despesa, 2007/2008 (%)

Ano	Despesas Correntes	Pessoal e Encargos	Serviços de Terceiros PJ	Material de Consumo	Serviços de Terceiros PF
Evolução	14,5%	13,6%	10,9%	5,7%	85,2%

Fonte: STN/MF.

3.2.3.3.2 Gastos Urbanos e a Dinâmica Fiscal

A análise dos gastos por função de governo foi desenvolvida como uma aproximação da sua importância na dinâmica fiscal dos municípios e suas implicações para o desenvolvimento urbano. O ideal seria dispor-se de dados desagregados por programas, de sorte que fosse possível quantificar as despesas urbanas com maior precisão. Neste sentido foram consideradas como despesas tipicamente urbanas aquelas incluídas nas funções habitação, saneamento, urbanismo e transportes, cumprindo ressaltar-se que as atividades de abastecimento d'água e coleta de esgoto são realizadas pela COMPESA.

Na **Tabela 3.32** pode ser observado que os gastos sociais por habitante no ano de 2008 foram de R\$ 708,67. Deste montante R\$ 332,67 foram gastos com Educação e R\$ 272,85 com saúde. Os valores remanescentes foram gastos com cultura, assistência social, desporto e lazer. Já os gastos tipicamente urbanos, os quais buscam atender as demandas cotidianas da população residente, situaram-se em R\$ 35,02 por habitante, ou seja, pouco mais do que 4,9% do outro grupo de gastos. Segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional, no seu Sistema FINBRA, a população de São Joaquim do Monte era de 21.700 pessoas em 2008.

Tabela 3.32 – Gastos Urbanos e Sociais por Habitante/Ano (R\$ 1,0/hab.)

Ano	Urbanos	Sociais		
		Educação	Saúde	Outros
2008	35,02	332,67	272,85	103,16

Fonte: STN/MF.

Esta composição funcional do gasto precisa ser entendida à luz de alguns fatores. Em primeiro lugar o modelo de gestão implantado nas áreas de saúde e educação nos marcos da Constituição de 1988 'municipalizou' as ações da área social, com a transferência de recursos vinculados aos gastos destas duas áreas. Essa maior presença federal na área social não encontrou correspondente na área de infraestrutura e serviços urbanos. Todo um arcabouço institucional voltado para habitação e urbanismo, consubstanciado em programas, fundos e entidades governamentais, que desempenhou papel fundamental no gasto urbano nas décadas de 70 e 80, foi sucessivamente desmobilizado ou extinto. Este rearranjo institucional desenvolvido no âmbito da Federação se reflete na composição dos gastos por função de governo no município do São Joaquim do Monte.

3.2.3.3.3 Autonomia Financeira

A participação das transferências correntes na composição da receita corrente total é um indicador da dependência das receitas municipais em relação a fontes externas de recursos. Embora as cotas-parte do ICMS e do FPM pertençam aos municípios por mandamento constitucional a dinâmica destes dois elementos guarda relação direta com a variação do nível de atividade econômica do País. Isto porque arrecadação do



ICMS e dos impostos que compõem o FPM (IPI e IR) é diretamente afetada pelas mudanças que se verificam no ritmo de crescimento da economia. Quanto maior for a dependência dos municípios desses recursos maior será o impacto causado pelas oscilações da economia brasileira nas suas finanças.

Em São Joaquim do Monte as transferências correntes (R\$ 19,11 milhões) representaram 97,2% da receita corrente total (R\$ 19,67 milhões) de 2008. Em outras palavras, as receitas rotineiramente disponíveis para a cidade tiveram origem majoritariamente em fontes cuja dinâmica ultrapassa os limites da ação municipal.

Um outro dado a ser considerado diz respeito ao grau de rigidez do gasto municipal consubstanciado, por um lado, em despesas inadiáveis tais como o pagamento dos salários e encargos sociais a eles vinculados, ao pagamento de serviços de terceiros e seus encargos, a despesas com consumo corrente (combustíveis, por exemplo) e a amortização e serviço da dívida contratada. Em São Joaquim do Monte estas despesas incompressíveis somaram R\$ 18,74 milhões em 2008 para a já mencionada receita corrente de R\$ 19,67 milhões.

Por outro lado, os municípios enfrentam a chamada vinculação de receitas e são obrigados a destinar parte da receita proveniente de impostos e transferências correntes à saúde e à educação, tornando-se fácil constatar a baixa flexibilidade enfrentada pelo gestores locais no manejo dos recursos que rotineiramente compõe a sua receita.

Alguns indicadores são habitualmente calculados de sorte que sirvam de referência para aferição das finanças municipais. Dentre esses indicadores foram selecionados 3 para ilustrar a presente análise.

O primeiro deles é o chamado equilíbrio momentâneo. Ele é calculado por meio da divisão do resultado orçamentário pela receita orçamentária. O resultado orçamentário (déficit ou superávit) é formado pela diferença entre a receita e a despesa orçamentária. “O cálculo do percentual do saldo na receita orçamentária indica apenas a situação no momento do encerramento do ano fiscal e por isso mesmo esse indicador é denominado de equilíbrio momentâneo” (Fernando Resende).

Em São Joaquim do Monte foi gerado um déficit orçamentário de R\$ 870,7 mil em 2007, de sorte que o grau de equilíbrio momentâneo foi de -5,3%. Em 2008 houve uma melhora do indicador, pois o déficit orçamentário reduziu-se para R\$156,5 mil e a respectiva taxa caiu para -0,8%.

De acordo com Fernando Resende “a análise de autonomia fiscal dos municípios pode ser realizada a partir do indicador de autonomia restrita, o qual mede a importância da receita própria no total da receita corrente”. O grau de Autonomia Restrita de São Joaquim do Monte em 2007 foi de 2,0%, e passou para 2,7% em 2008.

O indicador de poupança corrente é talvez o mais interessante para uma análise acerca das possibilidades de alocação de recursos no âmbito de um programa de investimentos. A chamada poupança corrente é formada pela diferença entre a receita corrente municipal e a sua despesa corrente. A divisão do saldo assim encontrado pelo total da receita corrente nos fornece a taxa de poupança do exercício. Uma poupança corrente positiva indica, em princípio, que existe a possibilidade de serem realizados novos gastos.



Em São Joaquim do Monte a poupança corrente evoluiu de um saldo negativo de R\$ 380.423,89 em 2007 para um resultado positivo de R\$ 1.116.666,73 em 2008, indicando uma certa folga fiscal. Em termos percentuais, o índice de poupança corrente passou de -2,4% em 2007 para + 5,7% em 2008.

Este resultado, porém, não indica que estes valores estão integralmente disponíveis e sobrando no caixa. As despesas de capital normalmente consomem todo ou parte do superávit corrente. Em 2007 para uma receita de capital de R\$ 538.034,97 foram realizadas despesas de capital no montante de R\$ 1.028.281,96, gerando-se um déficit na movimentação de capital de R\$ 490.246,99.

No exercício de 2008, observou-se que a despesa de capital de R\$ 2.396.085,72 foi suportada por uma receita de capital de R\$ 1.122.878,71. O déficit gerado nas contas de capital foi de R\$ 1.273.207,01. Os valores necessários ao seu enfrentamento tiveram origem nas chamadas receitas correntes.

Em outras palavras, a existência de poupança corrente positiva indica que o município tem a possibilidade de realizar parte dos investimentos que precisa utilizando uma fração dos recursos do seu próprio orçamento. Isto porque as receitas de capital têm origem, majoritariamente, em transferências realizadas por outras esferas de governo normalmente vinculadas a um projeto ou a um programa específico, o qual usualmente tem prazo determinado. A outra fonte mais usual de receitas de capital são as operações de crédito, as quais precisam ser criteriosamente avaliadas quanto a sua viabilidade e solvabilidade, face ao impacto que geram no comprometimento das receitas dos exercícios seguintes.

Do quadro observado pode ser inferido que a evolução dos números nos exercícios de 2007 e 2008 revelam a fragilidade do perfil das finanças da cidade de São Joaquim do Monte, estando claro que os valores disponíveis pela Prefeitura são insuficientes para atender a sua enorme demanda por investimentos tipicamente urbanos cujo equacionamento tem sido postergado ao longo dos últimos anos na quase totalidade dos municípios brasileiros. Manter a austeridade fiscal é imperativo para que possam ser conseguidos os valores necessários às inversões essenciais ao cotidiano da população residente e para que se consiga uma forma de financiamento que não comprometa os exercícios futuros.

3.2.3.4 A Economia Local e a Região

O município de São Joaquim do Monte carrega consigo os aspectos mais gerais das cidades do Agreste Pernambucano. Dentre tais características destacam-se (i) o pequeno número de empregos formais existentes, na sua grande maioria ofertados pelo setor público (item 3.2.3.1 supra) e (ii) a pequena participação das atividades industriais na composição do PIB local (item 3.2.3.2 supra).

Entretanto, identificam-se (i) na existência de Organizações da Sociedade Civil, como sindicatos rurais e associações empresariais, e (ii) na possibilidade da aproximação das instituições públicas com as necessidades da comunidade elementos capazes de contribuir para a formação de um capital social com potencial de contribuir para superação de problemas como o desenvolvimento de capacitação gerencial e qualificação profissional.

Tabela 3.33 – Receita Orçamentária

ITEM	2007	2008
Rec Orçamentária	16.370.450,02	20.796.068,47
Rec Correntes	15.832.415,05	19.673.189,76
Receita Tributária	304.305,73	440.685,23
Impostos	287.974,02	419.733,52
IPTU	10.035,17	15.118,67
IRRF	162.339,13	276.908,43
ITBI	38.837,78	46.827,50
ISSQN	76.761,94	80.878,92
Taxas	16.331,71	20.951,71
Tx Poder de Policia	7.241,23	13.016,17
Tx Prestação de Serviços	9.090,48	7.935,54
Contr de Melhoria	0,00	0,00
Rec de Contribuição	4.704,00	0,00
Contribuições Econômicas	4.704,00	0,00
Rec Patrimonial	5.956,05	81.495,54
Rec Valores Mobiliários	5.956,05	81.495,54
Rec de Serviços	3.866,00	6.026,00
Rec Transf Correntes	15.487.316,16	19.115.209,79
Transf Cor Intergovern	15.400.685,44	19.106.407,74
Transf Intergov da União	10.415.138,01	13.006.443,70
Cota FPM Líquida	6.576.988,22	8.099.150,89
Cota FPM	7.875.172,46	9.823.761,44
Dedução FUNDEB FPM	-1.298.184,24	-1.724.610,55
Cota ITR Líquida	6.013,97	3.546,28
Cota ITR	6.442,91	4.088,46
Dedução FUNDEB ITR	-428,94	-542,18
Cota Petróleo	81.749,01	130.982,26
SUS União	2.916.856,49	3.986.045,62
FNAS	302.431,77	228.373,60
FNDE	526.435,67	547.688,81
LC 87_96 ICMS Líquido	2.302,20	2.211,33
LC 87_96 ICMS	2.762,40	2.707,55
Dedução FUNDEB LC87_96	-460,20	-496,22
Outras Transfer União	2.360,68	8.444,91
Transf Intergov Estado	535.730,84	572.261,07
Cota ICMS Líquida	425.071,56	468.518,57
Cota ICMS	510.044,98	573.672,79
Dedução FUNDEB ICMS	-84.973,42	-105.154,22
Cota IPVA Líquida	55.644,68	55.975,59
Cota IPVA	59.614,58	64.584,70
Dedução FUNDEB IPVA	-3.969,90	-8.609,11
Cota IPI Exportação Líquida	1.911,11	1.885,67
Cota IPI Exportação	2.293,05	2.308,85
Dedução FUNDEB IPI Exp	-381,94	-423,18
Cota CIDE	53.103,49	44.093,06
Outras Transf Estados	0,00	1.788,18
Transf. Multigovernamentais	4.449.816,59	5.527.702,97
Transf Multigov FUNDEB	4.356.825,33	5.136.929,10
Transf Multigov FUNDEB Comp	92.991,26	390.773,87
Transf Convênios	86.630,72	8.802,05
Transf Convênios União	75.000,00	0,00
Outras TrConvUn	75.000,00	0,00
Transf Convênios Estados DF	11.630,72	8.802,05
TrConvEst Educação	11.630,72	8.802,05
Out Rec Correntes	26.267,11	29.773,20
Multas e Juros de Mora	2.410,45	5.076,18
Indeniz e Restituições	2.003,99	8.421,31
Rec Dívida Ativa	14.913,67	16.271,71
Receitas Diversas	6.939,00	4,00
Rec de Capital	538.034,97	1.122.878,71
Operações de Crédito	0,00	0,00
Rec Transf de Capital	538.034,97	1.122.878,71
Transf Cap Convênios	538.034,97	1.122.878,71

Fonte: STN/MF.

Tabela 3.34 – Despesa Orçamentária

ITEM	2007	2008
Despesas Orçamentárias	17.241.120,90	20.952.608,75
Desp Correntes	16.212.838,94	18.556.523,03
Pessoal e Encarg Soc_PES	9.786.555,56	11.119.921,56
PES Aplicações Diretas	9.786.555,56	11.119.921,56
PESAD Aposent e Reformas	195.812,92	211.931,20
PESAD Pensões	26.120,00	29.875,00
PESAD Contrat Tempo Determ	2.573.922,66	3.439.575,19
PESAD Salário_Família	94.324,52	99.930,77
PESAD Vencimentos Pes Civil	5.695.637,23	6.665.825,94
PESAD Obrig Patronais	939.752,34	627.183,46
PESAD Out Desp Variáveis PC	34.150,00	39.600,00
PESAD Sentenças Judiciais	0,00	6.000,00
PESAD Desp Exerc Anteriores	226.835,89	0,00
Juros e Encargos Dívida_JED	0,00	0,00
JED Aplicações Diretas	0,00	0,00
Out Desp Correntes_ODC	6.426.283,38	7.436.601,47
ODC Transf Inst Priv s Fins Lucr	21.160,00	30.240,00
ODC Transf ao Exterior	0,00	0,00
ODC Aplicações Diretas	6.405.123,38	7.406.361,47
ODCAD Diárias Civil	139.476,03	88.800,84
ODCAD Diárias Militar	0,00	0,00
ODCAD Aux Fin Estudantes	16.797,40	27.562,20
ODCAD Remun Cotas Fund Autárq	0,00	0,00
ODCAD Mat Consumo	2.224.505,46	2.351.562,01
ODCAD Premiações Diversas	0,00	400,00
ODCAD Mat Distribuição Gratuita	60.860,91	118.738,88
ODCAD Pass Desp Locomoção	10.190,00	0,00
ODCAD Serv Consultoria	140.212,18	156.580,60
ODCAD Out Serviç Terceiros PF	921.059,71	1.705.625,35
ODCAD Locação Mão-de-Obra	0,00	0,00
ODCAD Out Serviç Terceiros PJ	2.523.258,30	2.797.547,34
ODCAD Contribuições	0,00	1.682,60
ODCAD Obrig Tribut e Contrib	90.374,09	95.299,87
ODCAD Out Aux Financeiros PF	5.865,30	26.581,40
ODCAD Sentenças Judiciais	12.000,00	0,00
ODCAD Desp Exerc Anteriores	259.608,53	18.617,96
ODCAD Indeniz e Restituições	915,47	17.362,42
Despesas de Capital	1.028.281,96	2.396.085,72
Investimentos	487.637,70	1.627.732,61
I Aplicações Diretas	487.637,70	1.627.732,61
IAD Out Serv Teceiros PJ	0,00	0,00
IAD Obras e Instalações	322.956,66	1.394.258,27
IAD Equipam Mat Perm	135.681,04	223.474,34
IAD Aquisição de Imóveis	29.000,00	10.000,00
IAD Sentenças Judiciais	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00
IF Aplicações Diretas	0,00	0,00
Amortização da Dívida	540.644,26	768.353,11
AD Aplicações diretas	540.644,26	768.353,11
ADAD PrincipalDivContratual	540.644,26	768.353,11
SUPERAVIT ou DEFICIT	-870.670,88	-156.540,28

Fonte: STN/MF.

Tabela 3.35 – Despesa por Função do Governo

ITEM	2007	2008
Legislativa	591.106,61	668.215,55
Judiciária	0,00	0,00
Administração	3.215.063,98	3.123.096,59
Defesa Nacional	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00
Assistência Social	854.716,17	898.294,09
Previdência Social	33.698,48	36.997,32
Saúde	4.723.083,08	5.920.832,98
Trabalho	0,00	0,00
Educação	6.171.789,25	7.218.851,05
Cultura	317.755,42	729.689,57
Direitos da Cidadania	0,00	0,00
Urbanismo	142.565,70	384.784,64
Habituação	0,00	0,00
Saneamento	84.382,99	51.395,44
Gestão Ambiental	199.880,23	323.833,42
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00
Agricultura	285.142,03	231.357,16
Energia	0,00	0,00
Transporte	7.200,00	0,00
Desporto e Lazer	61.177,23	573.545,41
Encargos Especiais	553.559,73	791.715,53
TOTAL	17.241.120,90	20.952.608,75

Fonte: STN/MF.



Composta por 26 municípios, a Região de Desenvolvimento Agreste Central possui uma atividade econômica bastante diversificada, sendo algumas de suas cadeias produtivas de grande relevância para a economia do Estado. Um dos principais pólos dinâmicos de Pernambuco encontra-se nessa região juntamente com a RD Agreste Setentrional, a indústria do vestuário concentrada nos municípios de Caruaru, Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Taquaritinga do Norte, responsável por 73% de toda a produção de vestuário do Estado.

Com 76 mil empregos diretos e indiretos, gerados por cerca de 14 mil empresas, formais e informais, este Arranjo Produtivo Local (APL) tem crescido a um ritmo forte e constante ao longo da última década, sendo importantíssimo para geração de renda e emprego na região. De fato pode-se dizer que seu recente crescimento moldou a atividade econômica desses quatro municípios e de seu entorno, transformando sua vocação histórica ao desenvolvimento da indústria do vestuário em crescimento concreto e vigoroso. Além da produção desses quatro municípios, a produção de renda e renascença, concentrada nos municípios de Poção e Alagoinha, ajuda a diversificar a produção deste pólo de confecções.

Além da produção de vestuários, Caruaru destaca-se como centro comercial e de serviços da região, atendendo todo o Agreste de Pernambuco. Outro município de destaque é Gravatá, considerado um centro de repouso e lazer, com grande desenvolvimento imobiliário e urbano ao longo dos últimos anos, calcado na demanda por residências de campo oriunda do Recife, a qual faz girar uma extensa cadeia de bens e serviços associada. Além disso, pode-se destacar a atividade moveleira na cidade. No que tange à atividade industrial, o município de Belo Jardim detém certo destaque, por apresentar indústrias de porte, especialmente no setor de acumuladores elétricos, no qual possui relevância nacional.

Na produção agrícola, destacam-se nessa RD a produção de frutas e hortaliças, com especial relevância para o tomate, que tem em São Joaquim do Monte e Camocim de São Félix, por exemplo, dois grandes produtores em nível estadual, sendo o primeiro o maior produtor do Estado e o segundo, aquele de maior produtividade por hectare plantado. Nas áreas do semiárido, o cultivo do milho, feijão, mandioca e algodão também é importante, e é feito em paralelo à atividade pecuária.

Outra atividade de grande relevância para a economia do Estado que se desenvolve nesta RD é a avicultura, com grande parte da produção de carne de frango e ovos sendo oriunda de granjas da região. Este setor destaca-se pelo seu dinamismo e empreendedorismo, obtendo certo sucesso a nível regional, ainda que pese contra si os altos preços enfrentados na compra de grãos, essenciais para a ração animal, causados pela falta de uma alternativa logística de baixo custo. Esse entrave à competitividade pode estar em vias de ser eliminado, com a entrada em operação nos próximos anos da Ferrovia Transnordestina, a qual poderá viabilizar a compra de grãos oriundos do Piauí, Maranhão e do Oeste Baiano, a preços competitivos, favorecendo assim o setor avicultor da região. Entretanto cumpre registrar que para obter-se tal benefício mister se faz a instalação de uma plataforma logística na Região, condição *sine qua non* para movimentação de cargas em ferrovias com padrões de operação como os projetados para Transnordestina.

Além da avicultura o advento da Ferrovia Transnordestina poderá favorecer fortemente a pecuária leiteira da região, responsável por cerca de 70% da produção do Estado, que é o segundo maior produtor da região Nordeste. Reflexo do ganho de importância da atividade leiteira do Estado no âmbito regional foi a implantação recente de duas grandes plantas industriais de beneficiamento de leite e derivados, com objetivo de aproveitar-se da produção local e abastecer boa parte do mercado nordestino. Ainda assim, a competitividade do setor leiteiro da região é prejudicada com os altos preços dos grãos, problema que também poderá ser resolvido pela Transnordestina.

A Adutora do Agreste, outro projeto estruturador em vias de implantação, deverá, assim como a Ferrovia Transnordestina, favorecer fortemente as atividades econômicas na região, tanto de agropecuária, quanto industriais. Por fim, diante de um quadro de expansão e diversificação da economia da Região de Desenvolvimento Agreste Central, cabe aos municípios que não estão diretamente inseridos nas atividades produtivas de destaque realizar ações que lhes permitam associar-se a essas cadeias, através do fornecimento de insumos, serviços e mão de obra qualificada. Além disso, devem continuar a investir em suas potencialidades, aproveitando-se da conjuntura de investimentos favorável, tanto no âmbito público, quanto privado.

Em São Joaquim do Monte, a atividade agrícola concentra-se na produção de hortaliças, especialmente repolho, pimentão e tomate, fazendo-se o uso de sistemas de irrigação simplificados, com custos compatíveis às dimensões das propriedades. Como se pode observar na tabela 3.13, a agricultura no município gerou apenas 23 empregos formais em 2008, um número insuficiente para sustentar a produção agrícola do município em seus moldes atuais, o que sugere uma forte presença da informalidade no setor.

De acordo com estudo amostral, que entrevistou 159 trabalhadores rurais nas lavouras de tomate em Camocim de São Félix, município com características produtivas bastante semelhantes às de São Joaquim do Monte, durante o ciclo produtivo, apenas 1,3% possuía registro em carteira de trabalho, o que confirma a hipótese de alta informalidade⁵. Além dos altos custos associados à formalização e da competição agressiva pelo mercado consumidor, o fato de o ciclo produtivo de tomate (do transplântio até a colheita) durar apenas cinco meses confere caráter temporário à atividade e é mais um entrave à formalização do setor⁶. Por fim, no universo dos 159 trabalhadores entrevistados, 75% tinham de dois a cinco membros da família trabalhando na lavoura, o que sugere a presença de propriedades com produção familiar, onde a formalização é bastante rara.

Quanto à estrutura de mercado, o tomate produzido em São Joaquim do Monte tem como principais consumidores centros regionais (Caruaru/PE e Campina Grande/PB) e a Região Metropolitana do Recife, através do Centro de Abastecimento Alimentar de Pernambuco (CEASA/PE), onde enfrenta competição do tomate produzido em outros estados da região Nordeste, além de outros municípios do interior de Pernambuco.

⁵ ARAÚJO, NOGUEIRA, AUGUSTO (2000): Impacto dos praguicidas na saúde: estudo da cultura do tomate.

⁶ EMBRAPA (2001): Principais características do sistema de produção de hortaliças no município de Camocim de São Félix, Pernambuco.

3.3 ASPECTOS AMBIENTAIS E FÍSICOS TERRITORIAIS

A abordagem do meio ambiente nesse Plano Diretor é feita considerando tanto o meio natural transformado e em transformação, remanescente do processo de ocupação do espaço municipal, quanto o ambiente construído resultante do processo social de produção e reprodução do espaço, que tem sua manifestação concreta na cidade, que é constituída por um conjunto de estruturas físicas geradas pela produção, circulação e consumo de bens e pessoas e por uma concentração populacional. Assim, o município de São Joaquim do Monte é analisado sob os seguintes aspectos:

- Meio ambiente natural;
- Meio ambiente construído; e
- Saneamento ambiental e transporte.

O conjunto de atributos necessários à identificação do sistema urbano-ambiental de São Joaquim do Monte está relacionado com a gênese, forma e estágio de seus componentes naturais, e com as formas de uso e ocupação presentes em seu território. Esses atributos necessitam ser compreendidos sistemicamente, ou seja, de forma inter-relacionada, para que se possa delinear cada unidade do socioambiente local.

A análise do sistema ambiental municipal é composta pelas observações de campo, informações bibliográficas e por informações da comunidade local, por meio de entrevistas e pela Oficina de Diagnóstico. Este componente do processo de elaboração representa um momento de participação democrática, onde a população foi motivada a refletir e a debater sobre a realidade municipal e suas potencialidades, assim como a identificar os pontos territoriais estratégicos para seu desenvolvimento sustentável.

3.3.1 O Meio Ambiente Natural

A dimensão ambiental no Plano Diretor leva em consideração a necessidade de estabelecer o *equilíbrio* e a *harmonia* entre desenvolvimento humano e capacidade de suporte ambiental, incorporando formas contundentes de conservação da natureza na paisagem urbana. O intuito é planejar um ordenamento territorial múltiplo e sistêmico, regulado por diretrizes normativas que conduzam sustentavelmente as diferentes formas de uso e ocupação do solo. Ou seja, trata-se de incorporar ao ordenamento territorial municipal o princípio do *equilíbrio ecológico* e da qualidade de vida, expresso na Constituição Federal que, diz em seu Capítulo IV, Art. 225:

*“Todos têm direito ao meio ambiente **ecologicamente equilibrado** (grifo nosso), bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”*

O conceito de meio ambiente a ser adotado tem como referência a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938 de 1981), que em seu Artigo 3º, Parágrafo I - o define como “Conjunto de condições, leis, influências interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. Ao proceder a análise de um sistema ambiental deve-se ir além da descrição de seus atributos naturais, uma vez que em sua dimensão biológica abriga a sociedade humana.

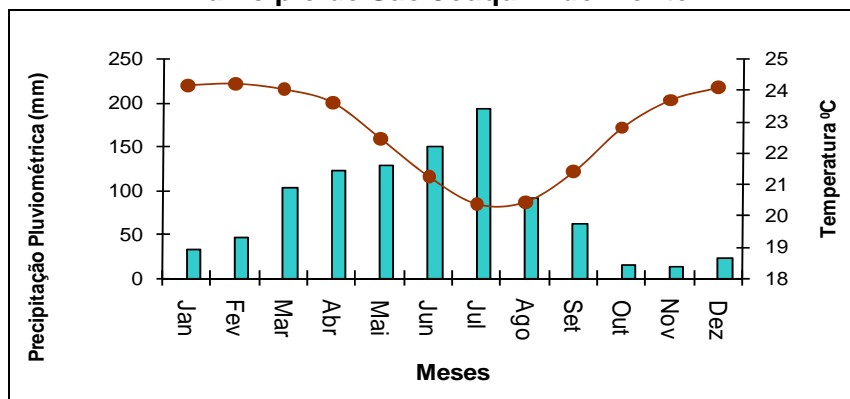
O Plano Diretor trata de temas que se referem à proteção do patrimônio ambiental e à recuperação daquelas áreas já degradadas pela ocupação humana. Como instrumento normativo, deve balizar-se no princípio jurídico brasileiro da “*prevenção de danos ambientais*”, fundamento básico da legislação ambiental brasileira. Esta preconiza que a antecipação aos danos ambientais é um eficiente mecanismo de minimização de possíveis impactos, e um pressuposto básico do controle ambiental. Neste sentido, a gestão sustentável do ambiente urbano deve ser voltada mais para o preventivo do que para o corretivo, certamente o custo é menor para a prevenção de acidentes ecológicos e para a degradação da qualidade de vida, mesmo porque determinados recursos naturais, uma vez mal utilizados ou deteriorados tornam-se irrecuperáveis (ROSS, 2007).

A partir do princípio da prevenção de danos ambientais, torna-se necessário a elaboração de um diagnóstico, para que se possa elaborar um prognóstico, e com isso estabelecer as diretrizes para o uso sustentável do patrimônio natural local. Esta análise tem como meta interpretar a paisagem de São Joaquim do Monte, com ênfase no processo de degradação socioambiental existente, na busca por soluções de manejo adequado do seu patrimônio ambiental.

3.3.1.1 Clima

Segundo a sistemática de Köppen (Brasil, 1973), o município de São Joaquim do Monte apresenta um clima do tipo “As”, que equivale dizer Tropical Úmido com chuvas de outono a inverno tendo início de dezembro a janeiro e término em setembro, com verão seco. Segundo dados do Laboratório de Meteorologia de Pernambuco - Lamepe, a temperatura média anual é em torno de 23°C e a do mês mais frio, 20°C (**Figura 3.6**). A estação chuvosa adianta-se para o outono, antes do inverno. As precipitações pluviométricas são variáveis, tendo apresentado um total médio anual de 988 mm, com valores médios mensais máximos de 194 mm no mês de julho e valores mínimos de 14 mm nos meses de outubro e novembro.

Figura 3.6 – Valores Médios Mensais da Precipitação Pluviométrica e da Temperatura no Município de São Joaquim do Monte



Fonte: LAMEPE/ITEP.

O município de São Joaquim do Monte possui um passivo ambiental expressivo que contribui para o aumento da sensação térmica da cidade: a falta de arborização e a precária vegetação local não consegue amenizar o clima semiárido e não há na cidade projeto ambiental, como também não há sistema estruturado para a arborização, sendo as espécies escolhidas sem muito critério (**Fotos 3.1 e 3.2**).

Foto 3.1 – Aspecto Geral da Sede do Município de São Joaquim do Monte, Mostrando a Falta de Arborização nas Ruas da Cidade



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.2 – Aspecto Geral da Sede do Município de São Joaquim do Monte, Mostrando a Falta de Arborização nas Ruas da Cidade



Fonte: TECHNE/2010.

3.3.1.2 Geologia e Geomorfologia

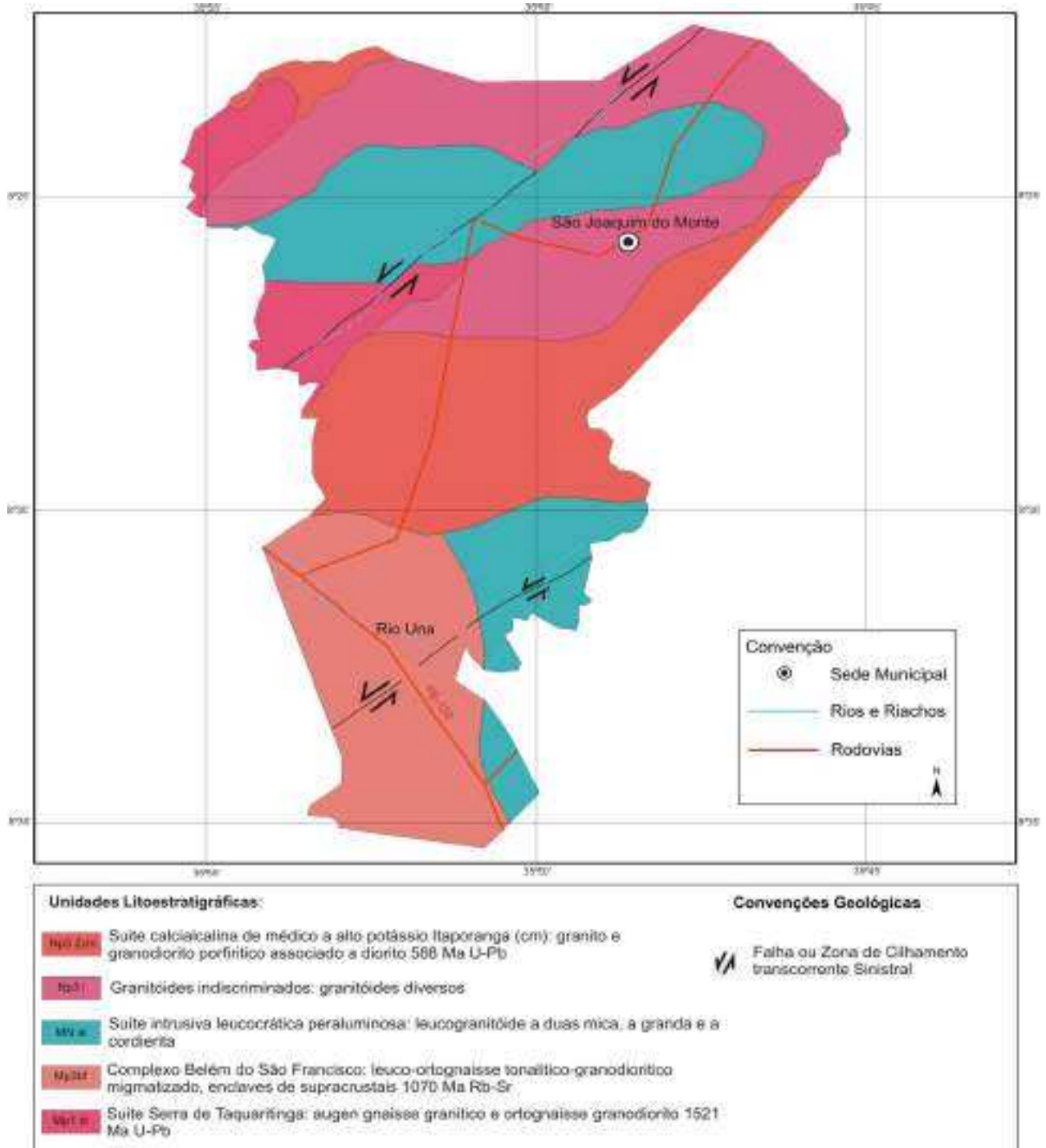
O município de São Joaquim do Monte encontra-se inserido, geologicamente, na Província Borborema, estando constituído pelos litotipos da Suíte Serra de Taquaritinga, do Complexo Belém do São Francisco, da Suíte Intrusiva Leucocrática Peraluminosa, dos Granitóides Indiscriminados e da Suíte Calcialcalina de Médio a Alto Potássio Itaporanga (CPRM, 2005) (**Figura 3.7**).

Em relação à geomorfologia a região do município de São Joaquim do Monte encontra-se inserida no maciço da Borborema que é constituído por um elevado bloco contínuo, de importância fundamental para o relevo da região Nordeste (Cabral *et al*, 2004). O maciço da Borborema na direção leste – oeste possui uma brusca e acentuada diferença de nível através de suas encostas. Nestas superfícies de níveis mais elevados sobressaem pequenos setores onde a altitude e a disposição geográfica influem sobre o clima, permitindo maior retenção de umidade e condições climáticas mais amenas, estes setores são chamados brejos de altitude (ibid). Por estarem inseridos no agreste ou sertão, os brejos de altitude funcionam como verdadeiras “ilhas” produtivas, em relação as áreas vizinhas (Coutinho, 1986)

3.3.1.3 Altimetria

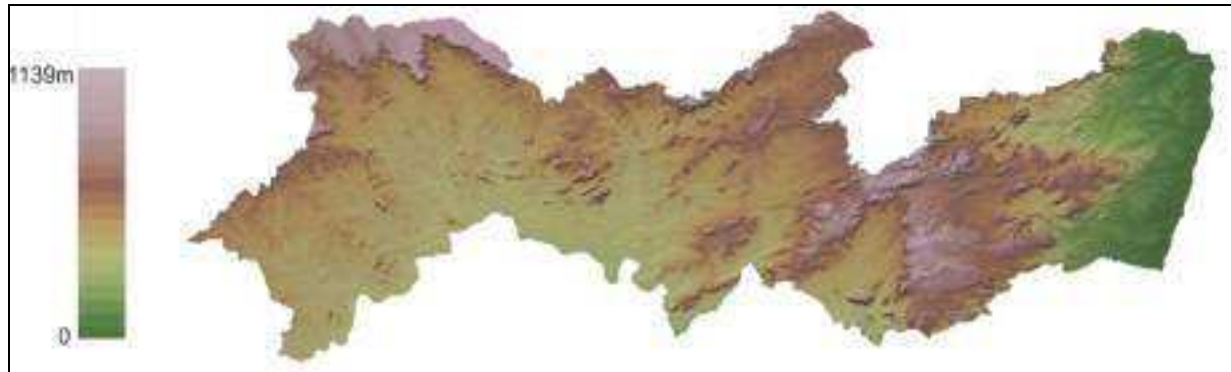
A região do município de São Joaquim do Monte é formada por maciços e outeiros altos, com altitude variando entre 650 a 1.000 metros. Esta região faz parte da unidade das Superfícies Retrabalhadas que é formada por áreas que têm sofrido retrabalhamento intenso. O relevo é geralmente movimentado, com vales profundos e estreitos dissecados (CPRM, 2005) (**Figura 3.8**).

Figura 3.7 – Mapa Geológico do Município de São Joaquim do Monte



Fonte: CPRM/2005.

Figura 3.8 – Modelo Digital de Elevação (MDE) do Estado de Pernambuco Indicando as Regiões de Relevo mais Elevado do Estado que Formam os Brejos de Altitude



Fonte: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005.

3.3.1.4 Recursos Hídricos

3.3.1.4.1 Águas Superficiais e Águas Subterrâneas

O município de São Joaquim do Monte encontra-se inserido nos domínios das bacias hidrográficas dos rios Una e Sirinhaém (**Figura 3.9**). Seus principais tributários são: rio Una e os riachos Seco e do Sapo. O principal corpo de acumulação do município de São Joaquim do Monte é o açude Caiantina (1.361.340m³). Todos os cursos d'água no município têm regime de escoamento intermitente e o padrão de drenagem é o dendrítico. (CPRM, 2005). A hidrografia do município é composta ainda por dezenas de riachos de pequeno e médio porte (**Figura 3.10**).

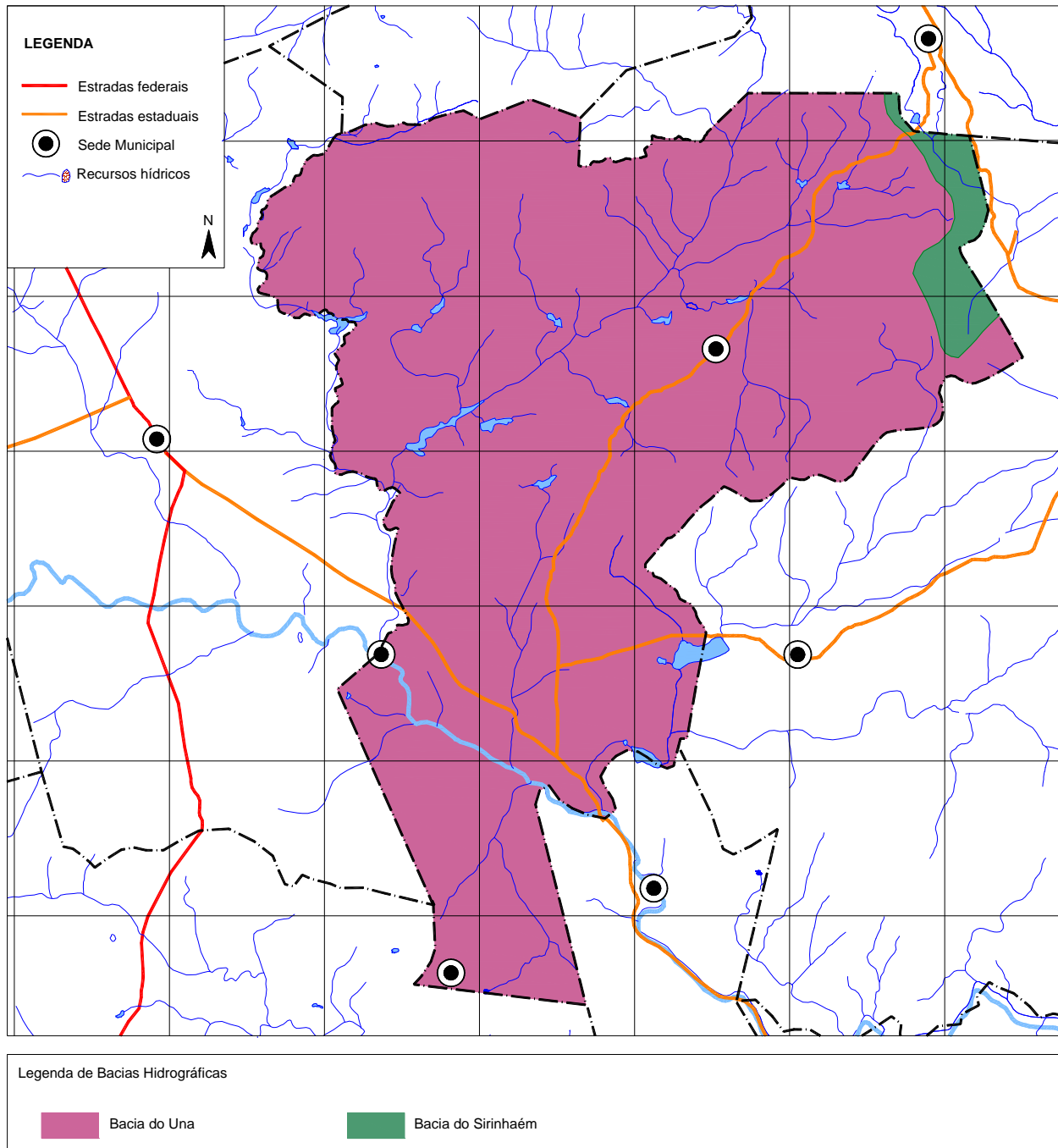
Em relação às águas subterrâneas o município de São Joaquim do Monte está totalmente inserido no Domínio Hidrogeológico Fissural. O Domínio Fissural é formado de rochas do embasamento cristalino que englobam o subdomínio rochas metamórficas constituído do Complexo Belém do São Francisco e o sub-domínio rochas ígneas da Suíte calcialcalina Itaporanga (CPRM, 2005).

Através das visitas de campo foi possível observar o grande impacto ambiental nas águas do rio Una e nos riachos Caiantina, do Sapo e Seco.

O rio Una ao sair da cidade de Cachoeirinha, segue no sentido oeste-leste até Barra do Riachão, distrito do município de São Joaquim do Monte. Destacamos que a população deste distrito lança no rio esgotos in natura, assim como também resíduos de agrotóxicos e fertilizantes utilizados pelos agricultores que utilizam as margens do rio para estabelecer suas lavouras (**Fotos 3.3 e 3.4**).

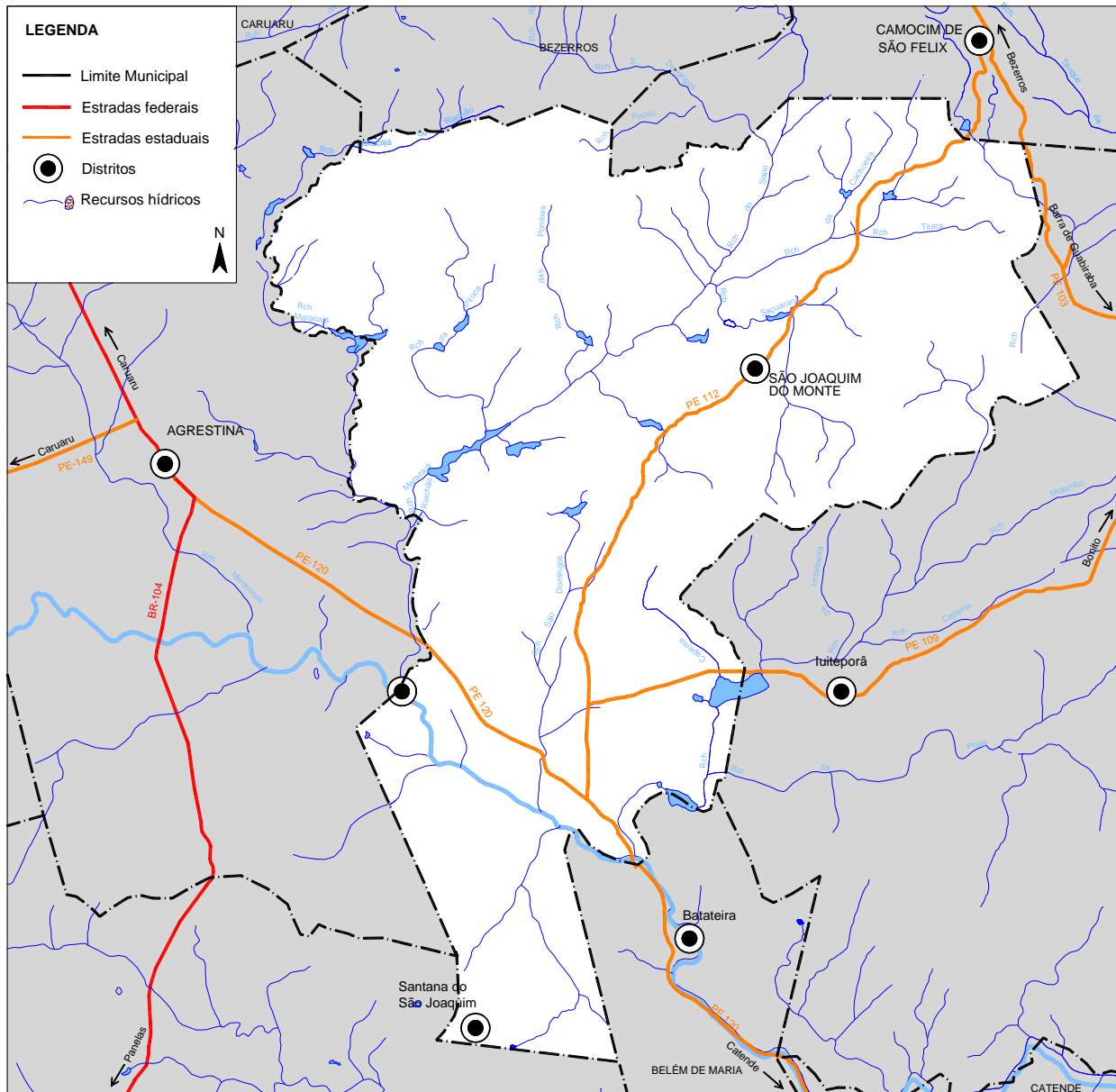
No tocante ao riacho Caiantina, que corta a sede do município de São Joaquim do Monte, os impactos ambientais sobre o rio também se referem ao lançamento de esgotos in natura, e como agravante observamos a presença de sangue despejados pelo matadouro público que se localiza às margens do referido riacho (**Fotos 3.5 e 3.6**).

Figura 3.9 – Mapa de Bacias Hidrográficas



Fonte: TECHNE/2010.

Figura 3.10 – Mapa de Hidrografia



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.3 – Aspecto das Casas, Localizadas às Margens do Rio Una, no Distrito de Barra do Riachão Município de São Joaquim do Monte, com suas Respectivas Tubulações de Esgoto Direcionadas para o Rio



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.4 – Lavoura Localizada às Margens do Rio Una no Distrito de Barra do Riachão Município de São Joaquim do Monte



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.5 – Lançamento de Esgotos e Resíduos Sólidos no Riacho Caianinha pela População do Município de São Joaquim do Monte



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.6 – Presença de Sangue nas Águas do Riacho Caianinha, Provenientes do Matadouro Público do Município de São Joaquim do Monte



Fonte: TECHNE/2010.

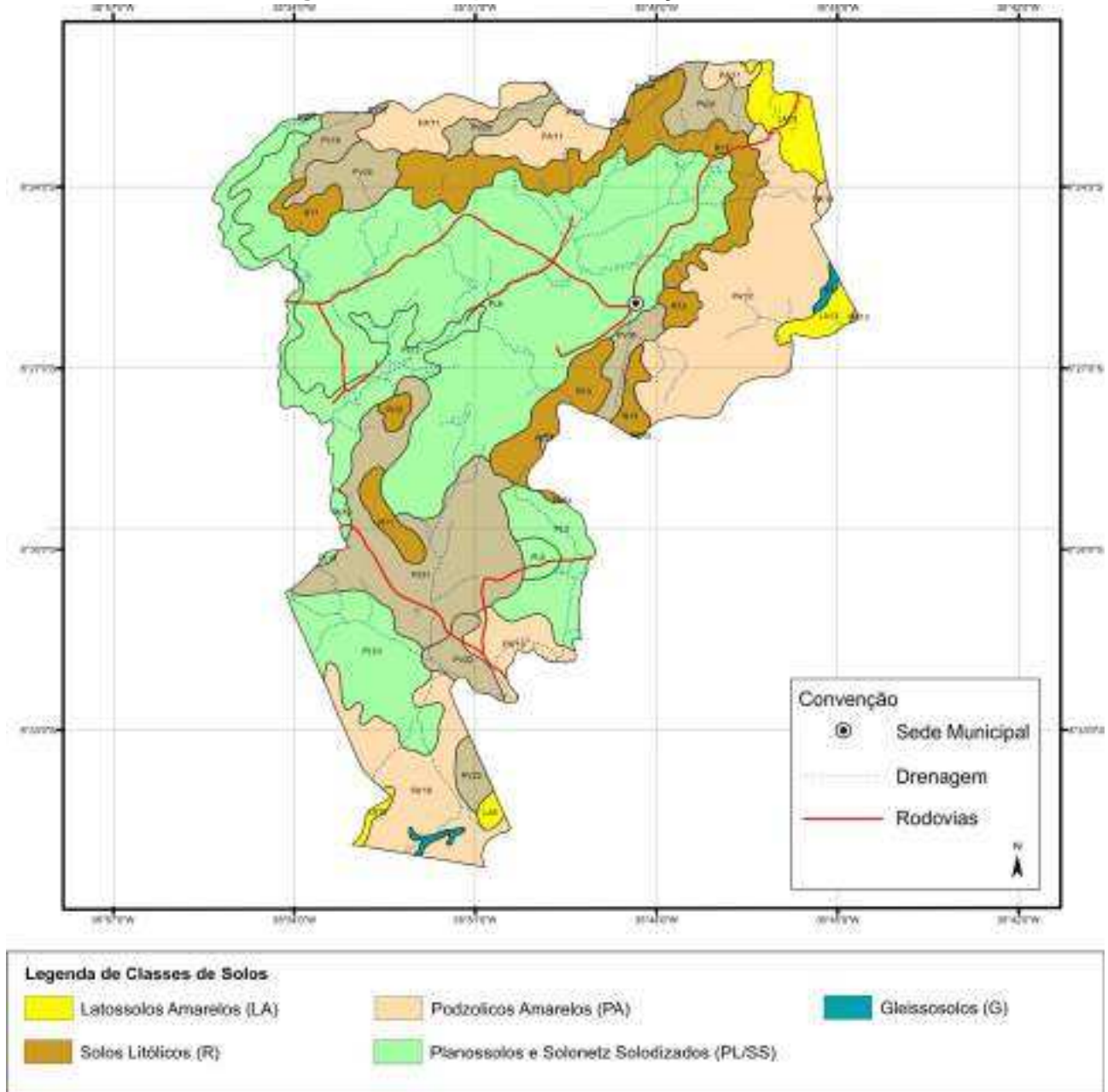
Destacamos que a utilização das águas do rio Una, e dos riachos do Sapo, Seco e Caianinha sem monitoramento e manejo adequados provocará graves consequências para os rios e riachos, para o meio ambiente e para as populações das bacias hidrográficas destes riachos e rio. Todos esses fatos também foram observados e relatados pela população local durante a Oficina de Diagnóstico.

3.3.1.5 Solos

Os solos dessa unidade geoambiental são representados pelos Planossolos presentes nas superfícies suavemente onduladas a onduladas, sendo medialmente profundos, ácidos a moderadamente ácidos; e ainda os Podzólicos, que são profundos, textura argilosa, e fertilidade natural média a alta. Nas Elevações ocorrem os solos Litólicos, rasos, textura argilosa e fertilidade natural média. Nos Vales dos rios e riachos, ocorrem os Planossolos, medianamente profundos, imperfeitamente drenados, textura

média/argilosa, moderadamente ácidos, fertilidade natural alta e problemas de sais. Ocorrem ainda Afloramentos de rochas (**Figura 3.11**).

Figura 3.11 – Mapa de Classificação dos Solos



Fonte: Embrapa Solos.

A extração de pedra no município de São Joaquim do Monte tem gerado forte passivo ambiental e como consequência observam-se processos erosivos provocados pela retirada da cobertura vegetal e da movimentação de terras.

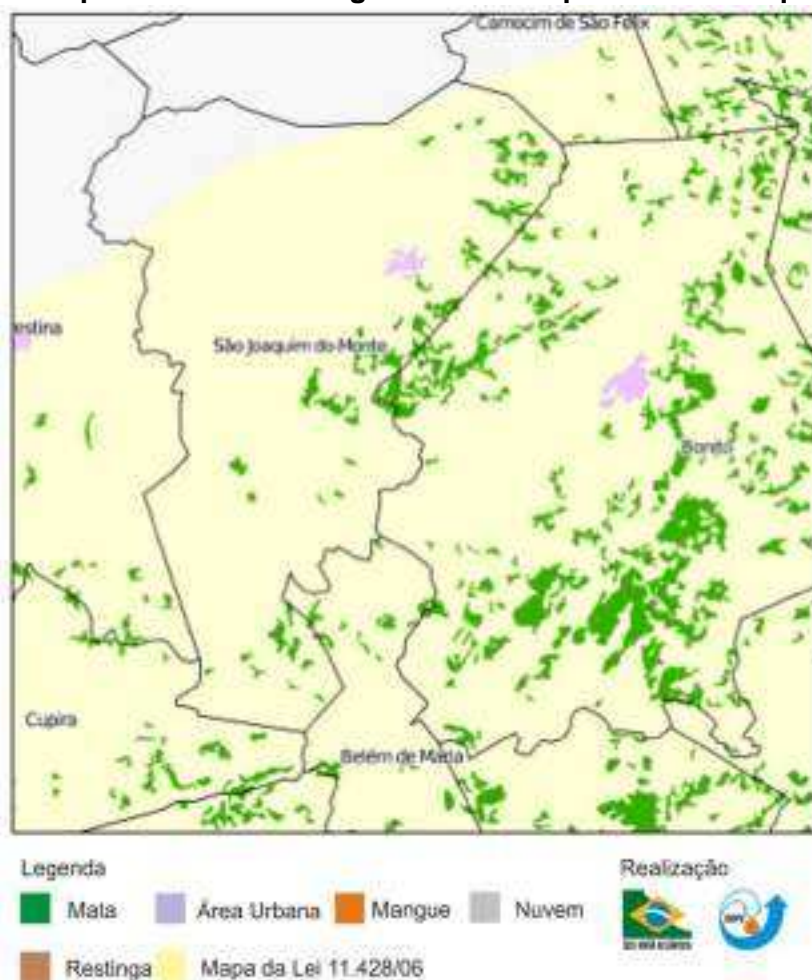
3.3.1.6 Vegetação e Uso do Solo

A região do município de São Joaquim do Monte é constituída por um mosaico de formações vegetais principalmente savânicos, ocorrendo também formações florestais como a Floresta Estacional decidual e a Floresta Ombrófila Densa em diferentes níveis de

conservação conforme a intensidade da ocupação humana. Algumas das espécies observadas na área do município foram: *Ficus* sp (*Ficus*), *Cereus jamacaru* (*Mandacaru*), *Caesalpinia pyramidalis* (*Catingueira*), *Bauhinia pulchella* (*Mororó*), *Parkia platycephala* (*Faveira*), *Piptadenia stipulacea* (*Jurema-branca*), *Mimosa tenuiflora* (*Jurema-preta*), *Spondias tubulares* (*Umbu*), *Senna martiana* (*Canafístula*), *Mimosa caesalpinifolia* (*sabiá*).

A paisagem da região fisiográfica do município de São Joaquim do Monte foi fortemente moldada pela pecuária e pela agricultura em que se fazem presentes os cultivos de subsistência (**Fotos 3.7 e 3.8**). Os remanescentes de vegetação natural apresentam-se hoje nas suas formas sucessoras, com diferentes graus de antropismo. Segundo dados do SOS Mata Atlântica (2009), em São Joaquim do Monte restou apenas 5% de remanescente de Mata Atlântica no município (**Figura 3.12**).

Figura 3.12 – Mapa de Cobertura Vegetal do Município de São Joaquim do Monte



Fonte: SOS Mata Atlântica

Foto 3.7 – Extensas Áreas de Pasto no Município de São Joaquim do Monte



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.8 – Plantação de Maracujá no Município de São Joaquim do Monte



Fonte: TECHNE/2010.

Em relação às matas ciliares durante a visita de campo observou-se um alto grau de desmatamento nas margens do rio Una e dos riachos Caianinha, Sapo e Seco, com a substituição da floresta pelo cultivo, inclusive em vertentes de morro, implicando em aumento do escoamento superficial das águas de chuva e das águas de irrigação, assim como aumento da erosão que depende fundamentalmente da intensidade da chuva, da infiltração da água, da topografia, do tipo de solo e da densidade da cobertura vegetal existente (Wischmeier & Smith, 1978) (**Fotos 3.9 a 3.12**).

Foto 3.9 – Aspecto do Desmatamento da Mata Ciliar do Riacho do Sapo na Porção Rural do Município de São Joaquim do Monte



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.10 – Aspecto do Desmatamento da Mata Ciliar do Riacho Caianinha para Uso da Agricultura na Porção Urbana do Município de São Joaquim do Monte



Fonte: TECHNE/2010.

O Código Florestal Brasileiro, Lei nº 4.771, de 15/09/65, alterada pela Lei nº 7.803, de 8/08/93, trata da preservação do equilíbrio ecológico das margens dos rios (terraços fluviais), definindo-os como área de proteção permanente (APP). O desmatamento da mata ciliar que recobre as margens do rio foi apontado pelos representantes da sociedade como um problema ambiental.

Diante do exposto, torna-se mais do que evidente a necessidade de uma estratégia de reflorestamento e conservação da mata ciliar, iniciando-se pelo reconhecimento de que a prioridade é a proteção dos recursos naturais (incluindo-se a floresta e a água).

Foto 3.11 – Aspecto do Desmatamento da Mata Ciliar do Rio Una para Construção de Edificações na Porção Rural, Distrito de Barra do Riachão, Município de São Joaquim do Monte



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.12 – Aspecto do Desmatamento da Mata Ciliar do Rio Una para uso da Agricultura na Porção Rural, Distrito de Barra do Riachão, Município de São Joaquim do Monte



Fonte: TECHNE/2010.

3.3.1.7 Fauna

Através de visita de campo, observou-se que o município de São Joaquim do Monte encontra-se bastante modificado em relação a sua fisionomia, fato comum em boa parte dos brejos de altitudes do estado de Pernambuco. Segundo dados do PROBIO (MMA/SBF, 2002), este bioma é um dos que mais sofreu ação antrópica. De acordo com uma estimativa divulgada pelo SOS Mata Atlântica em 2009, cerca de 95% da área do município encontra-se antropizada em algum grau. O leque de ações modificadoras sobre a Mata Atlântica é amplo e complexo, mas é possível destacar a extração de madeira e a supressão de vegetação para promoção de atividades agropecuária como sendo as mais importantes.

A principal causa da extinção de espécies é a destruição de seus habitats naturais e a caça predatória. Historicamente a utilização e o manejo do solo na região, através da cultura da queima de pasto, como resultado da expansão das fronteiras agrícolas, tem como consequência a perda de ambientes naturais e afeta diretamente a fauna de répteis e anfíbios.

A metodologia utilizada no levantamento da fauna baseou-se em pesquisa bibliográfica e em entrevistas com a população local para obter informações sobre os mamíferos, aves e répteis facilmente identificáveis. Apesar de não possuir nenhum caráter quantitativo, este método, quando bem aplicado e quando são entrevistadas pessoas que conhecem bem a fauna de uma determinada região, é uma ferramenta importante no inventário de espécies (Voss & Emmons, 1996).

As entrevistas foram feitas com moradores do município. As espécies citadas voluntariamente pelos entrevistados foram anotadas. Em seguida, visando a confirmação de citações ou de espécies que o entrevistador julgasse necessário, os entrevistados eram estimulados a citar outras espécies de seu conhecimento e, por fim, eram apresentadas, para reconhecimento, fotos de animais ocorrentes na região. Foram realizadas 10 entrevistas na região do município de São Joaquim do Monte.

- **HERPETOFAUNA** ⇒ O estudo da fauna dos répteis (herpetofauna) na região do município de São Joaquim do Monte ainda é escassa de material de investigação científica, além da alta criticidade, principalmente dos anfíbios e serpentes.

A perda de habitat natural e a contaminação dos ambientes naturais são apontados como responsáveis pelo declínio das populações de répteis e anfíbios, seguido pela forte territorialidade na disputa por sítios reprodutivos e repertórios de acasalamento; e pela predação. O que justifica ações preservacionistas na proteção de microambientes, matas e corpos d'água e no combate a perda de habitats (Sazima & Manzani, 1995, Sazima & Hadad, 1992).

Quanto aos anfíbios foi relatado a existência do sapo-cururu (*Bufo paracnemis*), Rã-manteiga (*Leptodactylus ocellatus*). Entre os répteis, foram observadas (Jibóiai) *Epicrates cenchria* (Salamanta), *Oxyrhopus trigeminus* (Falsa coral), *Micrurus ibiboboca* (Coral verdadeira), *Crotalus durissus* (Cascavel), *Bothrops iglesiasi* (Jararaquinha).

- **AVES** ⇒ As aves representam um importante grupo de vertebrados no estudo de avaliações ambientais de pequeno, médio e longo prazo, e tem-se mostrado um excelente indicador de qualidade ambiental. A escolha deste grupo para avaliações ambientais justifica-se por serem de fácil identificação através da visualização direta ou pelo canto, apresenta marcante territorialidade, considerável distribuição e abundância, ocupam praticamente todos os ambientes estudados e principalmente oferecem uma enorme quantidade de artigos científicos publicados.

O inventário aqui apresentado baseia-se em registros bibliográficos de ocorrência de aves dentro dos limites dos Brejos de Altitudes e esses dados foram complementados com entrevistas realizadas com os moradores do município. As espécies citadas para a região foram: *Caragyps atratus* (Urubú-comum), *Polyborus placus* (Carcará), *Penelope sp* (Jacu), *Gnorimopsar chopi* (Graúna), *Columbina picui* (Rolinha-branca), *Aratinga jandaya* (Jandaia), *Caprimulgus hirundinaceus* (Bacurau), *Fluvicola nengeta* (Lavadeira), *Pitangus sulphuratus* (Bentivi), *Paroaria dominicana* (Galo-de-campina), *Passerina brissonii* (Azulão), *Sicalis flaveola* (Canário-da-terra).

- **MAMÍFEROS** ⇒ Os mamíferos representam um grupo generalista e altamente adaptado às condições ambientais. Muitas espécies possuem plasticidade genética e comportamental suficiente para conviver com relevantes modificações antrópicas. No município de São Joaquim do Monte, as diferentes composições formam um mosaico de ambientes onde os mamíferos encontram diversos nichos para se estabelecerem.

Mamíferos de grande porte, em particular os carnívoros, dependem menos de habitats específicos, apresentando grandes áreas de ocorrência. As espécies menores, em particular os roedores e marsupiais, são essencialmente herbívoras, reproduzem bastante, colonizam ambientes e servem de alimento para predadores primários.

As listas das espécies apresentadas para a área em estudo baseiam-se em registros bibliográficos de ocorrência de mamíferos dentro dos limites do Brejo de Altitude do estado de Pernambuco e na coletas de informações a cerca da presença de mamíferos na área do município através de entrevista com os moradores do município. Os mamíferos registrados na área foram: *Dusicyon thous* (Raposa), *Coendou prensilis* (Coandu/Ouriço-caixeiro), *Nasua nasua* (Quati), *Oryzomys sp* (Rato-do-mato), *Callithrix jacchus* (Mico, Sauim), *Kerodon rupestris* (Mocó), *Cavia aperea* (Preá) e *Euphractus sexcinctus* (Peba, Tatu-peba).

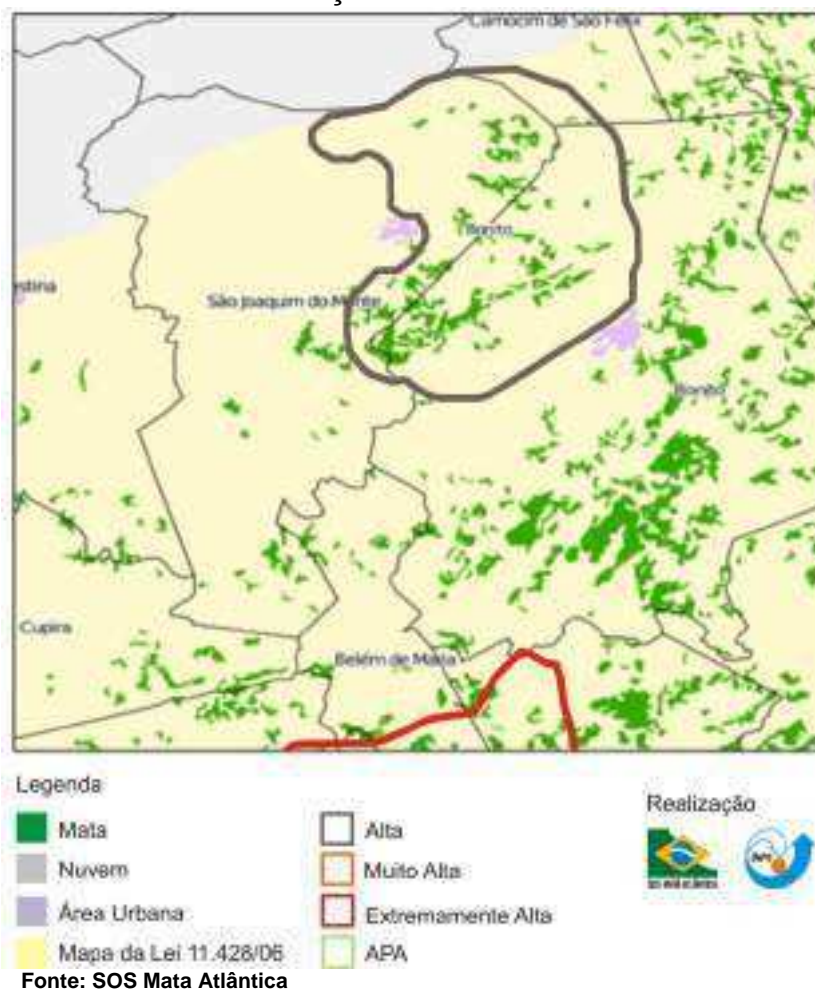
3.3.1.8 Unidades de Conservação

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza foi definido pela Lei Federal nº 9.985, sancionada em 18 de junho de 2000. Nesta lei, o governo estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

Unidade de Conservação é definida como o espaço territorial e seus recursos, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público com objetivos de conservação e limites definidos sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. O Brasil dispõe hoje de um quadro de Unidades de Conservação extenso. As linhas gerais da política de criação, valoração e utilização das Unidades de Conservação são traçadas pelo Conselho Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), coordenado pelo IBAMA, que é o principal órgão executor da política ambiental brasileira no nível federal.

Neste contexto não foi identificado, no município nenhuma unidade de Conservação regularmente instituída, porém o Município possui parcelas de seu território incluído nos indicativos de área prioritárias para preservação da Mata Atlântica, classificado como área com prioridade muito alta (**Figura 3.13**).

Figura 3.13 – Mapa de Cobertura Vegetal Destacando com uma Linha Vermelha a Área do Município de São Joaquim do Monte tida como de Prioridade Extremamente Alta para Preservação da Mata Atlântica



3.3.2 O Meio Ambiente Construído

O diagnóstico do meio ambiente construído aborda aspectos da estruturação físico espacial municipal, com destaque para a sede, apontando a evolução e as características da ocupação, as principais áreas de convergência de atividades urbanas, padrões de ocupação, tipologia habitacional e tendências de expansão. Esse diagnóstico foi realizado a partir de análise de dados secundários e primários, coletados por meio de documentos oficiais, cartografia, visitas de campo e entrevistas.

3.3.2.1 Parcelamento e Ocupação do Solo

Em termos de maior concentração da população, o município de São Joaquim do Monte é predominantemente urbano, já que a sua população urbana representa cerca de 65% da população total, de acordo com a contagem de 2007 do IBGE. Embora isso ocorra, o caráter rural é inerente ao perfil do município e de seus habitantes, uma vez que a relação com o campo é bastante forte.

Muitos moradores da sede deslocam-se para a zona rural diariamente, seja por trabalhar nas atividades agrícolas ou por serem proprietários de pequenos lotes rurais.

A sede do município (**Foto 3.13**) possui aproximadamente 132 hectares e apresenta-se denso, uma vez que a relação entre a área real ocupada e a população que se encontra nela é da ordem de 101 hab/ha.

Foto 3.13 – Vista Aérea da Sede de São Joaquim do Monte

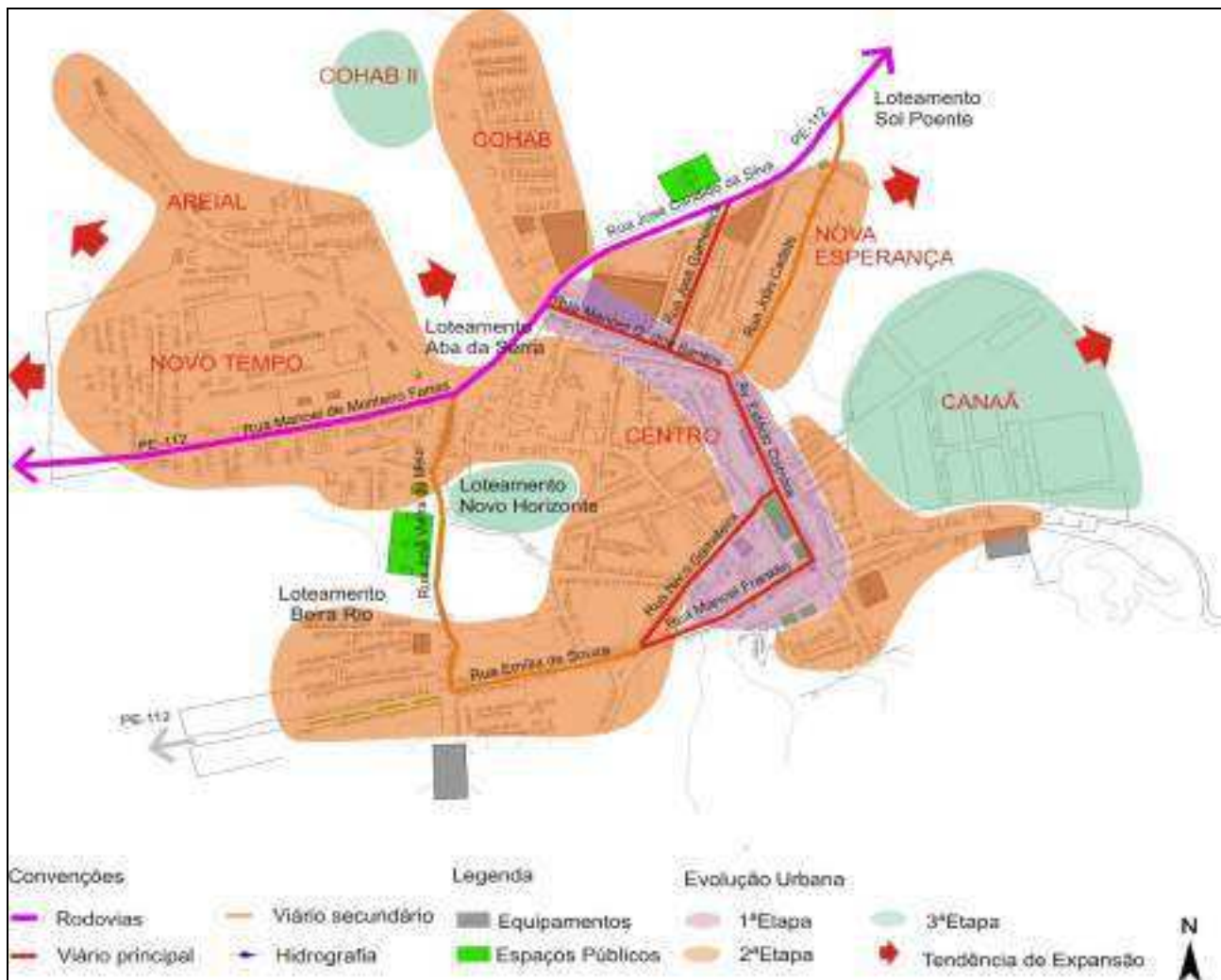


Fonte: Prefeitura Municipal.

Originalmente, a sede de São Joaquim do Monte era um distrito do município de Bonito, em 1928 foi desmembrado e elevado à categoria de município, como já mencionado anteriormente. A ocupação original da sede está vinculada à construção de uma casa no final do século XIX. Rapidamente uma capela também foi construída e em seu entorno centenas de casas foram erguidas.

Houve uma grande expansão nas décadas de 1980 e 1990, cuja ocupação foi marcada por loteamentos populares e crescimento espontâneo. Caracteriza-se como segunda etapa de expansão, onde a diversidade de tipologias também é um destaque.

Figura 3.14 – Mapa da Evolução Urbana de São Joaquim do Monte



Fonte: TECHNE/2010.

De acordo com o mapa acima (**Figura 3.14**), essa evolução pode ser descrita em 4 etapas:

- **Primeira Etapa** – origem do núcleo urbano, área de ocupação consolidada que apresenta remanescentes de um conjunto arquitetônico de valor patrimonial. Corresponde à parte do Bairro Centro onde estão localizados importantes equipamentos públicos. Sua ocupação aconteceu de forma linear ao longo de algumas vias estruturadoras da sede. Muitos lotes seguem as dimensões

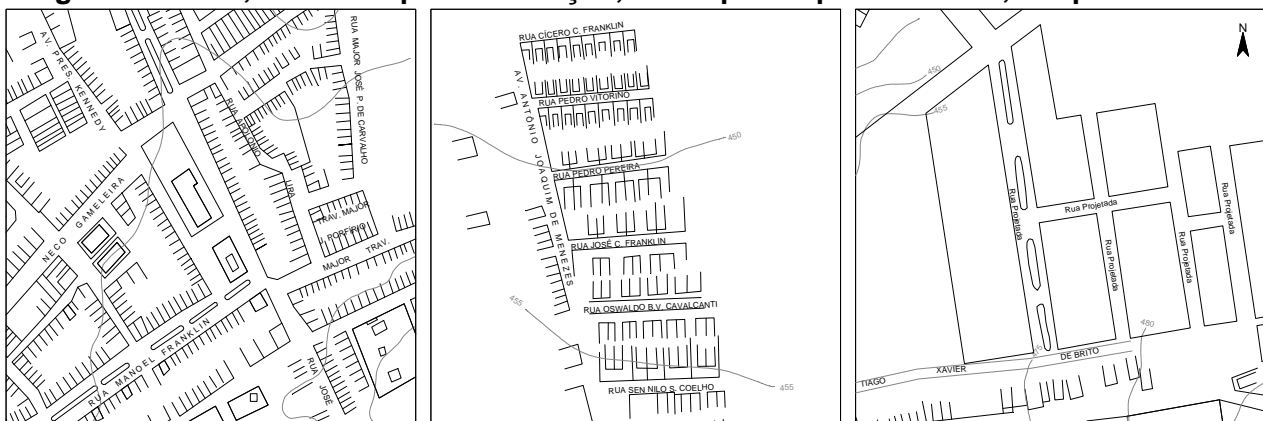
características da época de ocupação (início do século XX), com tamanhos reduzidos e sem recuos frontais e laterais, porém algumas casas encontradas na Avenida Estácio Coimbra apresentam tamanhos maiores de lote e a presença de recuos laterais. As construções são predominantemente térreas, mas é recorrente a presença de sobrados na Rua Manoel Franklin. Muitas edificações já vêm sofrendo com o processo de transformações e descaracterizações (**Foto 3.14 a 3.16**);

- **Segunda Etapa** – corresponde aos Bairros Beira Rio, Areial, Novo Tempo, Nova Esperança, Cohab e parte do Bairro Centro. É onde se percebe a maior expansão da cidade, cuja ocupação deu-se em torno da primeira etapa e na outra margem da PE-112. Caracteriza-se como uma expansão espontânea, onde as quadras apresentam formas irregulares e variadas e por loteamentos como o Cohab, que foi uma iniciativa do Governo Estadual na década de 1980, é o loteamento mais diferenciado de todo o restante da cidade, com lotes de dimensões um pouco maiores do que o habitual com a presença de recuos frontais e afastamentos laterais. Porém já sofreu muitas alterações e reformas, apresentando atualmente muitos lotes desmembrados e ocupação sem recuos. Os tamanhos dos lotes são reduzidos, e não apresentam recuos laterais e frontais. A maioria das casas são térreas, mas algumas edificações já apresentam a presença de dois e três pavimentos. A tipologia habitacional é composta predominantemente por casas com platibanda, telhado em duas águas e cumeeira paralela à rua (**Fotos 3.17 a 3.21**);
- **Terceira Etapa** – composta pelos Bairros Canaã, Novo Horizonte e Cohab II, é a mais recente área de ocupação da sede. Apresenta-se como uma área de consolidação urbana, onde ainda existem muitos vazios e construções recentes. Como em toda a cidade, os lotes ainda são pequenos. Na Cohab II foi identificada a implantação de habitações de interesse social, executadas por programas habitacionais governamentais. As edificações são na maioria térreas, mas já observa-se início de verticalização (**Fotos 3.22 a 3.25**).

A **Figura 3.15** apresenta recortes da base cartográfica em cada etapa de evolução urbana com os seguintes destaques:

- 1 - Primeira etapa, bairro Centro;
- 2 - Segunda etapa, bairro Cohab;
- 3 - Terceira etapa, bairro Canaã.

Figura 3.15 – 1ª, 2ª e 3ª Etapa de Evolução, da Esquerda para a Direita, Respectivamente



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.14 – Avenida Estácio Coimbra, Primeira Etapa de Evolução



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.15 – Forma de Ocupação na Rua Manoel Franklin – Primeira Etapa de Evolução



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.16– Diferentes Formas de Ocupação na Primeira Etapa de Evolução (Centro)



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.17 – Rua Major Manoel Félix – Segunda Etapa de Evolução



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.18 – Tipologia Habitacional do Bairro Novo Tempo



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.19 – Tipologia de Porta e Janela no Bairro Areal



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.20– Lotes e Edificações Variáveis na Segunda Etapa de Evolução (Centro)



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.21– Vista do Bairro Novo Tempo



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.22 – Forma Original de Ocupação da Cohab – Lotes Maiores e Casas com Recuos



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.23 – Edificações de 3 Pavimentos na Sede Urbana



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.24 – Bairro Canaã, Área de Consolidação Urbana



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.25 – Tipologia Encontrada na 3ª Etapa de Expansão



Fonte: TECHNE/2010.

De forma geral, como foi descrito nas etapas de evolução, o tamanho de lote encontrado na sede se caracteriza como um lote de dimensões reduzidas, a uniformidade na cidade é evidente pelo número de casos encontrados em que a testada apresenta, em média, de cinco a seis metros. São poucas as edificações que possuem tamanho de lote maior do que esse. Logo, esses dimensionamentos não são capazes de oferecer condições de qualidade para moradia.

Esse modelo de parcelamento é predominante em toda cidade, variando-se apenas quanto ao tamanho e tempo de construção. As casas que se diferenciam desse padrão demonstram aparentemente um poder aquisitivo maior dos seus moradores. Outro padrão mais diferenciado são as edificações destinadas ao comércio e serviços, muitas delas concebidas para fins habitacionais passaram, mediante reformas e ampliações, a abrigar o uso misto (**Fotos 3.26 a 3.27**).

Foto 3.26 – Uma das Poucas Residências que Apresenta Recuos e arborização



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.27 – Remanescentes da Arquitetura Eclética e Outras Edificações Reformadas



Fonte: TECHNE/2010.

Já que uma característica de São Joaquim do Monte é uma ocupação descontínua, sua malha urbana é irregular em algumas áreas do Centro, resultando em ruas estreitas e tortuosas.

Essas características permeiam muitos municípios do agreste pernambucano, apresentando inclusive parcelamentos com oferta insuficiente de espaços públicos livres.

O loteamento Cohab II, uma das áreas de consolidação da cidade, possui algumas casas construídas para fins de programas habitacionais do Governo Municipal. Algumas casas de taipa ainda são encontradas na sede urbana, mas não em números significativos, indicando que é um método construtivo já em desuso na cidade (**Fotos 3.28 e 3.29**).

Foto 3.28 – Casas de Programa Habitacional do Governo Municipal



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.29 – Casas de Taipa Encontradas na Sede Urbana (Bairro Areial)



Fonte: TECHNE/2010.

Ainda no que se refere à problemática habitacional, foi encontrado durante o levantamento de campo um edifício público, onde antes funcionava uma escola municipal – Escola Estadual Antonio Menezes – sendo utilizado atualmente como habitação de sem teto, abrigando aproximadamente 15 famílias (**Foto 3.30**). Outro local indicado durante a oficina de diagnóstico foi uma garagem pública que também está sendo utilizada como habitação.

**Foto 3.30 – Escola Estadual Antônio Menezes –
Invasada por Sem Teto**



Fonte: TECHNE/2010.

As ocupações nas margens da rodovia também foram identificadas na sede do município. Na faixa de domínio da PE-112, em alguns trechos, é possível encontrar edificações para fins residenciais e comerciais. Observa-se que a proximidade do Colégio Municipal Osvaldo Benício com a rodovia torna-se um ponto de conflito viário envolvendo pedestres e veículos, principalmente pelo fato de muitos pais de alunos aglomerarem-se na porta da escola esperando a saída dos filhos.

A disponibilidade de vazios urbanos na sede municipal é encontrada principalmente nos bairros Canaã, Cohab II e nas proximidades do campo de futebol (**Foto 3.31**). Ainda entre os bairros Areial e Cohab existe um grande vazio dividindo os bairros, mas que já vem sendo ocupado por um loteamento denominado Aba da Serra.

Foto 3.31 – Área Vazia Próximo ao Campo de Futebol – Potencial para Área de Lazer



Fonte: TECHNE/2010.

As sedes dos distritos de Barra do Riachão e Vila de Santana apresentam malhas urbanas regulares. Porém em ambos os distritos existem ocupações irregulares nas margens de cursos d'água. A ocupação em Barra do Riachão se dá de forma linear com maior aglomeração nas proximidades da Igreja. Já em Vila de Santana a ocupação é mais distribuída e em maior escala, a tendência de expansão segue para

área de cotas mais altas, porém pouco acidentada. Nos principais eixos dos distritos é onde se identificam a maior diversificação de usos (**Foto 3.32 a 3.34**).

Foto 3.32 – Ocupações às Margens do Rio Una em Barra do Riachão



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.33 – Via Principal em Barra do Riachão. Ocupação Semelhante à Sede Municipal



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.34 – Vista de Vila de Santana



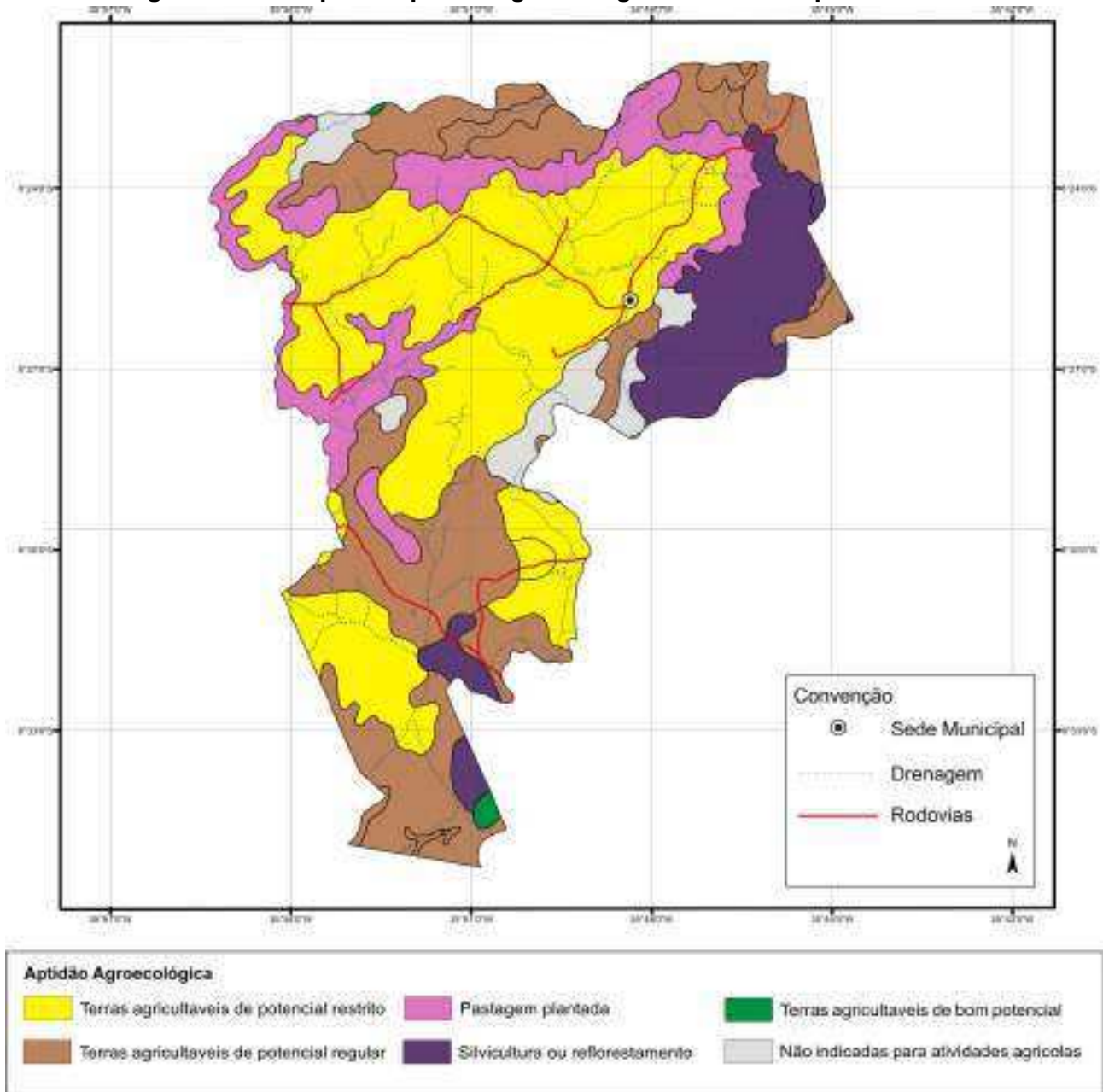
Fonte: TECHNE/2010.

3.3.2.2 Usos, Atividades, Equipamentos e Espaços Públicos

De acordo com o Zoneamento Agroecológico de Pernambuco – ZAPE, mostrado na **Figura 3.16**, o território municipal apresenta-se bastante variado quanto ao uso e aptidão do solo, com maior parte das terras de potencial restrito e regular e algumas áreas de pastagem plantada, localizadas principalmente no norte do município. Existe ainda, na porção nordeste do território, terras propícias para atividade de silvicultura e reflorestamento. As áreas que não são indicadas para atividades agrícolas representam um percentual pequeno da área do município.

Uma das principais atividades desenvolvidas na zona rural de São Joaquim do Monte é a pecuária, especialmente de corte, que é desenvolvida por grandes proprietários de terras. Contudo, de acordo com a Leitura Comunitária, essa atividade em crescimento vem sufocando o trabalho dos pequenos agricultores.

Figura 3.16 – Mapa da Aptidão Agroecológica de São Joaquim do Monte



Fonte: Zoneamento Agroecológico de Pernambuco – ZAPE.

Além disso, o município desenvolve o plantio de tomate, inhame, macaxeira, batata doce, maracujá e hortaliças, cuja produção tem caráter de agricultura familiar, tendo maior expressão na zona rural do distrito de Vila de Santana. Toda a produção dessas culturas escoava para as feiras da região (**Foto 3.35 e 3.36**).

Foto 3.35 – A Pecuária é Desenvolvida por Grandes Proprietários de Terras



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.36 – Cultivo de Hortaliças em Vila de Santana



Fonte: TECHNE/2010.

Além da atividade agropecuária, no distrito de Barra do Riachão, como dito anteriormente, destaca-se o artesanato utilizando a mesma técnica da confecção de redes de pesca, que é realizado por um grupo de mulheres. Esse trabalho foi desenvolvido no âmbito da Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis (**Foto 3.37 e 3.38**).

Foto 3.37 – Artesanato de Barra do Riachão



Fonte: TECHNE/2010.

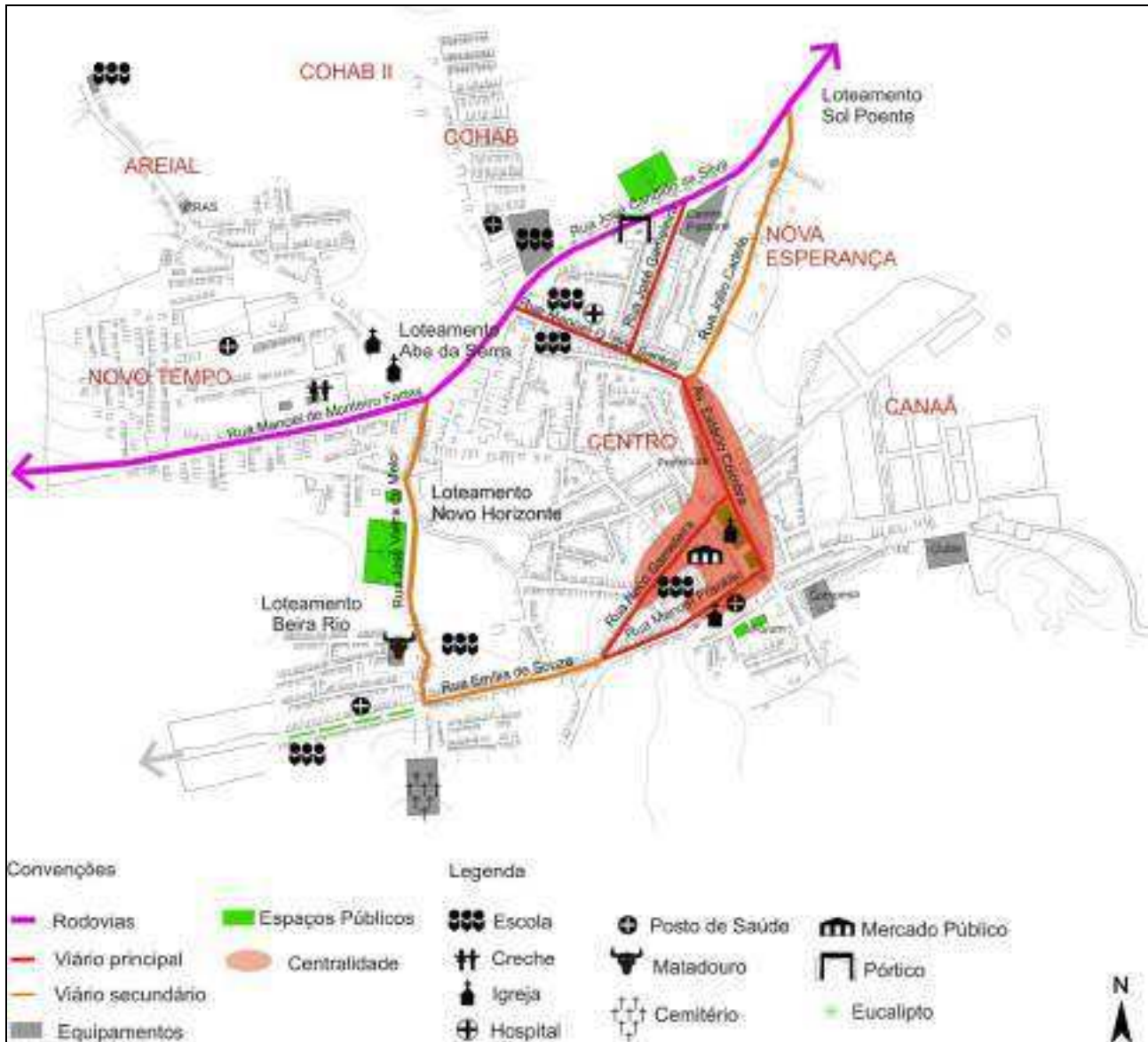
Foto 3.38 – Artesã de Barra do Riachão



Fonte: TECHNE/2010.

Observando a dinâmica urbana na sede, verifica-se uma importante área onde ocorre maior concentração e diversificação de atividades, destacando-se das demais áreas e, portanto, aqui denominada de centralidade. A área de centralidade da sede municipal pode ser classificada como linear, conforme a **Figura 3.17**.

Figura 3.17 – Mapa de Centralidades



Fonte: TECHNE/2010.

O principal e mais antigo núcleo de atividades com maior dinâmica de comércio e serviços, constituindo-se na mais expressiva centralidade da sede, está concentrada no entorno da Igreja Matriz e das praças Antônio Correia e Joaquim Lima, e ao longo das avenidas Estácio Coimbra e Presidente Kennedy e das ruas Manoel Franklin e Neco Gameleira. Nessas duas últimas ruas, realiza-se a feira livre, que junto com o mercado público, aumenta ainda mais o fluxo de pessoas. Predomina nessa área os usos não residenciais, especialmente o comércio, além de instituições públicas (**Foto 3.39**).

Observou-se também uma diversificação de usos nas margens da PE-112, com a presença de estabelecimentos comerciais e equipamentos públicos, como supermercados, escola e quadra esportiva, além de negócios e serviços de apoio rodoviário, tais como pontos de moto-táxi, borracharias e lojas de peças e serviços automotivos (**Fotos 3.40 e 3.41**).

Foto 3.39– Centralidade Desenvolve-se, Principalmente, em Volta da Igreja Matriz



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.40 – Ponto de Moto-Táxi às Margens da PE-112



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.41 – Estabelecimentos Comerciais, como esse Supermercado, na PE-112



Fonte: TECHNE/2010.

A feira de São Joaquim do Monte ocorre na quinta-feira, ao longo das ruas Neco Gameleira, Joaquim Távora, Manoel Franklin e Travessa Manoel Franklin, ou seja, no entorno do Mercado Público, ficando o tráfego de veículos interrompido nessas vias, conforme Figura 3.17. O resultado da leitura comunitária destaca que esse local não é o mais adequado para o desenvolvimento dessa atividade (**Fotos 3.42 e 3.43**).

No mesmo dia da feira livre acontece a feira de gado, onde os criadores locais comercializam os animais numa área às margens da PE-112, próximo à entrada da cidade. Está em construção um novo local para a feira de gado, na mesma rodovia, após o Bairro Novo Tempo (**Foto 3.44**).

No distrito de Barra do Riachão, destaca-se apenas a via principal como eixo que apresenta maior diversidade de usos. É nesta via que se localizam os equipamentos mais importantes, como posto de saúde, açougue, Correios e a Igreja. Além desses, o distrito conta ainda com uma escola e uma quadra em construção (**Foto 3.45**).

Foto 3.42 – Feira Desenvolve-se, Principalmente, ao Longo da Rua Neco Gameleira



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.43 – Rua Joaquim Távora Ocupada pela Feira Livre



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.44 – Novo Curral para a Feira de Gado



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.45 – Via Principal de Barra do Riachão



Fonte: TECHNE/2010.

Já no distrito de Vila de Santana, a maior concentração de atividades não-residenciais ocorre na via principal, no entorno da Igreja. Observa-se nessa área a presença de

equipamentos como o PSF, Correios, açougue, matadouro e escola, além de uma casa de farinha (**Foto 3.46**).

Foto 3.46 – Açougue Público e, à Direita, o Matadouro



Fonte: TECHNE/2010.

A sede conta com equipamentos urbanos básicos: Unidades de Saúde da Família – USF, Centro de Saúde, Maternidade, creche, escolas públicas e privadas, inclusive de ensino médio e biblioteca (**Fotos 3.47 e 3.48**).

Foto 3.47 – Creche está Localizada às Margens da PE-112



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.48 – Biblioteca Comunitária Localizada na Rua Manoel Q. dos Santos



Fonte: TECHNE/2010.

Os povoados de Monte Alegre e Cajueiro têm um quantitativo de 120 e 75 residências respectivamente. Todos os distritos e povoados têm serviços da rede municipal de saúde e de educação. Algumas localidades rurais também contam com os equipamentos elementares como escolas e USF.

A paisagem rural de São Joaquim do Monte destaca-se da urbana em beleza e diversidade, favorecida pelas condições naturais privilegiadas de um ambiente de Brejo, característica própria da região do agreste pernambucano.

A cidade é carente de espaços públicos de lazer. Além de se apresentarem em número reduzido, alguns deles encontram-se sem manutenção e sem mobiliário urbano adequado, como é o caso da Praça Alberto Oliveira que está localizada em frente ao Fórum. No Centro, destacam-se apenas as duas praças em frente e atrás da

Igreja Matriz de São Joaquim e os canteiros centrais das vias principais que acabam sendo utilizados para descanso e lazer. Além desses, existe o Parque Olga Mendonça, localizado às margens da PE-112, que conta com uma pista de cooper e uma quadra poliesportiva e está em construção uma Academia das Cidades ao lado do Parque já existente. Ressalta-se ainda o pórtico como um elemento que marca a entrada principal da cidade. A periferia da cidade tem poucos espaços públicos de lazer, contando apenas com uma quadra poliesportiva localizada na rodovia estadual, no Bairro Novo Tempo e um campo de futebol da prefeitura, o Center Park. Além desses, vale salientar o campo de futebol existente no vazio urbano próximo ao Riacho Caianinha que é bastante frequentado pela população (**Fotos 3.49 a 3.55**).

Foto 3.49 – Praça Alberto Oliveira em Pésimo Estado de Conservação



Fonte: TECHNE/2010

Foto 3.50 – Praça em Frente à Igreja de São Joaquim



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.51 – Canteiro Central da Rua Manoel Franklin Utilizado como Espaço de Descanso



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.52 – Quadra Poliesportiva do Parque Olga Mendonça



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.53 – Pórtico na Entrada Principal da Cidade



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.54 – Quadra Poliesportiva no Bairro Novo Tempo



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.55 – Campo de Futebol Próximo ao Riacho Caianinha



Fonte: TECHNE/2010.

Destaca-se como atrativo voltado ao turismo religioso em São Joaquim do Monte o Santuário Frei Damião, localizado próximo à zona urbana, e frequentado por muitas pessoas durante todo o ano. Possui uma posição privilegiada, numa parte mais elevada, proporcionando uma visão geral da cidade. Além da estátua de Frei Damião, existe o Museu Caxiado, que foi destacado como potencial turístico durante a Oficina de Diagnóstico (**Fotos 3.56 a 3.58**).

Foto 3.56 – Vista da Cidade a Partir do Mirante do Santuário Frei Damião



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.57 – Estátua de Frei Damião



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.58 – Santuário de Frei Damião



Fonte: TECHNE/2010.

Nos distritos, a carência de espaços públicos de lazer é ainda maior, pois não existe nenhuma área apropriada com essa finalidade, apenas os canteiros centrais das vias principais e as quadras esportivas, estando uma em conclusão no distrito de Barra do Riachão (**Fotos 3.59 e 3.60**).

Foto 3.59 – Canteiros Centrais no Distrito de Vila de Santana



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.60 – Quadra Esportiva em Barra do Riachão



Fonte: TECHNE/2010.

O núcleo urbano é pouco arborizado. Isso ocorre principalmente pela reduzida dimensão dos passeios públicos e, em muitos casos, pela própria ausência deles. Contudo, é possível observar alguma arborização nos canteiros centrais das vias principais, como por exemplo, nas ruas Manoel Franklin e José Gameleira e na Avenida Estácio Coimbra, além das praças principais (**Foto 3.61**).

Um elemento de destaque na paisagem de São Joaquim do Monte é a linha de eucaliptos ao longo da PE-112, próximo ao acesso principal da cidade (**Foto 3.62**).

A situação nos distritos não é diferente, com ruas pouco arborizadas, sendo possível observar a presença de árvores apenas nos canteiros centrais. Destaca-se na paisagem do distrito de Barra do Riachão a linha de eucaliptos no acesso pela estrada vicinal e o Rio Una que margeia o núcleo urbano (**Fotos 3.63 e 3.64**).

Foto 3.61 – Rua Manoel Franklin sem Arborização nas Calçadas



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.62 – Canteiro Central da Av. João F. Jr. Bairro Nova Esperança



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.63 – Eucaliptos no acesso a Barra do Riachão



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.64 – Rio Una



Fonte: TECHNE/2010.

Há, na sede, remanescentes da arquitetura do passado, localizados no entorno da Igreja de São Joaquim, ao longo da Avenida Estácio Coimbra e da Rua Manoel Franklin (**Foto 3.65**). A primeira casa construída na cidade, que marcou o início da povoação, data de 1891, e localizava-se na Praça Cel. Joaquim de Lima. Nesse local, encontra-se hoje uma edificação de grandes proporções que destoa do restante do conjunto edificado naquela área (**Foto 3.66**).

A profunda descaracterização do conjunto arquitetônico resultou de um processo de transformação das fachadas em busca, principalmente, de adaptações ao uso comercial e misto. Na zona rural, é possível observar edificações que guardam características tipológicas da arquitetura do passado, como casas de sítios, fazendas e engenhos, mas algumas delas já vêm passando por processo de degradação e descaracterização (**Foto 3.67**).

Foto 3.65 – Exemplos da Arquitetura Eclética



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.66 – Edificação Existente no Mesmo Local da 1ª Casa da Cidade



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.67 – Um dos Poucos Exemplos da Arquitetura Rural de São Joaquim do Monte



Fonte: TECHNE/2010.

3.3.2.3 Regulação do Uso e Ocupação do Solo

O município possui apenas a Lei Orgânica como meio de controle urbano, que conta com um capítulo dedicado ao tema da Política Urbana, no qual se indica a formulação do Plano Diretor como o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano.

A secretaria responsável pelo planejamento urbano é a Secretaria de Infraestrutura e Obras. Contudo, não existe uma estrutura nem acervo normativo ligados ao ordenamento territorial, a secretaria já se exaure nas demandas de atividades infraestruturais, sendo, portanto, o departamento de tributos responsável por parte do

controle urbano – onde limita-se à entrada de processos e projetos para fins de arrecadação sem nenhum domínio de uso e ocupação do solo.

A Prefeitura conta apenas com uma antiga planta-quadra não-digitalizada e que está em estado de conservação precária. Fazendo-se necessário o investimento em uma base atualizada e georreferenciada com detalhamento de quadras e lotes, para que seja utilizada como auxílio no planejamento e gestão da cidade. Não existe nenhuma planta de novos loteamentos aprovados pela Prefeitura, o que revela nitidamente a ausência de um exercício real de controle urbano.

O cadastro imobiliário tem um bom nível de atualização, através de um software específico de controle de tributos municipais, que detém o registro dos imóveis, com medidas e características de cada um deles. O crescimento desordenado sob a forma de parcelamento irregular, que se configura em toda a zona urbana, é uma realidade recorrente na maioria das cidades de pequeno e médio porte no interior de Pernambuco.

Da mesma forma que os parcelamentos, o sistema de controle sobre a ocupação dos lotes por edificações é frágil e concessivo, ocasionando a invasão do espaço público pelas construções que avançam sobre o passeio dos pedestres, ultrapassando os limites dos lotes, através da construção de escadas, rampas e sacadas no pavimento superior. Isso se torna um indicativo de que a reduzida dimensão dos lotes é insuficiente para a boa qualidade da habitação (**Fotos 3.68 a 3.71**).

Foto 3.68 – Rampas como Obstáculos nas Calçadas, Eliminando o Passeio Público



Fonte: TECHNE/2010

Foto 3.70 – Edificações Avançado no Passeio Público sem Controle Urbano



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.69 – Construção de 3 Pavimentos com Avanço no Espaço Aéreo



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.71 – Lotes Insuficientes para Atividades Básicas de uma Residência



Fonte: TECHNE/2010.

3.3.3 Saneamento Ambiental e Transportes

O diagnóstico do saneamento ambiental e transportes aborda os sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e tratamento de resíduos sólidos e sistema viário, transportes e acessibilidade nos principais núcleos urbanos. Esse diagnóstico foi realizado a partir de análise de dados secundários e primários, coletados por meio de documentos oficiais, cartografia, visitas de campo e entrevistas.

3.3.3.1 Sistema de Abastecimento de Água

O sistema de abastecimento e distribuição de água implantado na sede municipal é operado pela COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento, sendo considerado crítico por sistema, com deficiência na oferta, distribuição e reservação.

As águas são captadas da Barragem Caianinha e segue por gravidade até a Estação de Tratamento de Água – ETA. A adução também se dá por gravidade até a estação de tratamento, através de uma tubulação de DN 200, em ferro dúctil, onde tem instalado um booster para elevar a Pressão da água, permitindo a entrada para o tratamento. Próximo à barragem encontra-se a casa de bombas que atualmente está desativada. A **Foto 3.72** mostra a barragem e a **Foto 3.73** a localização da casa de bombas.

Foto 3.72 – Vista da Tomada d'Água da Barragem Caianinha



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.73 – Vista da Localização da Casa de Bombas



Fonte: TECHNE/2010.

O sistema de abastecimento funciona 24h por dia, entretanto não é capaz de atender às demandas, pois a rede de distribuição apresenta muitos problemas de rompimento, já que a mesma tem mais de 40 anos de uso. Com isso, o fornecimento d'água na cidade é operado através de rodízio, em ciclos alternados de 24 horas com água e 24 horas sem água.

A ETA compacta tem capacidade para atender uma vazão de aproximadamente 35 l/s. Na **Foto 3.74** está apresentada a infraestrutura da ETA. Após o tratamento, a água segue para dois reservatórios apoiados, um com capacidade de 150m³ e outro de 200m³. O reservatório maior alimenta o poço de sucção da estação elevatória de água tratada, recalando água para o reservatório elevado, de 100m³, através de dois conjuntos elevatórios, funcionando de forma alternada. O reservatório apoiado de 150m³ abastece os bairros do Centro e Areial, o de 200m³ a COHAB 1 e 2, e o elevado, o centro e a rua da ETA, além de proporcionar a lavagem dos filtros.

Foto 3.74 – Visa Geral da ETA Compacta



Fonte: TECHNE/2010.

Segundo cadastro da COMPESA realizado em 2009, a rede de distribuição possui 4.082 ligações, sendo que mais de 75% delas não possuem hidrômetros, e seu comprimento total é de aproximadamente 17.000 m.

No distrito Barra do Riachão, o sistema de abastecimento d'água é operado pela COMPESA. A água é captada da barragem de Agrestina seguindo por gravidade até a ETA compacta (**Foto 3.75**), e de lá a água continua por gravidade até a rede de distribuição. O sistema opera 24 h por dia sem interrupções.

Foto 3.75 – Vista do Reservatório e ETA que Abastece Barra do Riachão



Fonte: TECHNE/2010.

No distrito Vila de Santana o abastecimento d'água é operado pela prefeitura, e a água é captada em um poço localizado no sítio Bananeirinha, sendo bombeada para o reservatório elevado (**Foto 3.76**) que abastece a rede de distribuição.

Atualmente o sistema de abastecimento do distrito Vila de Santana não é capaz de atender a todas as demandas. Para solucionar este problema a prefeitura está executando melhoria no sistema de abastecimento: já foram construídos um reservatório (**Foto 3.77**) e uma ETA compacta (**Foto 3.78**), mas para o sistema funcionar ainda será implementado o sistema de bombeamento.

O povoado Monte Alegre é abastecido por meio de um manancial localizado nas proximidades, o sistema conta com casa de bombas e de lá a água é recalçada sem tratamento até a rede de distribuição na localidade (**Foto 3.79**).

Foto 3.76 – Reservatório Elevado que Abastece o Distrito de Vila de Santana



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.77 – Reservatório Auxiliar que Abastecerá o Distrito de Vila de Santana



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.78 – Casa de Bombas e ETA Compacta Ambas em Construção – Distrito de Vila de Santana



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.79 – Sistema de Abastecimento da Localidade Monte Alegre



Fonte: TECHNE/2010.

O município é cortado por rios perenes, e apresenta lençol freático com alto potencial hídrico. Assim, o abastecimento da zona rural é feito pela água das chuvas e complementado pelos mananciais locais.

Nas demais localidades da zona rural prevalecem outras soluções de abastecimento tais como: cisternas para captação de água das chuvas (**Foto 3.80**), abastecimento por meio de poços tubulares ou a água captada em pequenos reservatórios, riachos e cacimbas.

Foto 3.80 – Cisterna para Captação de Água das Chuvas, nas Comunidades Rurais



Fonte: TECHNE/2010.

3.3.3.2 Controle de Perdas e Reuso de Água em Sistema de Abastecimento d'Água

A política tarifária vigente varia de acordo com o tipo de usuário e consumo, a saber:

- Para usuário com consumo até 10 m³, é aplicada tarifa social;
- Para os consumidores residenciais é aplicada a tarifa progressiva, de acordo com a faixa de consumo; e
- Para os consumidores comerciais e industriais, o serviço é cobrado de acordo com o consumo, sem aplicação de tarifa progressiva.

Não há qualquer tipo de normas ou medidas regulatórias que exijam padrões de eficiência nos equipamentos e aparelhos sanitários. A COMPESA não aplica medidas de incentivo à substituição de equipamentos que consomem uma quantidade maior de água, utilizando somente o custo da tarifa progressiva e da tarifa social como estímulo para a redução de consumo. Inclusive a própria COMPESA não reutiliza a água destinada para limpeza dos filtros da ETA.

No âmbito estadual, a COMPESA promove campanhas sobre o controle de perdas, através de rádio e TV, distribuição de panfletos, difusão de mensagens no verso da fatura, incentivo à redução de consumo e uso racional de água, principalmente a não utilização de água corrente na lavagem de carros e calçadas.

3.3.3.3 Sistema de Esgotamento Sanitário

O município não conta com sistema público de esgotamento sanitário, e devido a isso há muitas ligações clandestinas na rede de drenagem de águas pluviais, sendo que a mesma deságua no rio Caianinha, inclusive os esgotos provenientes dos hospitais e

matadouro (**Foto 3.81**). Algumas residências utilizam fossas, mas não há cadastros dessas unidades e a manutenção das mesmas é realizada pela prefeitura. Em alguns pontos da cidade verificou-se esgoto lançado a céu aberto. Nas **Fotos 3.82 a 3.84**, estão apresentados lançamentos de esgoto.

Foto 3.81 – Esgoto do Matadouro Lançado Rio Caianinha



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.82 – Galeria de Água Pluviais Despejando Esgoto



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.83 – Lançamento de Esgoto na Rua José Viera de Melo



Fonte: TECHNE/2010.

Foto 3.84 – Esgoto Lançado a Céu Aberto



Fonte: TECHNE/2010.

Os esgotos domésticos, comerciais, hospitalar e do matadouro são as principais fontes poluidoras identificadas. Não há indústria de porte, extração mineral, ou qualquer atividade econômica significativamente poluidora.

Nos povoados e nos distritos não há rede coletora de esgoto, prevalecendo soluções individuais.

3.3.3.4 Coleta e Tratamento de Resíduos Sólidos

A coleta dos resíduos sólidos é realizada em toda a sede do município pelos funcionários da prefeitura. São resíduos provenientes das residências, do comércio, das feiras livres. O recolhimento do lixo é feito por bairros, de duas a três vezes por semana. Segundo a prefeitura o lixo é recolhido juntamente com os entulhos, sendo que o volume médio recolhido é de 36 m³/dia.

A coleta e o transporte até o local de deposição são realizados por dois caminhões do tipo caçamba (**Foto 3.85**). O lixo hospitalar é recolhido por uma empresa especializada que se encarrega pelo tratamento especial deste material.

Foto 3.85 – Funcionários da Prefeitura Recolhendo o Lixo



Fonte: TECHNE/2010.

Os serviços de capinação e poda de árvores são realizados de acordo com a necessidade. A varrição das ruas é feita diariamente em toda a cidade. A limpeza das feiras livres é efetuada assim que termina o comércio ambulante. Os resíduos sólidos coletados são depositados em um terreno a céu aberto (Lixão), com topografia pouco acidentada localizado aproximadamente a 1 km do riacho Caianinha que corta a cidade. Nas estações chuvosas os resíduos e o chorume são carreados para fora do lixão. Na **Foto 3.86** está apresentado o aspecto geral do lixão.

Foto 3.86 – Aspecto Geral do Lixão



Fonte: TECHNE/2010.

No passado tentou-se fazer um consórcio entres os municípios São Joaquim do Monte, Camocim de São Félix e Bonito, para a construção de um aterro sanitário, entretanto devido às divergências não foi firmado nenhum acordo.

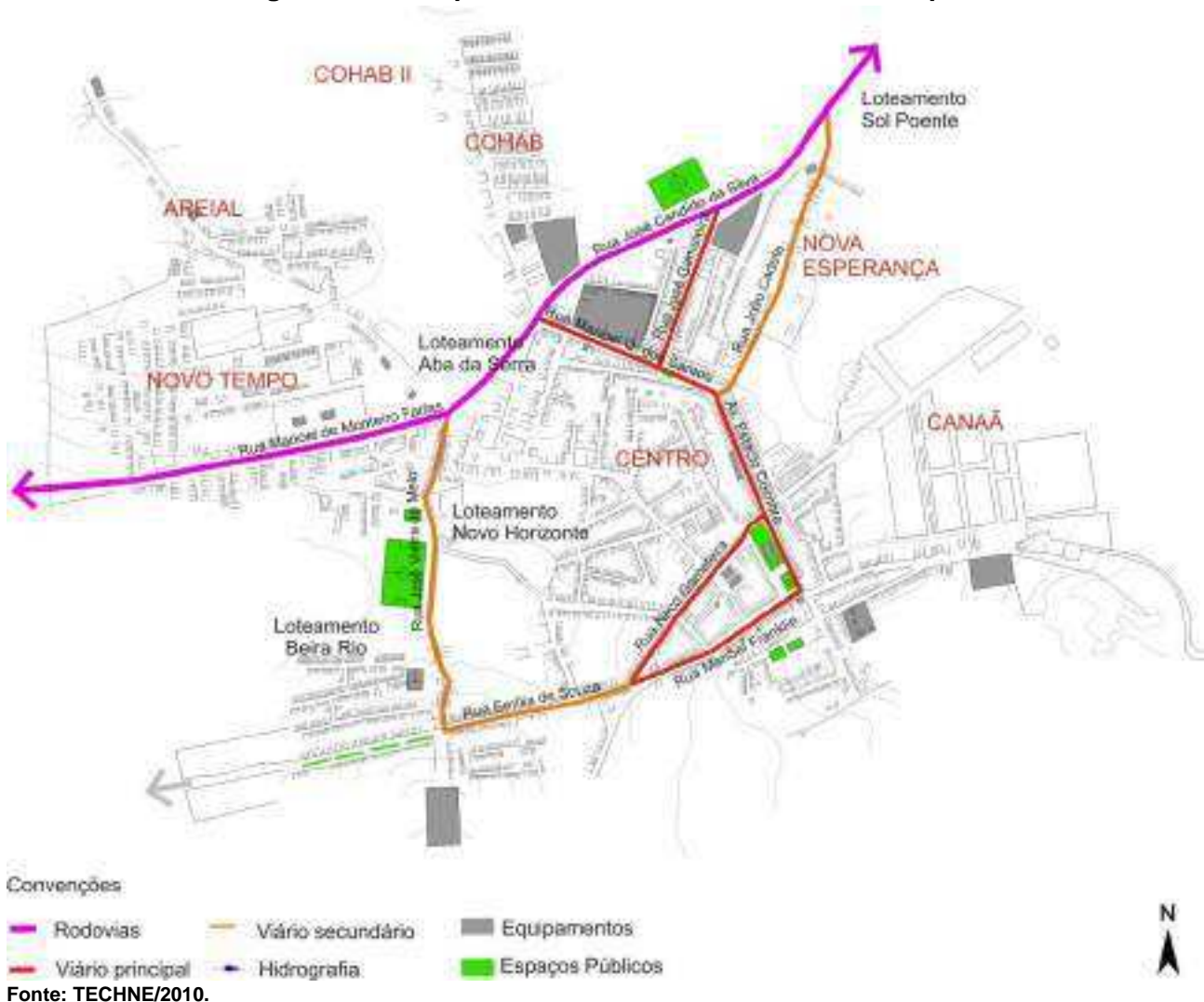
Nos distritos Barra do Riachão e Vila de Santana, a coleta de lixo é feita duas vezes por semana.

3.3.3.5 Sistema Viário, Transporte e Acessibilidade

O sistema viário de São Joaquim do Monte é composto pelas rodovias estaduais PE-112, PE – 120 e PE - 109, pelas estradas vicinais, e pelas vias urbanas da sede municipal e dos distritos.

O sistema viário da sede municipal apresenta traçado predominantemente regular com vias de maior movimento com seções transversais mais largas que as vias locais. Além do fluxo de passagem da PE-112, que corta a sede municipal, as vias urbanas principais, que apresentam maior intensidade de tráfego são as Ruas Manoel de Freitas, José Candido da Silva, Manoel Quintino dos Santos, José Gameleira, Manoel Franklin, Neco Gameleira e Avenida Estácio Coimbra (**Figura 3.18**).

Figura 3.18 – Mapa do Sistema Viário da Sede Municipal



As vias locais apresentam seção viária com faixa de rolamento variando de 6,00 a 10 m e calçadas variando de 1,20 a 3,5 m. As principais avenidas e ruas contam com canteiros centrais e faixas de rolamento conforme especificado na **Tabela 3.36**.

Tabela 3.36 – Exemplos de Dimensionamento de Seção Viária das Principais Ruas e Avenidas de São Joaquim do Monte

Avenida / Rua	Faixa de Rolamento, por Sentido (m)	Canteiro Central
Av. Estácio Coimbra (trecho sem canteiro)	11,30	-
Av. Estácio Coimbra (trecho com canteiro)	4,60/4,60	1,45
Rua Cícero Cezar	6,00	-
Rua José Gameleira	5,10/5,10	2,3
Rua Manoel Q. dos Santos	5,8/5,75	2,5

Fonte: TECHNE/2010.

Segundo o IBGE, havia, em 2008 no município, 1.320 veículos licenciados. Desses, 43% são de motocicletas e 40,6% de automóveis, como pode ser observado na **Tabela 3.37**.

Tabela 3.37 – Veículos Licenciados

Veículo	Quantidade	(%)
Automóvel	536	40,6%
Caminhão	49	3,7%
Caminhão Trator	1	0,1%
Caminhonete	101	7,7%
Micro-ônibus	10	0,8%
Motocicleta	568	43,0%
Motoneta	41	3,1%
Ônibus	14	1,1%
Trator de rodas	0	0,0%
Total	1.320	100,0%

Fonte: IBGE/2008.

No município há vários pontos de moto táxis localizados na sede e nos distritos (**Foto 3.87**). A atividade não é regulamentada pela municipalidade, que também não a proíbe ou fiscaliza. A prefeitura não soube informar a quantidade de pessoas envolvidas com a atividade. Aparentemente há uma quantidade razoável de moto taxistas que não estão organizados em associações ou sindicatos para representá-los.

Foto 3.87 – Ponto de Moto-Táxi



Fonte: TECHNE/2010.

As tarifas cobradas pelos moto-taxistas variam de acordo com a localidade, muito embora não haja um critério para determinação do preço como, por exemplo, distância de viagem. Na sede, a tarifa é praticamente fixa: em pesquisa de campo foi possível observar que o preço da viagem é de R\$ 2,00. Para a zona rural e distritos o preço é combinado diretamente com o usuário.

Segundo a Secretaria de Educação Municipal, o transporte escolar é realizado nos três turnos, ou seja, manhã, tarde e noite, por vários tipos de veículos. Na **Tabela 3.38** estão discriminados os tipos de transporte e o percurso.

A cidade conta com terminal rodoviário para viagens intermunicipais (**Foto 3.88**). As linhas intermunicipais fazem o percurso partindo de São Joaquim do Monte para as localidades de Caruaru e de Recife.

Foto 3.88 – Terminal Rodoviário de São Joaquim do Monte



Fonte: TECHNE/2010.

Na sede e nos distritos não foi observado nenhuma intensidade de circulação de veículos. Não foi observado também nenhum tipo sinalização para travessia de pedestres.

Quanto à acessibilidade universal, no município foi verificado que nenhum prédio público atende aos requisitos da norma NBR 9050/2004. Até o prédio do Banco do Brasil apesar de ter rampas e corrimão, não há nenhuma de rampa de acesso no meio-fio (**Foto 3.89**). Nos demais prédios que apresentam rampas elas não são construídas em conformidade com as normas, apresentando elevada inclinação e/ou sem barras de apoio, o que dificulta à subida.

Foto 3.89 – Rampa de Acessibilidade Instalado no Banco do Brasil



Fonte: TECHNE/2010.

Tabela 3.38 – Percursos Realizados pelo Transporte Escolar

Veiculo	Origem	Destino	Distancia (km) Ida e Volta	Turno
D20	Fazenda São José	Sede	72	N
Besta	Vazea Fresca	Sede	24	T
Toyota	Monte Alegre	Sede	60	N
Toyota	Sótio Fernandes e São Jerônimo	Sede	36	N
Caravan	Água Branca	Sede	40	SI
Toyota	Tiquara, Bananeirinha	Sede	30	T, N
C20	Sítio Quanduz	Sede	60	N
D10	Vila de Santana	Formigueiro	40	T
Toyota	Sítio Muxito	Sede	48	N
D10	Assentamento	Sede	44	T
D20	Massaranduba	Sede	72	SI
F4000	Boas Novas	Sede	72	N
Toyota	Galvão, Pacas	Sede	64	T
Toyota	Assentamento	Sede	44	N
Esprinter	Assentamento	Sede	44	T
Mercedes	Cajueiro	Sede	24	N
F4000	Cajueiro	Sede	24	T
Kombi	Terra Preta	Vila Santana	20	T
D10	Terra Preta	Vila Santana	20	N
C20	Terra Preta	Vila Santana	20	T
Kombi	Terra Preta	Vila Santana	20	N
D20	Sítio Fundão	Vila Santana	16	N
Veraneio	Sítio Fundão	Vila Santana	16	N
D20	Sítio Venturozo	Vila Santana	20	N
D20	Sítio Venturozo	Vila Santana	20	N
Caravan	Bananeirinha	Vila Santana	14	N
Toyota	Bananeirinha	Vila Santana	14	N
A20	Bananeirinha	Vila Santana	14	N
D20	Bananeirinha	Vila Santana	14	N
D10	Água Branca	Vila Santana	28	T
Kombi	Água Branca	Vila Santana	28	T
D10	Sítio Quanduz	Vila Santana	40	T
C10	Sítio Quanduz	Vila Santana	40	T
Kombi	Sítio Quanduz	Barra Riachão	22	N
Belina	Sítio Quanduz	Barra Riachão	22	N
A20	Sítio Quanduz	Barra Riachão	22	T
Kombi	Sítio Quanduz	Barra Riachão	22	N
D10	Sítio Quanduz	Barra Riachão	22	T
C10	Terra Preta	Vila Santana	20	T
D20	Maçaranduba	Barra Riachão	20	N
D10	Sítio Batente	Barra Riachão	18	T
Brasinca	Sítio Batente	Barra Riachão	18	N
C10	Sítio Batente	Barra Riachão	18	N
Kombi	C. Água Branca	Barra Riachão	16	SI
D10	C. Água Branca	Barra Riachão	16	T
D20	Alto do Tatu	Barra Riachão	28	N
A20	Poço Comprido	Barra Riachão	20	T

Fonte: Prefeitura Municipal.

3.4 CONCLUSÃO

A leitura técnica e comunitária sobre o município de São Joaquim do Monte permite delinear questões centrais que retratam de forma articulada a realidade atual do Município. Dentre elas destacam-se:

- A população mantém forte relação com o universo da produção rural, embora seja considerado um município predominantemente urbano a ocupação de pessoal não traduz uma economia urbana, sendo essa uma forte característica local;
- O município possui uma população jovem, mas com baixo grau de escolaridade e capacitação técnica. A distorção idade/série e a evasão escolar, principalmente no ensino médio onde menos da metade da população entre 15 e 19 anos (2.184 jovens) está matriculada (985 alunos), são fundamentalmente responsáveis por essa realidade. Embora a população continue crescendo em proporções moderadas, a oferta de ocupação e emprego não acompanha o mesmo ritmo, sendo a administração pública o maior empregador formal. O baixo nível de ocupação e emprego reflete, por sua vez, na renda per capita que também é muito baixa. Contudo, não se pode deixar de mencionar a potencial oportunidade econômica, que pode impactar positivamente São Joaquim do Monte, trazida pela dinâmica do turismo religioso e ambiental que se apresentam no município;
- O município apresenta uma baixa capacidade de investimento, com quase 90% de sua receita composta por repasses do FPM e transferências do FUNDEB e do SUS. Essa participação expressiva das transferências correntes na composição da receita corrente total é um indicador da dependência das receitas municipais em relação a fontes de recursos externos revelando, junto a outros fatores, a fragilidade do perfil das finanças municipais e a pouca disponibilidade de recursos para atender a enorme demanda e passivos em investimentos tipicamente urbanos (e.g infraestrutura e habitação), que, em 2008, foi de R\$ 35,02 por habitante, mostrando-se muito inferior ao que foi encontrado em municípios vizinhos;
- O plantel de bovinos é o que mais se destaca dentre os rebanhos do município, contrariando a vocação local da Região Agreste que é de galináceos. Caso fosse melhor explorado economicamente, poderia tornar-se um importante gerador de renda para o município;
- Existe uma dificuldade por parte dos gestores públicos em planejar a melhor localização de equipamentos educacionais em função da demanda de alunos para implantação do sistema de nucleação das escolas rurais, o que acarretará necessariamente em repensar melhorias no sistema de transporte escolar. A qualidade dos equipamentos encontrados na área urbana e rural é passível de melhorias principalmente na ampliação e capacitação de recursos humanos e nas estruturas físicas, visto que mais de 28% da receita municipal é provinda de transferências do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação;
- A cobertura do Programa de Saúde da Família tanto não abrange 100% da população municipal como também suas equipes de profissionais não são completas. Esse programa é um canal privilegiado de contato com a população e com o ambiente onde

ela vive e pode ser um componente aglutinador de articulação e interação de políticas setoriais, principalmente num cenário de baixa capacidade de investimento municipal;

- Formas de expressão cultural são reconhecidas pela população, principalmente as festas profanas e religiosas. O patrimônio construído e ambiental, apesar de reconhecidos como ativos municipais, estão em progressivo processo de degradação e descaracterização expressas, por exemplo, pela poluição e erosão das margens dos cursos d'água, pelo desmatamento da mata ciliar, pela ocupação desordenada por atividades agrícolas e pecuária extensiva e pelas reformas e ampliações de seu casario secular que ocorrem à mercê de qualquer controle urbano;
- A paisagem de brejo e a essência rural do município são ativos municipais reconhecidos por todos;
- Apesar de serem consideradas um potencial, as associações de agricultores e outras entidades civis participam pouco da elaboração e acompanhamento de políticas públicas municipais. A capacitação cidadã será fundamental para a execução das estratégias e ações a serem definidas para o Plano Diretor. Porém, algumas ações empreendedoras foram identificadas através da iniciativa de organização associativista das artesãs de Barra do Riachão – fruto de uma ação de cooperação técnica desenvolvida pelo Projeto Municípios Saudáveis;
- O padrão existente de parcelamento do solo urbano no município, mesmo nos distritos, não permite a construção de imóveis com uso de recuos, dificultando a possibilidade de ventilação e insolação e de convivência em ambientes salubres. Isso é também uma característica da maioria dos municípios pernambucanos. Esse padrão, pelo frágil controle urbano, ainda é agravado por desmembramentos irregulares ainda menores, utilizando-se um lote mínimo para duas unidades habitacionais, comprometendo a qualidade de vida da população. Essa forma de ocupação também leva a apropriação indevida do espaço público, através de avanços e construções nas calçadas;
- O controle da expansão urbana e da ocupação desordenada é fundamental para a organização das atividades no território municipal. A construção não apenas de um arcabouço legal, mas também de instrumentos de planejamento e de gestão são essenciais para exercício dessa atividade;
- A infraestrutura municipal precisa de investimentos progressivos de forma a melhorar as condições de vida da população. A falta d'água e o seu uso inadequado, o esgoto jogado sem tratamento na drenagem, o transporte público precário e sem regulamentação e fiscalização pública e o destino inadequado dos resíduos sólidos são alguns exemplos observados pela leitura técnica e comunitária. A melhoria da infraestrutura, contudo, precisa ser acompanhada por um efetivo controle urbano, na medida em que elas tendem a acelerar o processo de uso e ocupação do solo;
- Expressões como 'falta de', 'ausência de', 'fragilidade de' comumente usadas para expressar os problemas são um forte indicativo de que o município precisa de um plano diretor.

As informações apresentadas na leitura da realidade municipal também levam a identificação de tendências e o delineamento de desafios a serem enfrentados e que

precisarão ser considerados na etapa de proposições desse Plano Diretor. Como tendências em São Joaquim do Monte destacam-se:

- Os indicadores sociais de 2000 apresentam uma grave realidade, porém com tendência de melhora acentuada devido aos programas governamentais desenvolvidos na esfera federal de transferência de renda;
- A pouca autonomia municipal na composição da sua receita mostra uma economia ainda frágil devido à baixa arrecadação de impostos;
- Dinamização dos pólos regionais pode repercutir positivamente na economia local, para tanto se faz necessária a capacitação de mão de obra qualificada para participar dessas oportunidades econômicas;
- Acúmulo de passivo negativo em infraestrutura, habitação e serviços públicos que não acompanham a demanda local. Apesar dos índices graves de saneamento, nos últimos anos, anuncia-se uma tendência de crescimento do financiamento público para essa área;
- Gastos em saúde pela incidência de problemas pelo consumo de água inapropriada e/ou pela sua falta e despejos de águas servidas e resíduos sólidos a céu aberto;
- A região sofre agressivo processo de degradação ambiental principalmente o desmatamento da Mata Atlântica e comprometimento dos recursos hídricos abundantes da região;
- Transporte de passageiros sem regulação pública;
- Piora na qualidade da moradia e nas condições de habitabilidade;
- Processo de expansão relativamente lento, mas marcado por uma proporção considerável de crescimento da mancha urbana em relação ao núcleo original nas últimas décadas;
- Os padrões de parcelamento e ocupação seguem uma tradição local agravada por dimensionamentos mínimos em decorrência da pobreza, ferindo as normas urbanísticas. Na ausência de fiscalização e controle a tendência é de agravamento do quadro de ocupações irregulares e invasões dos espaços públicos;
- Perda de patrimônio histórico construído e de identidade cultural;
- População passiva diante das possibilidades de transformação da realidade local.

Dentre os desafios destacam-se:

- Fortalecimento da economia local por meio de incentivos para melhoria na produção, comercialização e escoamento da atividade agropecuária e para gestão de negócios, melhorando assim o peso do setor agroindustrial na composição do produto local. Ainda nessa área, deve-se buscar instrumentos para melhorar a arrecadação municipal de forma a elevar a capacidade de investimentos públicos;

- Educação pública de qualidade e formação para o trabalho como forma de elevar a qualificação da mão de obra municipal, incrementando as oportunidades econômicas para a população local e sua participação ativa nos projetos e oportunidades econômicas da região;
- Estruturar a municipalidade para ampliar sua capacidade de planejamento, de captação de recursos e de investimentos no município, investindo na formação e qualificação de recursos humanos e na adoção de instrumentos de planejamento e gestão municipal;
- Controlar a expansão urbana desordenada, na sede e nos distritos, em particular nas margens de cursos d'água;
- Ofertar infraestrutura básica de qualidade e planejar sua manutenção e ampliação;
- Valorizar e conservar e o patrimônio histórico construído e ambiental;
- Fortalecer as instituições da sociedade civil.

Assim, as propostas para o Plano Diretor de São Joaquim do Monte devem se estruturar em torno de cinco eixos:

- Educação e formação para o trabalho;
- Educação socioambiental e histórico cultural;
- Fortalecimento institucional;
- Controle urbano e ambiental;
- Investimentos infraestruturais, habitacionais e em serviços públicos.

Ressalta-se ainda que as questões apontadas pela leitura técnica e comunitária, mesmo que levantados por grupos, por orientação metodológica, demonstram claramente a constante interface entre todas as temáticas trabalhadas na leitura da realidade local. Essa leitura sistêmica se constitui num dos principais desafios na definição de programas, projetos e ações de curto, médio e longo prazo para o município de São Joaquim do Monte que serão definidos na próxima fase desse Plano Diretor.



4. DIRETRIZES, PROPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES

4. DIRETRIZES, PROPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES

As Diretrizes, Proposições e Recomendações aqui apresentadas constituem uma combinação das propostas elaboradas pela equipe técnica, que conta com especialistas nas diferentes temáticas setoriais abordadas no Plano Diretor Participativo, com aquelas apresentadas na Oficina Participativa de Proposições, que envolveu diferentes representações da sociedade. Isso faz com que tragam uma fundamentação técnica baseada nos levantamentos e análises realizadas nas etapas anteriores, ao mesmo tempo em que expressam uma forte legitimidade, construída por meio da manifestação das expectativas da população na ocasião das atividades coletivas.

Uma particularidade se resalta na formulação dessas diretrizes e proposições porque São Joaquim do Monte se acha integrado na Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis e já vem trabalhando, juntamente com outros municípios da sua região, a perspectiva de uma ampla transformação nas condições de vida e saúde de sua população. A Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis constituída atualmente foi resultado de uma iniciativa de cooperação que se iniciou em 2003 envolvendo os governos municipais, o governo estadual, por meio da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco (SEPLAG) e Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM, o Núcleo de Saúde Pública e Desenvolvimento Social da Universidade Federal de Pernambuco (NUSP/UFPE), e, nos anos iniciais, o governo do Japão. A proposta da rede, no contexto internacional do Movimento Cidades Saudáveis, tem uma abordagem aberta e integrada que parte da dimensão do indivíduo e sua inserção no ambiente, contemplando a visão da promoção da saúde como um recurso da vida cotidiana, por meio da capacitação e mobilização da população em favor de seu bem-estar e abrange os direitos básicos de paz social e cidadania. A metodologia adotada se fundamenta na promoção do desenvolvimento regionalizado e contempla uma ação integrada da população com o poder público local.

As diretrizes e proposições estão organizadas segundo temáticas setoriais nos itens que se seguem, conforme os Termos de Referência, apresentando-se para cada temática as diretrizes estratégicas seguidas de uma ou mais atividades a elas relacionadas. Tem o propósito de se expor na forma prática de uma agenda de prioridades, procurando-se apontar os agentes institucionais envolvidos na sua implementação e escalas referenciais de prazos⁷, considerando-se o horizonte de dez anos para o Plano Diretor Participativo.

4.1 DIRETRIZES E PROPOSTAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

No campo do desenvolvimento social e econômico os principais desafios já identificados na etapa de caracterização e diagnóstico da situação atual apontam para o fortalecimento institucional, no âmbito do governo e da sociedade civil, assim como para a formação profissional como meio de elevar a qualificação da mão de obra municipal e incrementar as oportunidades econômicas.

⁷ Sem a intenção de se constituir num marco rigoroso, optou-se por apontar as referências de prazo como curto, médio e longo, entendido como aquilo que se espera implementar, respectivamente, em até 2 anos, entre 3 e 6 anos, e entre 7 e 10 anos.

O desenvolvimento sustentável busca harmonizar o crescimento e eficiência econômica com a conservação ambiental e a equidade social, partindo da valorização das potencialidades existentes e incorporando as possíveis alianças com outros universos de relação com o município. Tudo sem comprometer a capacidade das futuras gerações em preservar a sua qualidade de vida. É nessa abordagem que se estruturam o planejamento e as ações que norteiam os princípios de Municípios Saudáveis, rede da qual faz parte o Município de São Joaquim do Monte.

O desenvolvimento socioeconômico sustentável tem por objetivo reduzir a exclusão das famílias que estão à margem do processo social e produtivo, como meio de geração de rendimentos e redes sociais capaz de garantir-lhes uma vida digna.

A seguir, são apresentadas um conjunto de diretrizes estratégicas, seguidas de ações e atividades prioritárias na implementação deste Plano Diretor Participativo.

- **Diretriz 1:** Desenvolvimento das habilidades da base econômica local em sintonia com as possibilidades abertas ou potencialmente abertas pelas atividades mais promissoras encontradas no município de São Joaquim do Monte e na Região de Desenvolvimento Agreste Central:
 - **Ação 1:** Inventariar e analisar os arranjos produtivos locais, procurando identificar com clareza as atividades em que o município tem vantagens competitivas, de modo a se encontrar a melhor qualificação produtiva e a melhor articulação comercial possível. Ação de curto prazo sob responsabilidade da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
 - **Ação 2:** Incentivar o associativismo e empreendedorismo no município, através de parcerias com instituições de apoio à esse tipo de iniciativa, como o SEBRAE, com vistas a tornar mais dinâmica e diversificada a atividade produtiva local. Ação de curto prazo sob responsabilidade das Secretarias de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos e de Assistência Social, com foco em:
 - **Atividade 1:** Capacitar as associações com orientações sobre o associativismo e cooperativismo, fortalecendo a gestão e buscando apoio da Universidade, ONGs, governos do Estado e Federal.
 - **Ação 3:** Atribuir uma identidade para o produto e/ou serviço de São Joaquim do Monte, conferindo-lhe um padrão de qualidade e de higiene compatíveis com as expectativas do público alvo, considerando os subitens abaixo. Ação de curto a médio prazo conduzida pelas Secretarias de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, de Turismo, Cultura e Esporte e de Assistência Social:
 - **Atividade 1:** Identificar e adequar um local para a feira;
 - **Atividade 2:** Capacitar os servidores municipais e avaliar a necessidade de ampliação de recursos humanos para atender as demandas de desenvolvimento do município;
 - **Atividade 3:** Apoiar tecnicamente e com capacitações as associações, rurais e urbanas, incluindo os conselhos municipais e empreendedores das áreas de comércio e serviços;

- **Atividade 4:** Instituir mecanismo de monitoramento na Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, juntamente com sindicato e CNIDS para apoiar a agricultura familiar;
 - **Atividade 5:** Ampliar a capacidade de atuação do Centro de Valorização do Trabalhador de São Joaquim do Monte;
 - **Atividade 6:** Investir em infraestrutura para atrair o turismo e parceiros que contribuam com as atividades culturais e esportivas;
 - **Atividade 7:** Explorar de forma sustentável os atrativos turísticos naturais, aproveitando as áreas naturais de valor ambiental turístico de forma sustentável. Ação de curto e médio prazo, conduzida pela Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, com apoio das secretarias de Educação e de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, buscando parceria com a EMPETUR e outras organizações privadas.
- **Diretriz 2:** Integração da sociedade e da base econômica local com a economia da Região e do Estado, principalmente em um momento no qual se vivencia um período de massivos investimentos em infraestrutura econômica e social por intermédio de grandes projetos estruturadores como o Sistema Adutor do Agreste (SAA) e a Ferrovia Transnordestina. Ação de médio e longo prazo conduzida pelas Secretarias de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos e de Educação, considerando os seguintes aspectos:
 - **Ação 1:** Orientar a produção agrícola local no sentido de integrar-se às demandas e padrões do exigidos para uma economia integrada, abrangendo as atividades artesanais e industriais bem como as de prestação de serviços, inclusive o de educação;
 - **Ação 2:** Desenvolver um plano de ação para o município aproveitar as janelas de oportunidade que possam ser abertas na Região de desenvolvimento Agreste Central pela indústria têxtil, pelo núcleo comercial e de serviços centrado em Caruaru, pela indústria moveleira, de lazer e hoteleira de Gravatá, pelas atividades industriais de belo Jardim, e pela forte presença da avicultura e da pecuária leiteira no conjunto do Agreste;
 - **Atividade 1:** Apoiar e incentivar os micros empreendedores com potencial na região, como por exemplo em confecções, artesanato, doces (frutas e leite) e beneficiamento do leite e derivados;
 - **Atividade 2:** Apoiar a criação de pequenas agroindústrias de polpa de frutas;
 - **Atividade 3:** Regulamentar a Lei de Micro e Pequenas Empresas do Município;
 - **Atividade 4:** Facilitar o acesso ao crédito bancário ou subsidiário para pequenos empreendedores.
 - **Ação 3:** Identificar e promover articulações com todas as instituições Estaduais, Federais e Empresariais que tenham interface com os temas relevantes para o desenvolvimento da socioeconomia do município.
- **Diretriz 3:** Promoção da educação e formação para o trabalho:

- **Ação 1:** Realizar cursos técnicos e profissionalizantes em atendimento a demanda de desenvolvimento econômico da região. Deve-se capacitar os habitantes em atividades que fortaleçam os arranjos produtivos locais, tais como moda, confecção, hotelaria, agricultura e artesanato. Atividade de implementação em médio prazo que envolve as Secretarias de Educação, de Turismo, Cultura e Esporte, de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos e de Assistência Social podendo contar com apoio de instituições do "Sistema S" (SESC, SENAC, SENAI e SESI, entre outros) e órgãos estaduais. Para sua implementação deverão ser elaborados projetos específicos, prevendo metodologias adequadas e fontes para captação de recursos;
- **Ação 2:** Aproveitar a infraestrutura física da rede escolar e de outros espaços coletivos e comunitários para formação de trabalhadores e técnicos para a agricultura, pecuária e prestação de serviços, ampliando-se a sua atuação para além das atividades meramente curriculares, focando a capacitação/qualificação para o mercado de trabalho, voltando sua formação a atividades produtivas desenvolvidas no município e em seu entorno.
- **Diretriz 4:** Melhoria do atendimento educacional para as áreas rurais e urbanas a serem conduzidas pela Secretaria de Educação com apoio de outras secretarias municipais em curto, médio e longo prazo:
 - **Ação 1:** Construir equipamentos que atendam pelo menos 50% das crianças de 0 a 4 anos de idade e que atendam 80%, de 4 a 6 anos, de acordo com metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação para a área urbana e rural;
 - **Ação 2:** Valorizar a educação do campo com profissionais qualificados e com programas adequados, vinculando o jovem à cultura rural;
 - **Ação 3:** Construir, reformar e ampliar as escolas para que ofereçam condições físicas para a prática pedagógica e de lazer dos alunos possibilitando a nucleação na sede e nos distritos;
 - **Ação 4:** Ampliar as salas multifuncionais que atendam as pessoas com necessidades especiais;
 - **Ação 5:** Criar equipes interdisciplinares (psicólogos, psicopedagogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos, etc.);
 - **Ação 6:** Instituir piso salarial da categoria de professores conforme lei 11.738, de 16.07.08;
 - **Ação 7:** Atender a crianças/adolescentes e jovens com necessidades especiais em escolas equipadas de forma adequada.
- **Diretriz 5:** Promoção da erradicação do analfabetismo:
 - **Ação 1:** Estruturar redes municipais de educação para alfabetizar jovens e adultos estabelecendo parcerias com organizações públicas e privadas para programas de alfabetização. Ação de curto e médio prazo promovido pela Secretaria de Educação através da elaboração de programas e projetos específicos com articulação de fontes de recursos.
- **Diretriz 6:** Promoção da universalização e integralização da assistência à saúde:

- **Ação 1:** Ampliar o quadro efetivo de profissionais da saúde: médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, odontólogo e Agente Comunitário de Saúde – ACS, melhorando as instalações físicas dos equipamentos e o atendimento dos postos de saúde nos distritos. Ação de curto e médio prazo a ser conduzida pela Secretaria de Saúde do município em articulação com a secretaria estadual, prevendo-se a elaboração de projetos de infraestrutura física, articulação de fontes de recursos, capacitação e contratação de profissionais de saúde;
- **Ação 2:** Ampliar a capacidade de atendimento do hospital municipal Presidente Castelo Branco com serviços de média complexidade, atendimento cirúrgico. Ação de médio e longo prazo a ser conduzida pela Secretaria de Saúde do município em articulação com a secretaria estadual, prevendo-se a elaboração de projetos de infraestrutura física, articulação de fontes de recursos, capacitação e contratação de profissionais de saúde;
- **Ação 3:** Implantar banco de dados com pessoal capacitado para controle, monitoramento e melhoria da resolutividade dos serviços nas unidades municipais de saúde;
- **Ação 4:** Fortalecer o atendimento especializado local e regional através da formação de convênios e consórcios de modo a reduzir o deslocamento de pacientes;
- **Ação 5:** Implantar projetos para fortalecimento da assistência materno infantil.
- **Diretriz 7:** Integração de políticas de saúde, segurança e formação cidadã:
 - **Ação 1:** Promover capacitação para os profissionais no processo de integração de políticas de saúde, segurança e formação cidadã e que fomente e ressalte o caráter e sentido do saudável contido na definição de Municípios Saudáveis. Ação de curto prazo a ser realizada através de uma parceria das secretarias municipais de Saúde, de Educação, de Turismo, Cultura e Esporte e de Assistência Social;
 - **Ação 2:** Investir em programas de saúde integrada e educação em saúde para atendimento ao idoso na perspectiva do envelhecimento saudável e desenvolver programas de ações básicas e preventivas para garantia da saúde da mulher evitando situações de risco, como gravidez prematura e violência doméstica. Ação de curto prazo a ser desenvolvida pelas Secretarias de Saúde, de Educação e de Assistência Social do município;
 - **Ação 3:** Promover a gestão integrada da Academia da Cidade com diversas secretarias municipais como forma não apenas de tratar as questões preventivas de saúde mas também de disseminar o conceito de uma vida saudável/município saudável. Ação de curto prazo envolvendo as Secretarias de Saúde, de Assistência Social, de Educação, de Turismo, Cultura e Esporte, com a elaboração de projetos socioeducativos e esportivos para assegurar o pleno funcionamento do equipamento implantado, bem como garantir ações preventivas saudáveis para todos;
 - **Ação 4:** Elaborar estudo para expansão do Projeto Academia da Cidade para a sede dos distritos com implantação dos programas integrados;



- **Ação 5:** Fortalecer a Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis, principalmente junto aos municípios vizinhos, no sentido de ampliar as ações conjuntas e de fomentar novas parcerias para o desenvolvimento de estratégias e ações.
- **Diretriz 8:** Promoção da Assistência Social e enfrentamento dos problemas emergenciais:
 - **Ação 1:** Implementar programas e projetos socioeducativos para prevenção de situações de riscos sociais, como uso de drogas, violência doméstica e abuso sexual, Centros de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPS – AD) e Centro de Atenção aos usuários de drogas (CAUD), entre outros. Ação de curto e médio prazo conduzida pela Secretaria de Assistência Social do município, em integração com a secretaria estadual, e articulação com as Secretarias municipais de Educação de Turismo, Cultura e Esporte e de Saúde, agentes de segurança pública, Conselhos Municipais, Conselho Tutelar e organizações da sociedade civil;
 - **Ação 2:** Promover uma política específica de inclusão social para os idosos com melhoramento do atendimento no Centro de Convivência do Idoso – CCI e implantação de um abrigo na sede municipal para atendimento ao idoso em situação de risco. Atividade de curto e médio prazo envolvendo a elaboração e implementação de Plano Municipal com estratégias apropriadas de atendimento aos idosos, conduzida pela Secretaria de Assistência Social, com apoio das Secretarias Municipais de Saúde, de Educação e de Turismo, Cultura e Esporte;
 - **Ação 3:** Ampliar o efetivo de profissionais da assistência social que atua no CRAS – Centro de Referência da Assistência Social;
 - **Ação 4:** Desenvolver ações para efetivar atendimento da rede socioassistencial para os casos de média e alta complexidade;
 - **Ação 5:** Ampliar as metas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e do Pró Jovem adolescente de acordo com o Censo 2010.
- **Diretriz 9:** Valorizar a cultura local de São Joaquim do Monte para o fortalecimento das manifestações da cultura religiosa e construção de sua identidade, o seu capital mais valioso, capaz de conferir-lhe uma marca no mercado:
 - **Ação 1:** Valorizar o artesanato, os músicos e artistas locais com a estruturação de um centro multicultural nas instalações do antigo matadouro com espaços para apresentações, realização de cursos, feira de artesanato e capacitação de jovens como condutores locais de forma a valorizar o santuário de Frei Damião. Ação de médio ou longo prazo conduzida pelas Secretarias de Turismo, Cultura e Esporte, de Educação e de Assistência Social;
 - **Ação 2:** Reformar e restaurar edifício que faça parte do patrimônio histórico arquitetônico como espaço de atendimento e apoio ao turista, onde sejam disponibilizadas informações sobre o município e os eventos ocorridos na cidade. Ação de médio prazo desenvolvida pela Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte em conjunto com a Secretaria de Educação com o apoio da Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo;

- **Ação 3:** Estabelecer os elementos necessários para conferir a São Joaquim do Monte uma identidade própria, de caráter bem específico, de modo a distinguir-se em meio a uma região repleta de referências já fortemente estabelecidas, como por exemplo, Caruaru e Toritama. Ação de curto e médio prazo integrando as secretarias de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, de Educação, de Turismo, Cultura e Esporte e de Assistência Social.

4.2 DIRETRIZES E PROPOSTAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E O SANEAMENTO AMBIENTAL

Na temática ambiental e do saneamento ambiental foram destacados no momento de caracterização e diagnóstico da situação atual os desafios de estruturar a municipalidade para ampliar sua capacidade de planejamento e de utilizar o rio Una e demais riachos do município assim como suas margens de forma sustentável. As diretrizes e proposições a seguir abordam esses desafios e outras demandas identificadas.

- **Diretriz 1:** Promoção do reconhecimento e da recuperação da biodiversidade regional:
 - **Ação 1:** Instituição de um Sistema de Gestão Ambiental e a Agenda 21 do município, identificando áreas de interesse para conservação da Mata Atlântica e aquelas com potencial para implantação de unidades de conservação. Ação de médio prazo, conduzida pela Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, contemplando a criação de normas, mecanismos e instrumentos regulamentados em lei municipal específica, mecanismos de controle ambiental, com a fiscalização, licenciamento e monitoramento do território;
 - **Ação 2:** Implantar programa permanente de educação ambiental, estimulando nas pessoas a consciência ambiental por meio e valorização do ambiente e reconhecimento da biodiversidade, criando condições para promoção do bem-estar de todos. Ação contínua, de curto, médio e longo prazo, envolvendo principalmente as Secretarias de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, de Saúde e de Educação através de capacitações aos Agentes Comunitários de Saúde e professores;
- **Diretriz 2:** Organização de uma política ambiental para o município, com a criação do Sistema Municipal de Fiscalização do Meio Ambiente, com mecanismos de controle ambiental, fiscalização, licenciamento e monitoramento do território, incluindo diretrizes para elaboração de Planos de Manejo para as Áreas de Preservação Permanente. Ação de médio e longo prazo em cooperação entre a Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo e a Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
- **Diretriz 3:** Promoção da utilização sustentável das margens do Rio Una:
 - **Ação 1:** Controle e fiscalização sobre as atividades rurais exercidas no terraço fluvial, que têm exercido pressões sobre o meio físico, tendo como consequências a aceleração dos processos erosivos (voçorocas, ravinas, assoreamento, entre outros) e resultando no assoreamento do rio. Ação de curto prazo comandada pela Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos

Hídricos envolvendo toda a comunidade ribeirinha e incentivando a participação do município nos Comitês Estaduais das Bacias Hidrográficas do Rio Una;

- **Ação 2:** Promoção e incentivo à adoção da agricultura orgânica, visando a proteção dos Mananciais. Ação de curto e médio prazo sob a coordenação da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos;
 - **Ação 3:** Fomento à criação de núcleos ambientais regionalizados, fortalecendo as parcerias existentes com órgãos estaduais (CIPOMA, CPRH) e estabelecer novas ações de cooperação institucional. Ação de curto prazo, conduzida pela Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
- **Diretriz 4:** Garantia da coleta e tratamento adequado de resíduos sólidos:
 - **Ação 1:** Implantação de sistema de tratamento e disposição final adequada para resíduos sólidos. Ações de médio e longo prazo, coordenadas pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo em articulação com a Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, envolvendo a elaboração de Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, Projeto de Aterro Sanitário e Implantação do Aterro Sanitário, além de um programa de coleta seletiva e reciclagem para o lixo;
 - **Ação 2:** Regularização do serviço de coleta de lixo, na porta de cada residência, e da varrição urbana, assegurando atenção especial para as ruas próximas ao Rio Una, e regularização dos serviços de poda de árvores e capinação. Implantação de lixeiras nos espaços públicos. Ação de curto prazo, sob a responsabilidade da Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo;
 - **Ação 3:** Tratamento especial, conforme legislação específica, para os resíduos provenientes das embalagens de agrotóxicos, fertilizantes e defensivos agrícolas. Ações de curto prazo incluindo campanhas permanentes de conscientização sobre o uso apropriado de defensivos agrícolas, integrando as Secretarias de Viação, Obras e Urbanismo e de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
 - **Diretriz 5:** Garantia de fornecimento contínuo de água potável para a população da área urbana e rural:
 - **Ação 1:** Priorização de investimentos para o abastecimento d'água, prevendo-se a expansão do sistema através da construção de uma nova adutora e a redução de perdas, por meio de controle de pressão e manutenção preventiva na rede, assim como campanhas de combate ao desperdício em meios de comunicação locais e em escolas. Ação de médio prazo em parceria entre as Secretarias de Viação, Obras e Urbanismo, de Educação, de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos e a COMPESA;
 - **Ação 2:** Implantar a hidrometração em 100% das zonas urbanas, proporcionando aumento do faturamento e garantindo recursos para futuros investimentos, respeitadas as condições tarifárias especiais para populações carentes. Ação de longo prazo em parceria entre a Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo, de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos e a COMPESA;
 - **Ação 3:** Construção cisternas na zona rural para a captação de água da chuva de modo a ser utilizada como fonte de abastecimento. Ação de curto prazo capitaneada pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo em articulação com a

Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos e com órgãos estaduais e federais;

- **Ação 4:** Substituição dos trechos de adutora confeccionados em cimento amianto por materiais que não tragam risco à saúde. Ação de médio prazo em parceria entre a Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo, de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos e a COMPESA.
- **Diretriz 6:** Garantia de oferta de serviços de esgotamento sanitário adequado para todo o município, assegurando-se o tratamento dos efluentes, conforme a legislação vigente e priorizando-se as áreas de margens do Riacho Caianinha e Rio Una em Barra do Riachão:
 - **Ação 1:** Implantação de soluções apropriadas para as zonas urbanas e rurais, alcançando 100% de atendimento em longo prazo. Ação conjunta da Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo em parceria com a COMPESA;
 - **Ação 2:** Implantação de rotina de manutenção preventiva na rede de esgotamento sanitário nos núcleos urbanos. Ação de médio prazo em parceria entre COMPESA e Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo;
 - **Ação 3:** Construção de banheiros com fossas sépticas e sumidouros na zona rural, de modo a assegurar condições sanitárias a comunidade rural do município. Ação de médio a longo prazo desenvolvida pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo em articulação com os Governos estadual e federal;
- **Diretriz 7:** Garantia de que os logradouros públicos possuam mecanismos capazes de drenar as águas pluviais:
 - **Ação 1:** Implantação de um serviço para a limpeza das galerias de águas pluviais;
 - **Ação 2:** Proibir e fiscalizar, despejos de esgotos em galerias e canais destinados a drenagem de águas pluviais;
 - **Ação 3:** Implantar em praças e calçadas pavimentos permeáveis, que proporcione a infiltração de águas pluviais;
 - **Ação 4:** Promover campanhas nos meios de comunicação local, conscientizando a população não despejar lixo em galerias e bocas de lobo.

4.3 DIRETRIZES E PROPOSTAS SOBRE MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

Nesta temática os desafios residem tanto na dimensão institucional, quanto operacional e mesmo cultural, visto que se faz necessário estruturar um novo modelo de gestão juntamente com a demanda de consideráveis investimentos em obras que reordenem o ambiente urbano, ao mesmo tempo em que se requer substanciais mudanças de comportamento da população. O princípio geral está na promoção de uma política de mobilidade e acessibilidade municipal sustentável integrada à política de desenvolvimento municipal.

Os tópicos a seguir trazem as diretrizes e proposições voltadas para esta temática. São ações conduzidas pela Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo, articulada, quando necessário, com a Secretaria de Transporte do Governo do Estado.

- **Diretriz 1:** Recuperação, manutenção e melhoramento do sistema rodoviário e viário urbano no município:
 - **Ação 1:** Melhorar a infraestrutura das estradas vicinais que dão acesso aos distritos, Barra do Riachão e Vila de Santana, e aos povoados, Cajueiro e Monte Alegre e as localidades de São Sebastião e Olho D'água de Pacas. Ação de médio prazo conduzida pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo;
 - **Ação 2:** Elaborar e implementar projeto de requalificação viária no entorno da PE-112, contemplando a criação de vias locais de acesso em todo o trecho urbano do lado norte da rodovia e no trecho entre a Avenida Frei Damião e a Rua José Vieira de Melo, ao sul. Ação de médio prazo conduzida pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo buscando parceria e articulação de recursos com o Governo do Estado;
 - **Ação 3:** Manutenção sistemática das estradas vicinais e vias urbanas municipais, incluindo a sinalização informativa e de trânsito e a ampliação da rede de vias urbanas pavimentadas, como forma de garantia da acessibilidade e mobilidade municipal. Ação contínua conduzida pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo;
 - **Ação 4:** Intervenção viária no entorno das praças Antônio Correia e Joaquim Lima, com a definição de área para estacionamento nas ruas adjacentes. Ação conduzida pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo;
 - **Ação 5:** Promoção de uma circulação segura para preservar a vida das pessoas disciplinando a circulação de veículos motorizados e não motorizados, principalmente nos dias de feira e de eventos culturais no município. Ação contínua conduzida pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo.
- **Diretriz 2:** Promoção das condições adequadas de acessibilidade, condizente com as normas federais e os direitos cidadãos:
 - **Ação 1:** Garantia dos espaços das calçadas como integrantes do sistema de deslocamento urbano municipal, melhorando as condições e segurança dos deslocamentos dos pedestres por meio de:
 - **Atividade 1:** Inclusão obrigatória de calçadas em todos os projetos viários novos, incentivo a construção de calçadas em áreas já loteadas onde as mesmas não foram implantadas, sendo construídas segundo as normas de acessibilidade ABNT NBR 9050;
 - **Atividade 2:** Elaboração de programa para construção e manutenção das calçadas na sede municipal e na dos distritos respeitando as normas de acessibilidade ABNT NBR 9050, de forma a melhorar as condições de circulação. Ação de curto e médio prazos conduzido pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo;
 - **Atividade 3:** Fiscalização do uso da calçada por atividades permanentes ou temporárias que dificultem ou impeçam a circulação segura e promoção de campanhas de sensibilização do uso coletivo e para todos desses espaços públicos. Ação contínua conduzida pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo em parceria com a Secretaria de Educação;

- **Atividade 4:** Ampliar a arborização das vias usando plantas nativas e aplicando as normas de acessibilidade ABNT NBR 9050 para implantação da vegetação;
 - **Atividade 5:** Elaboração do Programa Municipal de Acessibilidade que reforce o caráter de Município Saudável, com adequação das vias, logradouros públicos, dos espaços de uso público, praças, parques, entorno e interior das edificações de uso público e coletivo, de bens culturais imóveis, mobiliários e equipamentos urbanos às normas de acessibilidade arquitetônica e urbanística (ABNT NBR 9050). Ação de médio prazo conduzida pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo;
 - **Atividade 6:** Promoção de campanhas para sensibilização da sociedade quanto à segurança e educação no trânsito. Ação contínua conduzida pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo em parceria com o DETRAN-PE.
- **Diretriz 3:** Garantia da oferta de alternativas de transporte público condizentes com o porte populacional e a distribuição territorial dos aglomerados rurais e urbanos no município:
 - **Ação 1:** Elaboração de estudo visando a implantação e regulamentação de um sistema de transporte público municipal de conexão entre a sede e os distritos municipais, com uso de veículos apropriados, que funcione nos turnos da manhã e tarde e que atenda minimamente as necessidades de deslocamento da população dessas localidades. Ação de curto prazo conduzida pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo;
 - **Ação 2:** Regulamentação, com intervenções para disciplinar e fiscalizar a prestação do serviço de moto-táxi e de carros de aluguel. Ação de curto prazo conduzida pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo;
 - **Ação 3:** Cadastro para regularizar a situação dos veículos e dos condutores de moto-táxi e capacitar moto-taxistas para a prestação de serviço seguro. Ação de curto prazo conduzida pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo;
 - **Ação 4:** Melhoria na prestação do serviço de transporte escolar para diminuir os tempos de viagem, o desconforto e superlotação dos veículos, elaborando estudos para definição de rotas e o tipo e tamanho de veículos apropriados para condução segura e confortável dos estudantes. Ação de curto prazo conduzida pela Secretaria de Educação com a Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo;
 - **Ação 5:** Implantação de mobiliário urbano nos pontos de transbordo e de espera do transporte coletivo intermunicipal e municipal na sede e na zona rural. Ação de médio prazo conduzida pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo para o transporte municipal e em articulação com a Secretaria de Transporte do Estado para o transporte intermunicipal;
 - **Ação 6:** Elaboração de estudo para identificação de área para construção de uma nova rodoviária.

4.4 DIRETRIZES E PROPOSTAS SOBRE ESPAÇOS PÚBLICOS E PATRIMÔNIO CULTURAL

O relatório de caracterização e diagnóstico da situação atual já alertava para os riscos de perdas no patrimônio histórico construído e na identidade cultural do são-

joaquinense. Isso não se resume ao aspecto da valorização cultural em si, mas também abrange a dimensão mais ampla da consciência da cidadania, que fortemente se materializa na forma como se ofertam e consomem os espaços públicos numa cidade. As diretrizes e proposições a seguir têm o foco nesses aspectos da significação e apropriação dos espaços da cidade.

- **Diretriz 1:** Promoção da preservação do patrimônio histórico e cultural:
 - **Ação 1:** Proteção dos imóveis remanescentes de relevante significado histórico-cultural, por seus valores arquitetônicos e paisagísticos, além da representação de lugar de expressão do patrimônio imaterial. Ação de médio e longo prazo a ser empreendida pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo e Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte com apoio da FUNDARPE, envolvendo a criação de normas específicas de proteção para preservação do patrimônio histórico, a promoção da restauração dos imóveis deteriorados e a divulgação do patrimônio municipal.

- **Diretriz 2:** Ampliação da oferta e recuperação de espaços públicos:
 - **Ação 1:** Construção e recuperação de espaços públicos de lazer, recuperando, revitalizando e construindo praças e parques. Ação de curto e médio prazo, conduzida pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo em parceria com o Governo do Estado, integrando a regularização e fiscalização do uso indevido das praças e canteiros por atividades permanentes e temporárias que dificultem ou impeçam a atividade de lazer e convívio social, reabilitando as praças existentes e ampliando a oferta de espaços públicos com construção de áreas de lazer e esportivas na sede municipal, nos distritos e povoados;
 - **Ação 2:** Aproveitamento das Áreas de Preservação Permanente dos cursos d'água em zonas urbanas como áreas de lazer, contemplação e recuperação de cobertura vegetal arbórea. Ação de médio prazo, em parceria entre a Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo e Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, visando preservar áreas de margens de riachos nos núcleos urbanos, regularizando-se parcelamentos existentes e adequando-se ao traçado urbano consolidado, regularizando canais de macro drenagem quando já definidos e valorizando os cursos d'água naturais, disponibilizando em suas margens, áreas para o lazer;
 - **Ação 3:** Projetos Urbanísticos de qualificação urbana que contemple a construção de pátios comuns com mobiliário urbano e equipamentos esportivos que integrem os espaços dos equipamentos sociais básicos como escolas e postos de saúde para pequenos aglomerados rurais como, por exemplo, Cajueiro e Monte Alegre. Ação de médio prazo, conduzida pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo.
 - **Ação 4:** Identificação de área para construção de pátio de eventos através da elaboração de projeto urbanístico para sua instalação na cidade. Ação de médio prazo desenvolvida pelas Secretarias de Viação, Obras e Urbanismo e de Turismo, Cultura e Esporte.

- **Diretriz 3:** Melhoria dos equipamentos públicos:

- **Ação 1:** Melhoramento da rede dos equipamentos públicos de suporte às políticas sociais básicas. Ação de médio prazo integrando as Secretarias de Viação, Obras e Urbanismo, de Turismo, Cultura e Esporte, de Saúde e de Assistência Social, com apoio do Governo do Estado, para ampliar a oferta de forma a atender a demanda urbana e rural, garantindo a qualidade e acessibilidade a esses espaços, por meio de reforma, ampliação e construção de equipamentos de assistência social, educação e saúde da rede municipal e estadual;
- **Ação 2:** Ampliação do cemitério municipal através da aquisição de terrenos vizinhos. Ação de curto e médio prazos, coordenada pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo para construção de novas áreas destinadas ao velório e novas covas;
- **Ação 3:** Elaborar estudo específico para relocação da feira livre das ruas principais da sede para área específica buscando solucionar problemas de incômodo de vizinhança e mobilidade urbana. Ação integrada entre a Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo e a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, de curto prazo;
- **Ação 4:** Construir novo matadouro público em área fora do perímetro urbano seguindo as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Ação integrada entre as Secretarias de Viação, Obras e Urbanismo e de Saúde, com apoio do Governo do Estado, em curto prazo;
- **Ação 5:** Elaborar estudo específico para implantação de projeto de infraestrutura que atenda o público no período de romaria prevendo a instalação de apoio rodoviário com estacionamento para ônibus de turismo e área para vendas de objetos. Ação de médio prazo integrando as secretarias de Turismo, Cultura e Esporte e de Viação, Obras e Urbanismo.

4.5 DIRETRIZES E PROPOSTAS SOBRE O PLANEJAMENTO E A REGULAÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Nas análises realizadas na primeira etapa deste Plano Diretor Participativo, destacou-se o desafio de estruturar a municipalidade para ampliar sua capacidade de planejamento, de captação de recursos e de realização de investimentos. Isso abrange a valorização também da formação e qualificação de recursos humanos e da adoção de um instrumental moderno de planejamento e gestão municipal.

- **Diretriz 1:** Promoção do ordenamento territorial:

- **Ação 1:** Planejamento e monitoramento. Atividade continuada, conduzida pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo, visando qualificar a zona urbana e assegurar o planejamento da expansão urbana, acelerando a utilização dos vazios urbanos e de áreas subutilizadas, principalmente nos vazios entre bairros, orientando e controlando a aplicação dos parâmetros urbanísticos definidos para cada zona instituída pelo Plano Diretor Participativo;
- **Ação 2:** Fortalecimento do controle urbano. Atividade continuada, sob a responsabilidade da Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo, visando o fortalecimento do sistema municipal de fiscalização e controle urbanístico para

garantir qualidade ao ambiente urbano, por meio da elaboração e aplicação da legislação de parcelamento e de uso e ocupação do solo e consolidação de uma estrutura de fiscalização dotada de capacitação técnica, espaço físico adequado e de quadro de pessoal apropriado;

- **Ação 3:** Apropriação de perímetro municipal revisado pelos órgãos federal (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) e estadual (Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – Condepe/ Fidem). Ação imediata integrando as secretarias de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, de Administração e de Viação, Obras e Urbanismo, promovendo reuniões entre os municípios envolvidos (São Joaquim do Monte, Camocim de São Félix e Bezerros), para regularização administrativa do território;
- **Ação 4:** Revisar o perímetro municipal entre São Joaquim do Monte e Cupira. Ação imediata envolvendo as secretarias de Viação, Obras e Urbanismo e de Agricultura, Meio Ambiente e recursos Hídricos em parceria com os órgãos estaduais e federais.
- **Diretriz 2:** Estruturação de instrumental de planejamento urbano e ambiental:
 - **Ação 1:** Elaboração de Cartografia Digital. Ação de curto prazo, sob a responsabilidade da Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo com apoio de consultoria especializada, contemplando a atualização das plantas das áreas urbanas com a identificação de cursos d'água para demarcação de áreas de proteção permanente e ocupações dos núcleos urbanos da sede e dos distritos com a incorporação de novos loteamentos, dentro de um plano operacional para atualizar, incrementar e consolidar a planta digital existente;
 - **Ação 2:** Implantação de Sistema de Informações Georreferenciado. Ação de médio prazo, com elaboração de projeto específico de captação de recursos junto a órgãos federais, integrando a Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo e de Administração englobando a modelagem e implantação de sistema de informações georreferenciado para o planejamento urbano-ambiental e controle tributário, com hardware e software apropriado e pessoal treinado para execução;
 - **Ação 3:** Programa municipal de assistência técnica especializada para elaboração de projetos habitacionais. Atividade continuada, conduzida pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo, visando proporcionar um melhor padrão habitacional à população de baixa renda através da instalação de equipe capacitada.

4.6 DIRETRIZES E PROPOSTAS SOBRE A MORADIA E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Questão central no cenário nacional hoje, a preocupação com a extensão do déficit habitacional vai bem além de questões apenas quantitativas e remete a reflexões e soluções que alterem os padrões qualitativos do morar. A etapa de caracterização e diagnóstico da situação atual registrou o desafio do acúmulo de um passivo de grande expressão no tocante à infraestrutura, habitação e serviços públicos, cuja oferta não vem conseguindo acompanhar a demanda local. As diretrizes e proposições são apresentadas para esta temática a seguir.

- **Diretriz 1:** Elaboração de um Plano de Habitação de Interesse Social:

- **Ação 1:** Cadastro de moradias precárias, de famílias sem-teto e de casas atingidas pela cheia no distrito de Barra do Riachão. Ação de curto prazo conduzida pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo, com apoio da Secretaria de Assistência Social, envolvendo Associações Rurais e de Bairros. Compreende a elaboração de projetos de captação de recursos junto a órgãos estaduais e federais como CEHAB-PE, Caixa Econômica e Ministério das Cidades, abrangendo o levantamento e o cadastramento de residentes em unidades residenciais precárias, identificando o perfil familiar e as características das edificações, seus danos e riscos;
- **Ação 2:** Substituição de casas de taipa. Ação imediata, conduzida pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo, com suporte da Caixa Econômica, Governo do Estado, FUNASA e Ministério das Cidades, integrada ao Plano de Habitação de Interesse Social, ampliando o programa existente de substituição de imóveis em taipa por habitações em alvenaria nas áreas urbanas e rurais;
- **Ação 3:** Relocação de casas em áreas inadequadas para urbanização segundo condições de risco, exigências de normas ambientais e Legislação Federal (Lei nº 6.766). Ação de curto e médio prazo conduzida pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo integrando projetos e ações de controle urbano, com proibição de novas construções precárias e demolição de casas precárias, com relocação das famílias por meio de aluguel social e até a construção de novas unidades. Juntamente com as Secretarias de Assistência Social e de Educação realizar programa educativo para uso dos equipamentos sanitários.
- **Diretriz 2:** Promoção da urbanização e o melhoramento da moradia em áreas de consolidação urbana:
 - **Ação 1:** Implementar infraestrutura básica adequada e melhorar os padrões de habitabilidade principalmente nos bairros Areial, Novo Tempo, Cohab II e Canaã. Ação de médio e longo prazo, conduzida pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo com suporte da Caixa Econômica, Governo do Estado, FUNASA e Ministério das Cidades, através da elaboração e execução de projetos de infraestrutura e proibição de construções fora dos parâmetros urbanísticos promovendo parceria entre a sociedade civil e o poder público para facilitar as linhas de acesso ao crédito imobiliário e utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- **Diretriz 3:** Relocação de casas nas faixas de domínio rodoviário:
 - **Ação 1:** Relocar edificações nas áreas de domínio rodoviário estadual da PE-112. Ação de médio a longo prazo desenvolvida pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo em articulação com a Secretaria de Assistência Social e o Governo do Estado para desapropriar área *non aedificandi* de domínio público estadual através de indenizações e/ou reconstruções de novas unidades habitacionais em local adequado.
- **Diretriz 4:** Regularização fundiária de loteamentos irregulares consolidados:
 - **Ação 1:** Elaboração de Projeto de Regularização Fundiária que contemple as dimensões dominial, urbanística e ambiental, compreendendo solução integrada para as questões de degradação ambiental e social, de situações de risco e de

falta ou precariedade de infraestrutura, de sistema viário e de áreas públicas. Ação de médio prazo conduzida pela Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo, com apoio da Secretaria de Assistência Social, envolvendo Associações de Bairros.

4.7 DIRETRIZES E PROPOSTAS SOBRE GESTÃO PARTICIPATIVA E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

No campo da gestão participativa o contexto do Brasil contemporâneo exige esforços no sentido de, ao mesmo tempo, ampliar a oferta de espaços de diálogo e cooperação com a sociedade e apoiar as organizações sociais no seu caminho para assumir um papel cada vez mais atuante de corresponsabilidade na gestão. Já numa dimensão mais interna, na estrutura administrativa municipal, evidencia-se o desafio de assegurar investimento permanente no aprimoramento de instrumentos de planejamento e gestão municipal.

- **Diretriz 1:** Fortalecimento institucional e ampliação da participação social:
 - **Ação 1:** Fortalecer as Secretarias Municipais, com a revisão de suas estruturas operacionais por meio da implantação de planejamento estratégico e da ampliação de quadros técnicos;
 - **Ação 2:** Estruturar um sistema de planejamento territorial para o Município, contemplando:
 - **Atividade 1:** Um sistema básico de informações para o planejamento, integrado ao banco de dados de controle tributário;
 - **Atividade 2:** A atualização do cadastro imobiliário e de logradouros, de modo que possibilite monitorar as transformações urbanas e subsidiar decisões de planejamento;
 - **Atividade 3:** A capacitação de pessoal para alimentar, atualizar e analisar as informações.
 - **Ação 3:** Promover convênios e parcerias para obtenção de assistência técnica especializada com os governos federal e estadual, assim como instituições de ensino e pesquisa e organizações sociais;
 - **Ação 4:** Favorecer a inserção dos atores locais nas instâncias do âmbito Estadual e Federal que tenham interface com os temas relevantes para o desenvolvimento da socioeconomia local;
 - **Ação 5:** Fortalecer os Conselhos institucionais capacitando os conselheiros e organizando fóruns de integração de políticas setoriais, envolvendo os conselhos municipais já existentes e as novas instâncias de participação social a serem criadas. Ação de médio prazo com elaboração de projeto específico e articulação institucional e social, envolvendo a Secretaria de Administração e Secretarias de Educação, de Saúde, de Assistência Social, de Viação, Obras e Urbanismo, de Turismo, Cultura e Esporte, de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos e os conselhos instalados;



- **Ação 6:** Criar Coordenadoria da Mulher para instituição de políticas públicas municipais de gênero. Ação de médio prazo conduzida pela Secretaria de Assistência Social;
- **Ação 7:** Criar o Conselho de Desenvolvimento Municipal - CDM. Ação de médio prazo conduzida pelo Executivo, com envolvimento de diferentes Secretarias Municipais e as organizações sociais, visando constituir um fórum amplamente representativo com pelo menos duas sessões anuais para discussão e monitoramento de estratégias gerais de desenvolvimento numa perspectiva de planejamento participativo de longo prazo. São atribuições do CDM:
 - **Atividade 1:** Avaliar os padrões de desenvolvimento municipal;
 - **Atividade 2:** Monitorar os resultados do processo de implementação do Plano Diretor Participativo através de relatório semestral submetido à sociedade civil;
 - **Atividade 3:** Deliberar sobre estratégias e adequação de rumos para alcançar os objetivos do Plano Diretor Participativo;
 - **Atividade 4:** Discutir e opinar sobre a elaboração do Plano Plurianual e a Lei Orçamentária;
 - **Atividade 5:** Atuar na difusão do processo de implementação das ações propostas no Plano Diretor Participativo comprometendo-se na divulgação para a sociedade;
 - **Atividade 6:** Investir na capacitação permanente dos conselheiros.



5. ZONEAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL

5. ZONEAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL

5.1 CONCEITUAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

O município está subdividido em duas macrozonas: rural e urbana. A macrozona urbana está segmentada em três parcelas, correspondendo ao sítio da sede municipal e àqueles das sedes dos distritos de Barra do Riachão e de Vila de Santana - contemplando, nos três casos, a área urbanizada e aquela definida como de expansão urbana para ocupação futura. Os aglomerados rurais que já apresentam configuração de arruamentos poderão ser demarcados como área urbana, na medida em que se observe crescimento que exija uma regulamentação. A macrozona rural constitui todo o restante do território municipal, incluindo áreas de produção e áreas sujeitas a regras de conservação ambiental.

O zoneamento está categorizado em zonas urbanas, zona rural e zonas especiais para a proteção do meio ambiente, como descrito a seguir:

- **Zona Rural (ZR):** É a parcela do território na qual predominam as atividades agrícolas, sendo caracterizada pela baixa densidade populacional e construtiva, na qual não se permite parcelamento para fins urbanos;
- **Áreas de Proteção Permanente (APP):** São entendidas como zonas especiais, sendo aquelas definidas na legislação federal, em particular, no contexto ambiental de São Joaquim do Monte, aquelas de entorno dos corpos de água, topos de morros, montanhas e linhas naturais de drenagem para as quais se prevê rigoroso controle ambiental para reconstituição de sua vegetação e características naturais de origem;
- **Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPA):** Áreas de interesse turístico-ambiental e paisagístico necessárias à preservação das condições de amenização do ambiente para as quais se prevê especial controle da ocupação sem a permissão para parcelamento urbano, em função de suas características marcadas pelo acentuado relevo, pela presença de cursos d'água e atrativos turísticos do Santuário de Frei Damião. Podendo ser desenvolvidos parcelamentos de padrão rural, com solução adequada de esgoto, e atividades de agricultura orgânica sustentável;
- **Zona de Consolidação Urbana (ZCU):** São as áreas parceladas e predominantemente ocupadas, cujas características peculiares requerem condições especiais de análise para a ocupação e edificação;
- **Zona de Expansão Urbana (ZEU):** Áreas de entorno do núcleo urbano para as quais se permite parcelamento urbano, servindo como reserva de área para o crescimento ordenado da área urbana;
- **Zona Urbana de Aglomerado (ZUA):** São áreas de pequena extensão, com predomínio de uso habitacional (distritos);
- **Zona de Expansão de Aglomerado (ZEA):** Áreas no entorno dos núcleos urbanos dos aglomerados para os quais se permite parcelamento urbano, de forma a atender sua demanda de expansão (distritos).

Fica definida ainda a seguinte faixa para a Sede do município:

- **Faixa de Domínio Rodoviário (FDR):** Para a faixa de domínio rodoviário deverão ser previstas vias secundárias de circulação, tratamento e solução viária nos principais cruzamentos, considerando seu papel fundamental para a mobilidade e circulação.

Os mapas de zoneamento municipal e urbano encontram-se no **Anexo II e III**.

5.2 PARÂMETROS URBANÍSTICOS

Os referenciais para regulamentação do parcelamento uso e ocupação do solo propostos para São Joaquim do Monte são simples tendo em vista os padrões e dinâmica urbana local e procuram modelar a construção e ocupação do solo assegurando a manutenção da paisagem urbana característica de uma cidade deste porte no contexto pernambucano (**Tabela 5.1**).

Foram consideradas as seguintes definições de parâmetros urbanísticos para o parcelamento, uso e ocupação do solo:

- Lote Mínimo: Tamanho mínimo do lote urbano admitido para as diferentes zonas;
- Testada Mínima: Largura mínima da testada do lote voltada para a via pública;
- Extensão Máxima de Quadra: Dimensão máxima de uma frente de quadra admitida nos projetos de parcelamento;
- Seção Viária Mínima: Largura mínima das vias públicas admitidas num projeto de parcelamento urbano;
- Passeio Mínimo: Largura mínima do passeio de pedestres, ou calçada, admitida num parcelamento urbano;
- Percentual de Área para Sistema de Circulação, Área Verde e Equipamentos Urbanos: Proporção mínima de áreas para uso coletivo nos projetos de parcelamento do solo urbano;
- Taxa de Solo Natural: Percentual de área do lote que deve permanecer sem construção e sem qualquer tipo de impermeabilização, favorecendo a absorção das águas pluviais e o plantio de cobertura vegetal;
- Afastamentos: Distância da edificação das divisas frontal, laterais e de fundos do lote;
- Gabarito: Altura máxima da edificação medida em número de pavimentos.



Tabela 5.1 – Parâmetros Urbanísticos

Zona	Afastamentos (m)			Gabarito	Taxa de Solo Natural (%)	Parcelamento - Lote		Obs.
	Frontal	Lateral	Fundos			Área Mín. (m ²)	Testada Mín. (m)	
Zona Rural (ZR)	-	-		-	-	-	-	
Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPA)	-	-		1	-	-	-	A/ B
Área de Proteção Permanente (APP)	-	-		1	-	-	-	A
Zona de Consolidação Urbana (ZCU)	Obs.	Obs.	1,5	2	Obs.	128	8	C/ D/ E/ F
Zona de Expansão Urbana (ZEU)	3,0	1,5	1,5	2	20	Obs	Obs	G/ H
Zona Urbana de Aglomerado (ZUA)	Obs.	Obs.	1,5	2	Obs.	128	8	C/ D/ E/ F
Zona de Expansão de Aglomerado (ZEA)	3,0	1,5	1,5	2	20	128	8	G/ H

Observações:

A – Admite-se a construção de equipamentos públicos de apoio ao lazer e conservação ambiental;

B – Procedimento de análise especial para construções isoladas em padrão de área rural com solução adequada de esgoto;

C – Para novas construções análise especial de afastamentos e solo natural, seguindo-se os padrões predominantes na quadra;

D – Permitido o recuo nulo em uma das laterais;

E – Em lotes pré-existentes com testada de até 5m poderão ter recuos nulos em ambos as laterais desde que a extensão não ultrapasse 75% da profundidade do lote;

F – Nas áreas ainda não loteadas não permitir parcelamentos com lotes inferiores a 128 m² e nas áreas já loteadas não permitir desmembramentos que resultem em lotes inferiores a 128m² e testada inferior a 8 m;

G – Os novos loteamentos deverão ter lotes mínimos de 200 m² e testada mínima de 8 m, exceto para habitação de interesse social que deverá adotar o lote mínimo de 125 m² e testada mínima de 5 m;

H – Em novos parcelamentos as vias locais terão seção mínima de 12m (faixa de rolamento e passeio).

Fonte: TECHNE/2010.

5.3 HIERARQUIZAÇÃO VIÁRIA

O sistema de mobilidade é o conjunto de infraestruturas, veículos e equipamentos utilizados para o deslocamento, controle e circulação de pessoas, bens e animais. É composto por redes viárias e de transporte que devem articular as diversas partes do município, bem como do mesmo com as Regiões adjacentes.

O sistema viário integra o sistema de mobilidade e contempla:

- **Sistema Rodoviário:** Constituído pela infraestrutura física de vias e logradouros, que compõem a malha viária, por onde circulam veículos, pessoas e animais, compreendendo a pista, canteiro central, calçadas e o acostamento e composto pelas:
 - a) Rodovias Estaduais PE-112, PE-120 e PE-109;
 - b) Estradas Vicinais.
- **Sistema Viário Urbano:** Constituído pela infraestrutura física de vias e logradouros, que compõem a malha viária, por onde circulam os veículos, pessoas e animais, compreendendo a pista, canteiro central, calçadas e o acostamento. O sistema viário urbano é composto pelos seguintes tipos de vias:
 - a) Vias Principais: São vias estruturadoras que interligam partes da cidade ofertando alta mobilidade no sistema de circulação urbana;
 - b) Vias Secundárias: São as vias que cumprem papel complementar ao sistema viário principal na distribuição de fluxo de veículos na área urbana;
 - c) Vias Locais: São aquelas destinadas ao tráfego local.

O sistema viário principal urbano na sede é composto pelas vias:

- Av. José Gameleira;
- Av. Estácio Coimbra;
- Av. Manoel Franklin;
- Av. Manoel Quintino dos Santos;
- Rua Antônio Gameleira (trecho a partir do encontro com a Av. Manoel Quintino dos Santos até o encontro com a Av. Estácio Coimbra);
- Rua Emília de Souza;
- Rua João Costa de Moura.

As vias secundárias são:

- Av. Frei Damião;
- Av. Luiz Alves;
- Av. Sebastião Alves Cabral;
- Rua José Martins de Santana;



- Rua Pedro Sérgio;
- Rua Neco Gameleira;
- Rua José Vieira de Melo;
- Rua Amaro Cabral dos Santos.

Todas as demais vias se enquadram na categoria funcional de via local.

O mapa de hierarquização do sistema viário encontra-se no **Anexo III**.



ANEXOS AO VOLUME 1



ANEXO I MAPAS SÍNTESE



ANEXO II

MAPA DE MACROZONEAMENTO MUNICIPAL



ANEXO III
MAPA DE ZONEAMENTO URBANO E
MAPA DA HIERARQUIZAÇÃO VIÁRIA
